REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



Rio de Janeiro – Ano 21 – Nº 63 Setembro/Dezembro – 2015

R454

 $Revista\ Philologus$ / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. — Ano 21, N^o 63, (set./dez.2015) — Rio de Janeiro: CiFEFiL. 174 p. il.

Quadrimestral ISSN 1413-6457

- 1. Filologia Periódicos. 2. Linguística Periódicos.
- I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A Revista Philologus é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de filologia e de linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) Boulevard Vinte e Oito de Setembro, 397/603 – 20.551-030 – Rio de Janeiro – RJ pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e http://www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente: Prof. Dr. José Pereira da Silva **Vice-Diretor-Presidente:** Prof. Dr. José Mario Botelho

Primeira Secretária:Profa. Dra. Regina Céli Alves da SilvaSegunda Secretária:Profa. Me. Eliana da Cunha Lopes

Diretor de PublicaçõesProfa. Me. Anne Caroline de Morais Santos **Vice-Diretor de Publicações**Profa. Me. Naira de Almeida Velozo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alícia Duhá Lose
Alvaro Alfredo Bragança Júnior
Angela Correa Ferreira Baalbaki
João Antonio de Santana Neto
José Pereira da Silva
Maria Lúcia Mexias Simon
Nataniel dos Santos Gomes
Alvaro Alfredo Bragança Júnior
Bruno Rêgo Deusdará Rodrigues
José Mario Botelho
Maria Lucia Leitão de Almeida
Mário Eduardo Viaro
Regina Céli Alves da Silva

Ricardo Joseh Lima Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz **Diagramação, editoração e edição** José Pereira da Silva

Editoração eletrônica Silvia Avelar Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a instituições de ensino, centros, órgãos e institutos de estudos e pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOLOGUS VIRTUAL www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

0. Editorial – José Pereira da Silva6
1. A importância do bilinguismo para o desenvolvimento cognitivo do surdo
2. A queda do gênero neutro do latim: questiúnculas sobre a divergência entre o gênero real e o gênero gramatical22 Thiago Soares de Oliveira
3. A variação no uso da preposição "em" no município de Ouro Preto (MG)
4. Análise linguística: o uso do sujeito como elemento coesivo42 Hadhianne Peres de Lima, Alexandre Melo de Sousa e Alessandra Mustafa da Silva
5. Aspectos fonéticos do latim vulgar presentes no português coloquial de integrantes da melhor idade
6. Aspectos morfológicos dos particípios francês e português sob um ponto de vista filológico
7. Elementos para uma diacronia e estrutura concisas da parassíntese em português
8. Globalização e ensino de língua inglesa no contexto do turismo: considerações teórico-político-metodológicas
9. Língua materna e segunda língua: questões acerca do bilinguismo na educação surda
10. Mudança sonora: discutindo o princípio neogramático da regularidade

ma	Nomes e sobrenomes: a antroponímia em <i>Terras do Sem Fim</i> , ronce de Jorge Amado
ma	Psicofilologia: uma eventual fonte de soluções para alguns probles sociofilológicos?
	Xapuri: a toponímia dos rios e igarapés
	RESENHAS
1.	A integração geolinguística através do Atlas Lingüístico Guaraní-Románico
2.	A polarização sociolinguística no Brasil

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 63 da Revista Philologus, com treze artigos e duas resenhas, dos seguintes vinte e três autores: Alessandra Mustafa da Silva (p. 42-53), Alexandre Melo de Sousa (p. 42-53 e), Andréia Firmo Chaves (p. 54-66), Clemilton Pereira dos Santos (p. 54-65), Clézio Roberto Gonçalves (p. 33-41), Cynthia Vilaça (p. 110-129), Elimara Lima dos Santos (p. 155-165), Evellyne Patricia Figueiredo de Sousa Costa (p. 66-76), Hadhianne Peres de Lima (p. 42-53), Jordano D. Tavares de Carvalho (p. 66-77), José Pereira da Silva (p. 6-8, 164-170 e 171-174), Klaus Zimmermann (p. 164-170), Lidiany Soares Guimarães Onofre (p. 94-100), Lucas Vargas Machado da Costa (p. 9-21), Luís Ricardo Rodrigues Pires (p. 33-41), Magno Pinheiro de Almeida (p. 101-109), Paulo Mosânio Teixeira Duarte (p. 77-93), Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (p. 130-138), Ruberval Franco Maciel (p. 94-100), Sizenana Maria da Silva (p. 101-109), Thiago Soares de Oliveira (p. 22-32), Thomas Daniel Finbow (p. 139-154) e Vivian Gonçalves Louro Vargas (p. 9-21).

No primeiro artigo, Lucas e Vivian propõem fazer compreender a importância do bilinguismo para o desenvolvimento cognitivo dos surdos, enfatizando que eles devem ter como primeira língua a língua de sinais, que, no Brasil, é a língua brasileira de sinais (libras), e abordam a história da educação dos surdos, discutindo as abordagens educacionais utilizadas com eles.

Considerando, no segundo artigo, o desaparecimento do gênero neutro no latim vulgar, que deixa apenas alguns traços no português moderno, Thiago reflete sobre essa extinção ainda no latim, pontuando algumas questões relativas a divergências causadas sobre essa categoria nominal no latim e no português.

Já, no terceiro artigo, Clézio e Luís discutem a variação no uso da preposição "em" na fala de moradores do município de Ouro Preto (MG), a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista, observando-se que o fenômeno não é exclusivo dessa região de Minas Gerais, ocorrendo também em outros lugares do Brasil, dentro e fora de Minas.

No quarto artigo, Hadhianne, Alexandre e Alessandra analisam, a partir da produção textual de alunos, a utilização do sujeito como elemento

de coesão, no gênero reportagem, enfatizando a relevância da utilização conjunta da produção textual dos alunos para o trabalho de análise linguística.

O quinto artigo estabelece relações entre o latim vulgar e o português coloquial utilizado por indivíduos idosos do município de Jardim (MS). Com isto, Andréia e Clemilton demonstram que o latim vulgar está vivo na fala de jardinenses idosos, podendo-se verificar que ocorrem diversas semelhanças que ligam o português coloquial deles ao latim vulgar.

Cientes de que as línguas românicas resultam da evolução do latim, Jordano e Evellyne analisam o particípio, uma forma verbo-nominal comum nas línguas românicas, para contribuírem com o conhecimento da evolução do francês e do português. Com isto, observam semelhanças nas formas eruditas em ambas as línguas, e contrastes importantes, como tendência à sonorização, no português, e neutralização e redução, no francês.

No sétimo artigo, Paulo defende o emprego do morfema cumulativo para tipificar a parassíntese, estudado em dois grupos: o de formas livres e dependentes e o das formas que não são nem livres nem dependentes, mostrando que o latim clássico também exibia a circunfixação e demonstrando a proximidade entre latim vulgar e latim clássico.

Lidiany e Ruberval abordam a formação docente para o ensino de língua inglesa aos profissionais do turismo, no oitavo capítulo, discutindo o que o Ministério do Turismo aponta como diretriz para qualificar o atendimento turístico.

A seguir, Sizenana e Magno apresentam as implicações do bilinguismo na educação dos surdos e apontam os conceitos das filosofias oralista e de comunicação total como antecessoras do bilinguismo, contribuindo para o alargamento dos debates sobre a comunidade surda, na tentativa de motivar os acadêmicos brasileiros de letras para a formação de intérpretes de libras, profissão oficialmente descrita no Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho.

Cynthia, no décimo artigo, discute o princípio neogramático da regularidade das mudanças sonoras, expondo seus pressupostos, as principais críticas que lhe foram aplicadas ao longo do século XX e duas propostas de solução para da chamada "controvérsia neogramática", e debatendo-os a partir dos dados de uma pesquisa sobre sonorização de consoantes no italiano do século XV.

No décimo primeiro artigo, Rita analisa os nomes dos principais

personagens envolvidos no enredo do romance *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado: Ester, Virgílio, Horácio, Sinhô Badaró, Juca Badaró e Don'Ana, à luz da onomástica, demonstrando que o estudo da onomástica contribui sobremaneira para o conhecimento do passado e do presente, levando o pesquisador a conhecer também a memória coletiva.

No penúltimo artigo, Thomas propõe que conhecimentos desenvolvidos na psicolinguística e na psicologia experimental podem contribuir para esclarecer dúvidas de natureza filológica e sociofilológica sobre as relações entre língua, linguagem, usos técnicos e costumes metalinguísticos que caracterizavam a Baixa Idade Média, defendendo que a psicolinguística e a psicologia experimental da leitura trazem uma nova perspectiva para a análise filológica.

No último artigo, Elimaras e Alexandre estudam a toponímia dos rios e igarapés do município de Xapuri (AC), a partir dos mapas do IBGE, com o objetivo de contribuir com o projeto maior intitulado Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira – ATAOB, em desenvolvimento na Universidade Federal do Acre.

Por fim, José apresenta duas resenhas, sendo que a primeira é uma tradução da resenha de Klaus Zimmermann sobre o atlas linguístico da região em que se fala o guarani, em território brasileiro, argentino e paraguaio, e a segunda, de um livro recentemente lançado por Dante Lucchesi sobre a polarização sociolinguística no Brasil.

Concluindo, o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos pede que nos apresente sua opinião crítica sobre esta edição da *Revista Philologus*, para que possamos produzir um periódico cada vez melhor, visando a interação entre os profissionais de linguística e letras e, especialmente, entre os que trabalham com a filologia.

jostereiradalilva

Rio de Janeiro, dezembro de 2015.

A IMPORTÂNCIA DO BILINGUISMO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DO SURDO

Lucas Vargas Machado da Costa (UFAC) <u>lucasvargas82@gmail.com</u> Vivian Gonçalves Louro Vargas (UFAC) vivianlouro@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo propõe compreender a importância do bilinguismo para o desenvolvimento cognitivo dos surdos, enfatizando que eles devem ter como primeira língua (L1) a língua de sinais e como segunda (L2) a língua oficial de seu país. Aborda a história da educação dos surdos e as dificuldades por eles enfrentadas ao longo dos séculos. Discute as abordagens educacionais utilizadas com este público (oralismo, comunicação total e bilinguismo) e destaca a necessidade da língua de sinais no processo de aquisição de conhecimento. Observa-se, a partir da pesquisa em foco, que os surdos, que não possuem nenhum comprometimento intelectual, apresentam as mesmas capacidades cognitivas dos ouvintes, porém, para que estas se desenvolvam, é fundamental que seja utilizada a forma de comunicação adequada.

Palavras-chave: Bilinguismo. Língua de sinais. Surdo.

1. Introdução

Esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico, baseada em autores como Moura (2000) e Sacks (2010). Entre seus objetivos estão os de responder a questões como: a) qual a importância do bilinguismo para o desenvolvimento do surdo? b) quais as consequências da aquisição tardia de uma língua na vida de uma pessoa?

Faz-se a retomada da história da educação dos surdos ao longo dos séculos, mostrando a visão da sociedade sobre eles, os sofrimentos, preconceitos e superação vivenciados por estas pessoas; é mostrada também a imposição do oralismo a eles e a proibição do uso da língua de sinais por vários anos.

Na sequência, são discutidas as três abordagens educacionais dos surdos: oralismo, comunicação total e bilinguismo. É mostrada a importância do bilinguismo e sua contribuição para o desenvolvimento do surdo; é abordada a questão da língua de sinais, sua complexa estrutura, habilidades de seus usuários e reconhecimento legal.

2. A história da educação dos surdos

A educação dos surdos sempre gerou muita polêmica. Segundo Moura (2000), na antiguidade, os surdos eram considerados seres humanos incompetentes e sem possibilidade de desenvolver faculdades intelectuais. A autora afirma (p. 16) que:

Os romanos privavam os surdos que não podiam falar de todos os seus direitos legais. Eles não podiam fazer testamentos e precisavam de um curador para todos os seus negócios. Os surdos eram tidos como incapazes de gerenciar os seus atos, perdiam a sua condição de ser humano e eram confundidos com o retardado. Até o século XII, eles não podiam se casar.

Por muitos anos, os surdos ficaram a margem da sociedade. Sacks (2010, p. 27) relata que:

A situação das pessoas com surdez pré-linguística antes de 1750 era de fato uma calamidade: incapazes de desenvolver a fala e, portanto "mudos", incapazes de comunicar-se livremente até mesmo com seus pais e familiares, restritos a alguns sinais e gestos rudimentares, isolados, [...] até mesmo da comunidade de pessoas com o mesmo problema, privados de alfabetização e instrução, de todo conhecimento do mundo, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis, vivendo sozinhos, muitas vezes à beira da miséria, considerados pela lei como pouco mais do que imbecis – a sorte dos surdos era evidentemente medonha.

De acordo com Carvalho (2007), no século XVI, Girolamo Cardamo (1501-1576), médico italiano, afirma que os surdos podiam e deviam receber instrução. Segundo ele, os nascidos surdos profundos poderiam ler e escrever sem fala. Foi revolucionária a noção, como afirma Sacks (2010), de que para se compreender as ideias não há necessidade de se ouvir as palavras.

Nos últimos quatro séculos, os religiosos católicos e protestantes protagonizaram a cena educacional dos surdos. Carvalho (2007) esclarece que o real início desta educação surge com Pedro Ponce de Leon (1520-1584), considerado o primeiro professor de surdos na história. Ele dedicou sua vida a educar surdos filhos dos nobres, ensinando-lhes a falar, ler, escrever, rezar e conhecer as doutrinas do cristianismo. Para os nobres, era muito importante que seus filhos falassem, pois o mudo não era uma pessoa frente à lei. Por isso, a força do poder financeiro e dos títulos foi considerada um dos primeiros impulsionadores do oralismo.

Em 1755, o francês L'Epee fundou a primeira escola para o ensino de surdos. Ele utilizava os sinais pelos quais os surdos se comunicavam entre si e também inventou outros, chamando-os sinais metódicos, para desenvolver a linguagem escrita. Em 1791, esta escola foi transformada no

Instituto Nacional dos Surdos-Mudos de Paris, e seu primeiro diretor foi Abade Sicard (1742-1822). Em 1778, foi fundada por Leipzig, na Alemanha, a primeira instituição para surdos.

Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) realizou estudos no Instituto de Surdos de Paris com o Abade Sicard, em 1815. Seu objetivo foi criar a primeira escola para surdos na América, a *American Asylum for the Deaf* (Refúgio Americano para Surdos). Como é relatado por Sacks (2010), essa escola foi fundada, em Hartford, nos Estados Unidos, em 1817. O sucesso desta instituição incentivou à abertura de escolas onde o número de surdos era significante.

Dialogando com Sacks (2010), percebe-se que, nesta época, não apenas uma língua e uma alfabetização disseminaram-se pelos Estados Unidos, mas um conjunto de crenças e conhecimentos comuns, narrativas e imagens, constituindo uma rica e distinta cultura. Houve para os surdos, pela primeira vez, a formação de uma identidade social e cultural.

Neste momento da história, estava acontecendo um grande movimento dos surdos pelo uso da língua de sinais. Mas, em contrapartida, durante dois séculos, existiu uma contracorrente de professores e pais de crianças surdas, cuja ideia era que a educação dos surdos tinha como objetivo o ensino da fala (oralismo).

No Brasil, foi apresentado por Ernest Huet, professor surdo, a D. Pedro II, em 1855, um relatório com a intenção de fundar uma escola para surdos. Em 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro, foi fundado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Edward Gallaudet, filho de Thomas Hopkins Gallaudet, em 1857, foi nomeado diretor da *Columbia Institution for the Instruction of the Deaf and the Dumb and the Blind* (Instituto Columbia de Instrução de Surdos, Mudos e Cegos), nos Estados Unidos. Desde o início, vislumbrou-se que este instituto se tornaria uma faculdade (Gallaudet College) para surdos, o que veio a acontecer em 1864. Em fins da década de 1860, Edward visitou escolas de surdos em quatorze países. Ele observou que a maioria delas usava tanto a língua de sinais como a fala, e ambas conseguiam bons resultados no que se refere à articulação. Porém, as que empregavam a língua de sinais obtinham melhores resultados na educação em geral.

Sacks (2010) relembra que, em 1880, foi realizado, em Milão, o Congresso Internacional de Educadores de Surdos, no qual se optou pelo oralismo (ensino da fala), abolindo-se das escolas o uso da língua de sinais.

Esta decisão trouxe imensos prejuízos para a educação dos surdos. A opção feita neste congresso gerou, também, a mudança de professores surdos para ouvintes, para ensinar alunos surdos. É fundamental destacar que os surdos não tiveram direito a voto no Congresso de Milão, sendo as decisões tomadas por ouvintes, de acordo com o que julgavam ser o ideal de educação para os surdos.

Refletindo com Moura (2000), percebe-se que muitas escolas, visando ao seu próprio sucesso, rejeitavam os surdos profundos. Todos aqueles que não progrediam na oralidade eram considerados deficientes intelectuais. O oralismo era o ideal político, ideológico e emocional de educadores e familiares.

A autora acima citada afirma que, no início do século XX, são encontrados os primeiros relatos de insucesso desta abordagem educacional. Um inspetor geral de Milão percebeu que o nível de leitura e escrita dos surdos, após oito anos de escolaridade, era muito ruim, e que eles tinham uma fala ininteligível.

Moura (2000) esclarece que Binet e Simon, dois psicólogos franceses, em 1910, concluíram, após estudos, que a educação oralista não permitia aos surdos conseguir trabalho, trocar ideias com estranhos e conversar realmente com aqueles pertencentes às suas relações pessoais.

No I Congresso Internacional de Surdos, realizado em 1889 em Paris, os surdos se posicionaram contra o oralismo e proclamaram que o método de Abbé de L'Epée seria o ideal, uma vez que não excluía a fala e reconhecia a língua manual como o instrumento mais apropriado para desenvolver o intelecto do surdo.

No II e III Congressos Internacionais de Surdos, realizados, respectivamente, em Chicago (1893) e em Geneve (1896), decidiram-se a favor do sistema combinado de instrução. Porém, a educação dos surdos entrou no século XX sob o domínio do oralismo. De acordo com Moura (2000), esse método não permite real aprendizagem e desenvolvimento, e destrói a identidade própria do surdo.

Na década de 1960, tornava-se claro para os professores de surdos que o método oral não estava proporcionando um nível suficiente de linguagem oral, leitura orofacial e habilidades de leitura que garantissem a sua validade. Ao mesmo tempo, os estudos realizados sobre a língua de sinais provaram que a mesma tinha um valor linguístico semelhante às lín-

guas e que cumpria as mesmas funções. Mas, até a década de 1970, a língua de sinais era proibida, contudo continuava viva onde quer que os surdos se encontrassem.

Após muitos anos de sofrimento, os surdos começaram a ser reconhecidos, no final do século XX, como pertencentes a uma cultura diferente e que deve ser respeitada. O que se julga o melhor caminho, atualmente, para sua educação, é o bilinguismo. Nesta ótica, é importante que o surdo tenha conhecimento da língua de seu país, mas que tenha, como primeira língua, a língua de sinais.

3. Abordagens educacionais

É fundamental que reconheçamos que as pessoas surdas não são todas iguais. Conforme esclarece Gesser (2012, p. 98):

Os discursos sobre/entre grupos minoritários se fecham numa perspectiva de oposição ao grupo majoritário, enaltecendo-se a homogeneidade e idealizando-se um "surdo padrão". Com efeito, não se contemplam características étnicas, de gênero, idade, orientação sexual, religiosa, nacionalidade [...]. Há uma miríade de características que compõem as culturas de um indivíduo [...].

Analisando-se a imensa gama de características que influencia a cultura de cada indivíduo, pode-se inferir que a forma de comunicação utilizada pelos surdos também não é a mesma, eles não se comunicam todos do mesmo jeito. Isto ocorre, pois, além da influência das particularidades citadas acima, a abordagem educacional utilizada nos contextos familiar e escolar nem sempre é a mesma. As abordagens utilizadas com os surdos são: a) o oralismo; b) a comunicação total; c) o bilinguismo. O uso de determinada abordagem refletirá na forma de comunicação utilizada pelo surdo e no desenvolvimento de seu processo cognitivo. A partir da elucidação de cada abordagem, busca-se compreender a aquisição de conhecimento pelos surdos e sua forma de interação social.

3.1. Oralismo

O ensino da língua oral aos surdos sempre foi discutido. Skliar (2000) esclarece que o Congresso de Milão (1880), importante conferência internacional de educadores de surdos, foi radical, obrigando que fosse trabalhado com os surdos exclusivamente o método oral, sendo proibido o uso de sinais. Essa decisão gerou um retrocesso na educação dos surdos, pois sua aprendizagem escolar foi reduzida à aquisição da língua oral, não

sendo dada atenção a habilidades de leitura e escrita. Ocorria o fracasso de muitas crianças no desenvolvimento da fala e nas áreas afetiva, social e escolar. Especialistas diziam ser devido a falhas técnicas utilizadas. Isto comprometia a profissionalização dos surdos, que praticamente não ocorria. Sacks (2010) explica que há deteriorização no desenvolvimento dos surdos quando a língua de sinais é suprimida e utilizada apenas o oralismo.

Skliar (2000) explica que o oralismo vê o surdo como deficiente, doente e busca seu tratamento e reabilitação para a comunidade ouvinte, por meio do estímulo auditivo e oral. Sendo assim, a criança surda deverá aprender a se comunicar utilizando a voz e leitura labial (ou orofacial) – pistas visuais, a partir do movimento dos lábios e expressão da face.

Percebe-se, então, que a abordagem oralista tem como objetivo o ensino da fala oral e aproveitamento do resíduo auditivo. Os defensores desta abordagem também são bem rígidos em relação à proibição dos sinais.

3.2. Comunicação total

Em 1960, como resposta às críticas ao oralismo e devido a avanços nos estudos da língua de sinais, surgem métodos combinados, conhecidos como movimento de comunicação total. (CICCONE, 1990)

Na comunicação total, é possível o uso de todos os meios disponíveis para realizar a comunicação. De acordo com Ciccone (1990), é permitido o uso de desenhos, escrita, gestos, sinais, entre outros. Essa abordagem busca a comunicação, interação, desenvolvimento afetivo e cognitivo do surdo, não o vendo como doente, como na abordagem oralista.

Ciccone (1990) esclarece que a comunicação total não se preocupa com a aprendizagem de uma língua, podendo-se utilizar sinais e a língua oral sem restrições. Porém, isto acarreta a produção de português sinalizado (bimodalismo), ou seja, o uso de sinais na estrutura gramatical da língua oral, sem respeitar as especificidades linguísticas da língua de sinais. Traduzir uma língua, termo a termo, para outra gera incompreensão da mensagem, por isso, a comunicação total foi criticada. Neste método, os sinais eram usados apenas como apoio para a oralidade, de forma artificial.

Esta abordagem educacional foi muito criticada, conforme expõe Ciccone (1990), por não alcançar êxito no desenvolvimento das crianças

surdas, principalmente na leitura e escrita.

3.3. Bilinguismo

Sacks (2010) relembra que William C. Stokoe (1919-2000), estudioso, que pesquisou extensivamente língua gestual americana, defende a importância de os surdos serem bilíngues (e biculturais), ou seja, faz-se fundamental que adquiram duas línguas: como primeira língua (L1), a de sinais, reconhecida como língua natural dos surdos e, como segunda língua (L2), a da cultura dominante, língua oficial do país.

Segundo Moura (2000), o desenvolvimento do bilinguismo tem como fator fundamental os vários estudos sobre a língua de sinais realizados a partir de 1970, que demonstraram ser esta muito importante para o desenvolvimento da criança surda. Os vários movimentos dos surdos conseguiram que fosse reconhecida a língua de sinais como primordial para seu crescimento, devendo ser esta a primeira língua a ser adquirida por eles.

O primeiro país a iniciar a implantação do bilinguismo foi a Suécia, na década de 80. Ficou determinado pelo seu Parlamento que o bilinguismo significava que os surdos deveriam ser fluentes em sua língua de sinais e também na língua do país a que pertencem. O direito dos surdos de serem educados em sua própria língua também foi reconhecido.

As consequências do trabalho bilíngue sueco são citadas por Moura (2000, p. 74), quando diz que:

Já existem resultados deste trabalho numa pesquisa realizada em 1991. O resultado demonstrou que as crianças expostas ao bilinguismo por dez anos tinham um nível avançado não apenas no conhecimento sobre língua escrita, mas também tinham consciência de como se defrontar e resolver um problema novo e difícil para elas (SVARTHOLM, 1994). Outro aspecto importante é que crianças surdas que utilizam o apoio da oralidade nas suas produções de leitura e escrita são respeitadas na sua forma de trabalho, tendo uma exposição paralela às outras crianças como uma abordagem que satisfaça suas necessidades.

No bilinguismo, a fala não é mais o objetivo principal da escola ou uma necessidade, e sim uma possibilidade. A característica visível dos surdos são os sinais, que devem ser respeitados e considerados como muito importantes para toda esta comunidade.

3.3.1. A importância do bilinguismo para o desenvolvimento e construção da identidade do surdo

Moura (2000) esclarece que a criança vai sendo formada de acordo com a maneira como é tratada e o que lhe é exigido. Caso seja cobrado da criança surda que ela fale, em sua fase inicial de formação de identidade, será julgada como tendo uma realização não satisfatória, rompendo o processo de comunicação e se identificando como não capaz. Porém, para que ela não desenvolva uma noção de incapacidade, é fundamental que a fala seja vista como uma forma de expressão de outra língua com a qual ela deve ter contato, mas em seu ritmo, sem que haja julgamentos e desvalorização de suas tentativas.

Ainda segundo a autora, quando a criança surda é conduzida para que se comporte linguisticamente de forma parecida com o ouvinte, não tendo valorizado seu jeito próprio de comunicação, torna-se dominada pelo outro, devendo reproduzir o modelo de identidade a ela apresentado, negando sua forma particular de comunicação. A partir desta situação, é impossível que esta criança forme uma autoimagem positiva e, subjetivamente, reconhecida.

A mesma autora (2000, p. 60) enfatiza que os educadores de alunos surdos devem se preocupar com aspectos como:

[...] formação de uma identidade própria não copiada da do ouvinte, integração na comunidade de Surdos, direitos de uma classe minoritária, e principalmente adaptação de formas de trabalhos educacionais que permitam que tudo isto e mais uma realização acadêmica real venham a acontecer. Isto para que se possibilite uma verdadeira inserção do Surdo na comunidade de ouvintes não só relacionada à língua oral, mas também e principalmente ao conhecimento específico profissional que o habilite a ser competitivo e a ter seu lugar como cidadão. Apenas quando o surdo pode se ver e ser visto, encarnar e ser encarnado como um sujeito com capacidades e habilidades, possibilidades de ser e vir a ser é que ele poderá ter seu papel de ser social totalmente desempenhado na sociedade.

É preciso que seja valorizada a língua de sinais e a cultura surda para que eles formem sua identidade, pois, dessa forma, vai haver real aprendizado e desenvolvimento dos surdos, possibilitando sua real inserção na sociedade.

4. Língua de sinais

A língua de sinais deve ser a primeira língua adquirida pelos surdos

e, como afirma Sacks (2010, p. 33), ela é: "completa, capaz de expressar não só cada emoção, mas também cada proposição e de permitir a seus usuários discutir qualquer assunto, concreto ou abstrato, de um modo tão econômico, eficaz e gramatical quanto a língua falada".

É importante, entretanto, que se tenha consciência de que é impossível traduzir uma língua falada para a língua de sinais, palavra por palavra, devido à diferença estrutural de ambas.

Sacks (2010) esclarece que um mesmo sinal pode ser alterado para expressar diferentes significados por meio da gramática e da sintaxe. A expressão facial tem funções linguísticas especiais, indicando construções sintáticas como tópicos, perguntas, quantificando ou funcionando como advérbio.

Diferentemente da fala, na qual há uma linearidade sequencial e temporal, a língua de sinais tem como característica muito particular o uso linguístico do espaço, havendo simultaneidade, com múltiplos níveis, no que é falado. Há uma organização parecida com um filme montado, tendo cada usuário da língua de sinais um posicionamento semelhante ao de uma câmera, com campo e ângulo de visão dirigidos, porém variáveis.

Ainda de acordo com Sacks (2010), o hemisfério esquerdo do cérebro é fundamental para a fala, assim como para o processamento da língua de sinais: são usadas algumas das mesmas vias neurais em ambas, associando-se à segunda o processo visual. Portanto, tanto os falantes como os usuários da língua de sinais apresentam a mesma lateralidade cerebral. Conclui-se que, neurologicamente falando, a língua de sinais é reconhecida e tratada pelo cérebro como uma língua, mesmo sendo ela visual e espacial. Percebe-se um alto grau de flexibilidade e adaptabilidade do sistema nervoso a um modo sensorial diferente, respeitando as limitações genéticas.

Por ser a língua de sinais função do hemisfério esquerdo, vários tipos de habilidade visual (como percepção de movimento, relação espacial, entre outras), que fazem parte dessa comunicação, desenvolvem-se juntamente a ela, tornando-se também função deste hemisfério cerebral. O surdo desenvolve, além da linguagem visual, uma sensibilidade e inteligência visual, como é citado por Sacks (2010, p. 119 e 120): "Habilidade para criar uma paisagem real (ou fictícia) com tanta precisão, plenitude e vividez que transporta o observador. O uso dessa capacidade descritiva, pictória, acompanha o emprego da língua de sinais [...]".

A língua não se desenvolve de forma espontânea, é necessário que haja uma exposição a ela, comunicação e uso adequado. Caso isso não ocorra, o resultado será o atraso na maturidade cerebral e uma predominância de processos do hemisfério direito. Porém, uma criança que nunca teve contato com a língua de sinais, desenvolve, naturalmente, formas afins desta língua, pois, conforme explica Edward Klima (*apud* SACKS 2010, p. 125): "A língua de sinais é mais próxima da linguagem da mente [...] e, portanto, mais natural do que qualquer outra coisa quando a criança em desenvolvimento tem necessidade de desenvolver uma língua na modalidade manual".

A estrutura espacial das línguas de sinais é muito semelhante, porém não há uma língua de sinais universal. A aquisição de sua gramática ocorre de um jeito muito parecido à da língua falada, e também, mais ou menos na mesma idade.

4.1. Legislação

A Lei nº. 10.436 dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras e dá outras providências. Aprovada em 2002, reconhece esta língua como meio legal de comunicação e expressão, e outros recursos expressivos a ela associados. Define libras, em seu artigo primeiro, parágrafo único, como sendo:

[...] a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (p. 01).

A libras deve ter sua inclusão garantida pelo sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais, nos cursos de formação de educação especial, fonoaudiologia e magistério. Porém, fica muito claro, no artigo 4º, parágrafo único, que "A língua brasileira de sinais – libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa" (p. 01). A língua portuguesa deve ser ensinada aos surdos, mas como segunda língua.

Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Este decreto, em seu artigo 2º, define como sendo pessoa surda aquela que, devido à perda auditiva, se relaciona com o mundo a partir de experiências visuais e manifesta sua cultura principalmente pelo uso da língua de sinais.

A partir da regulamentação da Lei 10.436/2002 pelo Decreto 5.626/2005 surgiu a demanda por profissionais qualificados para garantir a inclusão da libras nos sistemas educacionais federal, estadual e municipal e a acessibilidade dos surdos por meio de sua língua. Foi criada, então, a graduação letras/língua brasileira de sinais, licenciatura/bacharela-do, a princípio na modalidade a distância, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo polos em vários estados do Brasil (QUADROS, 2015). Atualmente, o curso letras/libras é oferecido, na modalidade presencial, na maioria das universidades brasileiras.

Outro passo muito importante para a educação dos surdos foi a aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) pela lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Nesse plano, consta na meta 4 a seguinte estratégia:

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em língua brasileira de sinais – libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [...];

A partir do Plano Nacional de Educação, os estados e municípios estabelecem seus planos com metas para os próximos dez anos. Vislumbra-se a partir de então uma nova educação para a comunidade surda, educação esta que respeite suas especificidades, sua língua e cultura.

4.2. Considerações finais

Ao término deste artigo, pode-se perceber a importância do bilinguismo para que ocorra o desenvolvimento dos surdos nas mais diversas áreas de suas vidas. A língua de sinais, proibida por vários anos, deve ser apresentada às crianças surdas desde os primeiros dias de suas vidas, como primeira língua. Não se pode impor ao surdo que aprenda a língua dos ouvintes, da forma natural como estes a aprendem. Ele necessita de uma língua visual, a de sinais, pois para este tipo de língua há a capacidade física necessária, possibilitando, portanto, a atribuição de significado.

A língua de sinais é completa, através dela, é possível expressar os mais diversos sentimentos e a partir da qual se pode aprender tudo o que o mundo apresenta. Caso seja usada uma forma de comunicação inadequada, o surdo não conseguirá compreender o que está acontecendo ao seu redor,

gerando, por parte dos ouvintes em contato com ele, interpretações errôneas sobre suas capacidades mentais e intelectuais.

Mesmo tendo a noção de que o multiculturalismo avança muito nos últimos anos, há ainda muito que ser feito para que haja uma aceitação real de culturas diferentes, deixando de ser apenas um discurso político. É preciso que exista uma conscientização sobre a capacidade e deficiências de cada um, sendo fundamental o respeito, o conhecimento e a contribuição para que todos possam viver com dignidade na sociedade.

Há de se concordar com Moura (2000, p. 90) quando diz que:

A inteligência e a capacidade são características de todos os seres humanos e podem determinar o fracasso ou o sucesso em aspectos da vida, mas isto não varia de ouvintes para surdos. O que pode diferir é a forma utilizada para desenvolver as capacidades, tanto dos surdos como dos ouvintes, a criação de oportunidades boas de aprendizado e, sem dúvida, uma condição de investimento de seu ambiente próximo.

Portanto, pelo exposto, vemos que embora os surdos façam parte de uma comunidade linguística minoritária, eles podem construir sua identidade íntegra e não uma cópia imperfeita dos ouvintes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível no endereço: http://www.libras.org.br/leilibras.php>. Acesso em: 04-10-2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCI-

VIL 03/ Ato20112014/2014/Lei/L1305.htm>. Acesso em: 14-07-2015.

CARVALHO, P. V. de. *Breve história dos surdos*: no mundo e em Portugal. Lisboa: Surd'Universo, 2007.

CICCONE, M. Comunicação total. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

GESSER, Audrei. *O ouvinte e a surdez*: sobre ensinar e aprender a libras. São Paulo: Parábola, 2012.

MOURA, Maria Cecília de. *O surdo*: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, Ronice Muller de. *Letras libras ontem, hoje e amanhã*. Florianópolis: Edufsc, 2015.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes*: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

SKLIAR, C. *Educação e exclusão*: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2000.

A QUEDA DO GÊNERO NEUTRO DO LATIM: QUESTIÚNCULAS SOBRE A DIVERGÊNCIA ENTRE O GÊNERO REAL E O GÊNERO GRAMATICAL

Thiago Soares de Oliveira (UENF) so.thiago@hotmail.com

RESUMO

Considerando que, em latim, não havia uma lógica de emprego do neutro, essa categoria de gênero desapareceu, deixando apenas traços no português moderno. A partir dessa discussão introdutória, este artigo objetiva refletir sobre a extinção do gênero neutro da língua latina, pontuando as questiúnculas relativas às divergências causadas pela necessidade de diferenciação entre o gênero real dos seres e o gênero gramatical que lhes é atribuído. Para tanto, adota-se a pesquisa bibliográfica, a partir da consulta tanto a obras impressas quanto a digitais, como metodologia construtiva da base teórica necessária à articulação das concepções trazidas pelos diversos estudiosos acerca do gênero neutro latino.

Palavras-chave: Letras clássicas. Gramática latina. Gênero latino.

1. Introdução

Este trabalho tenciona a reflexão acerca da extinção do gênero neutro que, juntamente com o masculino e o feminino, compunha as categorias de gênero da língua latina. Em que pese ao desaparecimento do neutro na língua portuguesa, é possível notar indícios desse gênero, em pleno uso, na língua portuguesa.

Com o intuito de dar conta desse propósito, divide-se este artigo em duas seções, ambas reflexivas e amparadas em aspectos históricos: a primeira trata da divergência entre o gênero real e o gênero gramatical dos seres; a segunda, de como essa divergência contribuiu para o desaparecimento do neutro. Essa fragmentação do trabalho em duas seções específicas é propositada e tem o objetivo de organizar a discussão proposta de tal forma que o tema seja tratado de forma palatável para todos os leitores, servindo, inclusive, como trabalho introdutório sobre a questão do gênero latino para alunos dos cursos de letras.

Nesse sentido, adota-se como recurso metodológico apropriado à pesquisa bibliográfica a literatura especializada constante em artigos e obras de autores e estudiosos da língua latina, da língua portuguesa e da filologia que se mostra adequada à fonte de dados escolhida, propiciando

a construção de um trabalho teórico que se insere na seara das letras clássicas cuja discussão adere a um tom mais reflexivo e revisional, comum nessa área de estudo.

Ainda que o latim seja considerado uma língua morta, é importante justificar a relevância desta pesquisa na medida em que, além de se tratar de disciplina obrigatória nas grades do curso de Letras e estar presente em inúmeros fluxogramas de filosofia e teologia, o conhecimento e o estudo da língua latina fornecem ao estudioso subsídios histórico-analíticos importantes ao entendimento do mecanismo de funcionamento da língua portuguesa, o que, com efeito, é de grande valia para os indivíduos que pretendem adentrar na ampla seara das letras. Por isso, esta pesquisa mostrase relevante acadêmica e socialmente.

Por fim, é preciso ressaltar que não se tenciona esgotar o assunto acerca do estudo do gênero neutro da língua latina, mas fornecer um contributo teórico aos iniciantes e estudiosos das letras clássicas, demonstrando, principalmente a partir da obra de autores tais como Almeida (1992, 2005), Bagno (2007), Bechara (2009), Cardoso (2003), Faria (1958) e Santos Sobrinho (2013), que o latim continua marcado na língua portuguesa.

2. Questões divergentes sobre o gênero dos seres

Diferentemente da língua portuguesa, que se estrutura inicialmente a partir de duas categorias de gênero, a saber, o masculino e o feminino, a língua latina, além desses, inclui o gênero neutro, cujo emprego não segue exatamente um padrão, dada a diferenciação entre o gênero gramatical, atribuído pela norma-padrão, e o sexo real dos seres. Obviamente, essa distinção torna-se mais simples quando a análise da flexão genérica recai sobre seres animados, ou seja, seres vivos, do que quando se trata de seres inanimados.

Segundo Almeida (2005, p. 98), "gênero gramatical é a indicação do sexo real ou suposto dos seres", motivo pelo qual fica claro que, "por haver dois sexos, dois devem ser os gêneros gramaticais: o gênero masculino e o gênero feminino". Nesse sentido, na língua portuguesa, a oposição de palavras como boi e vaca, cavalo e égua, gato e gata, é de simples entendimento, considerando que a oposição de sexo coincide com a oposição do gênero gramatical, ou seja, se a vaca é a fêmea do boi e este é o macho da vaca, analogia que também pode ser aplicada a outros animais, pode-se

concluir que boi seria um nome do gênero masculino e vaca, do gênero feminino.

Nessa linha de raciocínio, quando as palavras especificam seres vivos, a gramática da língua portuguesa lhes atribui o gênero masculino ou feminino, ou uma das subdivisões da flexão genérica, como os epicenos, denominação dos "nomes de animais que possuem um só gênero gramatical para designar um e outro sexo" (CUNHA; CINTRA, 2012, p. 209), tais como águia, baleia e borboleta; os sobrecomuns, "que têm um só gênero gramatical para designar pessoas de ambos os sexos" (op. cit., p. 209), como carrasco, indivíduo e vítima; ou comum de dois gêneros, que "apresentam uma só forma para os dois gêneros, mas distinguem o masculino do feminino pelo gênero do artigo ou de outro determinativo acompanhante" (op. cit., 2012, p. 210), assim como ocorre entre o pianista x a pianista, o colega x a colega, o estudante x a estudante.

Na verdade, no português, a anteposição do artigo ao nome muito explica o gênero gramatical, o que, no latim, não é possível em razão da inexistência dessa categoria da gramática normativa. Logo, o gênero das palavras-núcleo das expressões *o homem* e *a mulher* estaria justificado por meio do gênero do artigo que as antecede, ainda que não se pudesse determinar o sexo desses seres. A partir da anteposição do artigo, é possível também, no português, determinar que *casa* é uma palavra do gênero feminino, mesmo não sendo desse sexo, haja vista a impossibilidade de atribuir uma categoria de sexo a um ser inanimado. Como adotar ou atribuir, então, um gênero a um nome que designa um ser inanimado? Eis um dos motivos da existência do gênero neutro no latim, utilizado para indicar "que as coisas não têm nenhum dos dois sexos" (ALMEIDA, 2012, p. 99), o que não esgota, contudo, a peculiaridade de tal gênero, eis que "o emprego do neutro não é lógico, em latim". (CARDOSO, 2003, p. 20)

De acordo com Almeida (1992, p. 26), "neutro quer dizer 'nem um nem outro', isto é, nem masculino nem feminino. Assim, *bellum* (=guerra), *flumen* (=rio), *caput* (=cabeça) são palavras neutras, com terminações especiais em certos casos". Ocorre que, distintamente do latim, o Português, assim como outras línguas neolatinas, não possui flexão de caso, valendose de preposições, artigos e outros recursos em substituição aos casos (AL-MEIDA, 2012). Por caso, entende-se "a marcação morfológica para identificar a função sintática de um termo (de maneira simples, é a forma como um nome termina, ou cai; de *casus*, que quer dizer *queda*, *fim*)". (SANTOS SOBRINHO, 2013, p. 376)

Já que o latim é uma língua sintética cuja função sintática dos nomes é identificada pela terminação vocabular, o gênero neutro acaba por ser mais bem identificado pelo conhecimento dos casos latinos: casus nominatiuus, que "é o caso do sujeito e do predicativo do sujeito, bem como do adjunto adnominal do sujeito ou do predicativo, representado por adjetivo ou pronome" (CARDOSO, 2003, p. 22); casus uocatiuus, que representa o vocativo em língua portuguesa; casus genitiuus, que exerce a função básica de adjunto adnominal restritivo, "do complemento nominal do substantivo e do partitivo" (op. cit., p. 22); casus datiuus, que desempenha a função sintática de objeto indireto; causus ablatiuus, que exerce a função de adjunto adverbial ou complemento circunstantical, de agente da passiva, de complemento de comparação, de sujeito de particípio em orações reduzidas; e casus accusatiuus, considerado este o responsável pela lexicogênese porque deu origem aos vocábulos da língua portuguesa, funcionando como "objeto direto, podendo também ser o caso dos adjuntos adverbiais introduzidos por preposições especiais, o da exclamação, o do sujeito e o do predicativo nas orações infinitivas" (op. cit., p. 22). Assim, "corpo veio do latim corpus, acusativo neutro da terceira declinação; árvore de arborem, acusativo feminino da mesma declinação etc.". (AL-MEIDA, 2012, p. 98)

Consoante Santos Sobrinho (2013, p. 376), "em latim, os nomes costumam ser organizados em cinco grupos, chamados declinações", que são identificadas pela desinência acoplada ao nome no genitivo singular, sendo *ae, i, is, us* e *ei* as terminações desse caso. Conhecendo o sistema de casos e declinações latino, é possível identificar diversos nomes do gênero neutro, os quais figuram em algumas declinações específicas e "apresentam formas específicas de flexão casual" (CARDOSO, 2003, p. 20), já que, nem sempre o gênero natural corresponde ao gênero gramatical. Por esse motivo, vale ressalvar que

Muitos substantivos que designam objetos e sêres inanimados pertencem ao gênero masculino ou feminino: mensa "mesa", pirus "pereira", manus "mão", memoria "memória", etc. são femininos; enquanto que pes "pé", riuus "regato", ager "campo", mensis "mês" etc. são masculinos. A forma da palavra também não é bastante para determinar o gênero gramatical de um vocábulo. Lupus, pirus e uirus "veneno", todos da mesma forma e pertencentes à mesma declinação, à segunda, são, entretanto, de gêneros diferentes: lupus é masculino, pirus, feminino, e uirus, neutro. O gênero gramatical é uma simples relação que une o substantivo ao adjetivo que a êle se refere, sendo, pois, a concordância dêste adjetivo que determina com precisão e clareza o gênero gramatical do substantivo. Assim, sabemos que os substantivos lupus, pes, riuus, ager, mensis, etc. são masculinos porque só podem vir acompanhados de uma forma masculina de adjetivo: bonus lupus, bonus pes, bonus riuus, bonus ager, bonus mensis;

pirus, mensa, manus, memoria e mais nurus "nora" e origo "origem" são femininos porque só podem vir acompanhados de uma forma feminina de adjetivo: bona pirus, bona mensa, bona manus, bona memoria, bona nurus, bona origo. Assim, os substantivos uirus, templum, bellum, calcar são neutros porque só pode vir acompanhados de uma forma de neutra de adjetivo: malum uirus, bonum templum, pessimum bellum, paruum calcar. (FARIA, 1958, p. 57-58)

Percebe-se, nesse rumo de pensamento, que, segundo Faria (1958), o adjetivo determina precisa e claramente o gênero do substantivo quanto este é acompanhado daquele na formação da sentença. Ocorre que não havia artigos na língua latina; o que os romanos faziam, diante dessa falta, "era empregar o pronome demonstrativo antes de um substantivo, próprio ou comum, para indicar que ele era conhecido" (SILVA, 2010, p. 134). Além do mais, ante a possibilidade de que nem sempre o substantivo venha especificado por uma forma adjetiva, é preciso pontuar que tal forma, apesar de funcionar como facilitadora da identificação do gênero do substantivo, não resolve essa questão, uma vez que "a flexão quanto ao gênero não existe, a rigor, de forma absoluta e, sim, acidental". (CARDOSO, 2003, p. 20)

Nesse sentido, Bagno (2007, p. 30) registra que o fato de o gênero neutro abarcar os seres inanimados em latim remonta à probabilidade de que, no indo-europeu primitivo, "o gênero gramatical dos nomes se fundamentasse no sexo biológico real". Segundo o autor, essa distinção, com o tempo, "logo perdeu todo vínculo com a realidade objetiva e o gênero se tornou uma categoria exclusivamente gramatical e, portanto, arbitrária" (*op. cit.*, p. 30), posicionamento também acolhido por Cardoso (2003). Vale ressaltar, nesse ponto, que "o caráter arbitrário do género, sem qualquer motivação semântica, verifica-se, igualmente, na mudança de género operada em certas palavras no seu percurso rumo às várias línguas *romance* ou na confusão a que estão sujeitas no uso". (COSTA & CHOU-PINA, 2012, p. 78)

Em consonância aos pensamentos de Bagno (2007) e Cardoso (2003), afirma Faria (1958), de forma esclarecedora, que

A causa determinante da diferenciação dos gêneros na antiga língua indoeuropéia não foi, em absoluto, a diferenciação dos sexos, mas a oposição entre os sêres animados e os sêres inanimados ou coisas. Assim, a primitiva divisão dos gêneros seria esta: os substantivos que designavam sêres vivos, bem como os adjetivos ou pronomes que a êles se referissem, pertenciam ao gênero animado, enquanto que os substantivos que designassem coisas, ou os adjetivos ou pronomes que a êles se referissem, pertenciam ao gênero inanimado. Dêste modo, o gênero animado compreendia sem distinção o masculino e o feminino, enquanto que o inanimado, o neutro. (FARIA, 1958, p. 63)

A partir dessa exposição de Faria (1958), pode-se entender sobre por que Cardoso (2003) pontua a ilogicidade do emprego do gênero neutro. De acordo com a autora, "alguns seres sexuados são designados por palavras neutras, como *scortum* (prostituta) ou *mancipium* (escravo). Os seres assexuados são designados indiferentemente por palavras masculinas, femininas ou neutras". (CARDOSO, 2013, p. 20)

3. O desaparecimento do neutro a partir da questão da flexão genérica

A confusão relativa à flexão genérica só confirma que, na verdade, o gênero gramatical é suposto, ou "fictício", nas palavras de Almeida (2012). Como o latim não pôde aplicar a todos os nomes de coisas o gênero neutro, o seu desaparecimento nas línguas neolatinas foi uma consequência bastante natural. Nesse contexto, Bechara (2009) registra que

A inconsistência do gênero gramatical fica patente quando se compara a distribuição do gênero em duas ou mais línguas, e até no âmbito de uma mesma língua histórica na sua diversidade temporal, regional, social e estilística. Assim é que, para nós, o sol é masculino e, para os alemães, é feminino die Sonne, a lua é feminino, e, para eles, masculino das Weib. Sal e leite são masculino em português e femininos em espanhol: la sal e la leche. Sangue é masculino em português e francês e feminino em espanhol: le sang (fr.) e la sangre (esp.). (BECHARA, 2009, p. 133)

É nesse cenário marcado pela substituição do gênero natural, atribuído pelo sentido, pelo gênero gramatical, apontado pela terminação, com o consequente "processo de esvaziamento semântico da noção de gênero" (JESUS, 2007, p. 2080), que o gênero neutro foi desaparecendo, deixando de existir como categoria gramatical. Aliás, consoante Faria (1958, p. 65), o neutro já tendia a ser eliminado desde a época mais arcaica, visto que "a distinção dos gêneros animado e inanimado, isto é, do masculino-feminino e do neutro, não tinha uma estabilidade precisa" e acrescenta

Enquanto que a distinção de masculino para feminino se fazia, via de regra, por meio de uma alteração do próprio tema (femininos geralmente pertencentes ao tema em -a), a diferença de masculino para o neutro só se efetuava pela desinência, caracterizando-se os neutros pelo uso da desinência zero no nominativo-acusativo. (FARIA, 1958, p. 65)

Bagno (2007), a propósito disso, descreve alguns fatores que podem ter condicionado o desaparecimento do neutro, tais como:

 Os nomes que compunham a 1ª declinação, cuja terminação se dava em -a, eram quase todos femininos, não havendo nomes

neutros, motivo pelo qual essa terminação passou a designar os nomes femininos em Português;

- Os nomes que compunham a segunda declinação eram, em sua maioria, masculinos e neutros. Logo, a terminação em -o (acusativo singular -um > -u >-o) acabou por se tornar a característica dos nomes masculinos; os neutros, por sua vez, devido à semelhança de sua desinência com os nomes masculinos, também passaram a esse gênero, como em templum > templu > templo. Quando no plural, em razão da terminação -a, houve confusões com o gênero feminino. Portanto, as palavras neutras plurais do latim passaram a femininas singulares no Português, como em ova (neutro plural) ova (feminino singular); folia (neutro plural) folha (feminino singular); lignea (neutro plural) lenha (feminino singular);
- Como havia alguns nomes neutros na 3ª declinação, estes passaram para a 2ª, assumindo, em consequência, o gênero masculino.

Conquanto o gênero neutro tenha deixado de existir como categoria gramatical na língua portuguesa, ressalvados alguns vestígios, tais como os pronomes demonstrativos *isto*, *isso*, *aquilo* e *o*; os pronomes indefinidos *tudo*, *nada*, *algo*; os adjetivos substantivados e os infinitivos substantivados (BAGNO, 2007; SANTOS SOBRINHO, 2013), esses resquícios têm funcionalidade e aplicabilidade plena no discurso, sendo tais palavras de uso corrente. Além dessas marcas citadas, Silva (2010, p. 117) acrescenta como vestígio do gênero neutro em Português as frases do tipo *Limonada é bom* e *É proibido entrada*, em que o sujeito aparece indeterminado, asseverando que "as causas do desaparecimento do gênero neutro foram fonéticas (analogia das formas) e psicológicas (desnecessidade da oposição entre o gênero animado e o inanimado)".

Na verdade, a utilização do gênero neutro no latim, apesar de ilógica, não era totalmente flutuante. Faria (1958, p. 59), nesse sentido, afirma que "são do gênero neutro os nomes de frutos e metais, bem como as palavras indeclináveis, infinitivos verbais, e termos e frases usados como se fossem substantivos". Essa noção, contudo, com a própria evolução da língua, foi sendo desconstruída pela confusão entre neutro e masculino, segundo Silva (2010), levando ao desaparecimento do neutro.

Uma das constatações atuais presente na obra de Costa e Choupina (2012, p. 78), e que pode avalizar mais hodiernamente que o neutro não

sobreviveria é a de que "gênero e sexo não têm, em línguas como o Português, uma relação intrínseca entre si", embora essa relação possa ser aplicada a alguns nomes. Sob esse prisma, é importante perceber que já em textos muito antigos, datados dos anos de 1175, por exemplo, escritos em língua portuguesa, "a morfologia flexional do latim clássico, que marcava o número, o gênero e a função sintática (caso) dos nomes já não estava mais presente" (MONARETTO & PIRES, 2012, p. 157), demonstrando que "a complexa morfologia flexional dos nomes, em latim, passou por um processo de simplificação durante a dialetação do latim para as línguas românicas" (*op. cit.*, p. 158), inclusive no que diz respeito ao gênero.

Além do mais, juntamente com o neutro, desapareceram, nos adjetivos, os sufixos de comparativo -ior, que acompanhava o masculino e o feminino, e -ius, que se acoplava ao neutro, o que demonstra que a flexão de grau também foi, a reboque, prejudicada. Segundo Almeida (1992), o adjetivo poderia ser empregado no grau normal ou positivo, no superlativo ou no comparativo, sendo este, cuja formação se dava pela aposição dos sufixos mencionados ao radical do adjetivo, a atribuição de qualidade mais a um termo do que a outro. Assim, jucundus, jucunda, jucundum, que representam o adjetivo agradável nas três formas da flexão genérica, ao terem acoplados ao seu radical os sufixos -ior e -ius, tomariam a forma de jucundior, para o masculino e para o feminino, e jucundius, para o neutro.

Ante a reflexão aqui impendida, fica a observação final de que o desaparecimento completo do gênero neutro na passagem do latim para o Português evidencia, na verdade, um fator de evolução, em que são abandonadas ou substituídas categorias que não mais servem ao propósito de uma língua. De outra forma, os vestígios ainda encontrados na língua portuguesa, como alguns pronomes e nomes substantivados, funcionam como marcas da trajetória histórico-evolutiva da língua-mãe, sinalizando a presença e a importância outrora desempenhada pelo gênero neutro.

4. Conclusão

Considerando a discussão trazida à baila neste trabalho teórico acerca da queda do neutro da língua latina e da existência de alguns traços desse gênero no Português, percebe-se que as categorias gramaticais sobrevivem quando correspondem a um propósito linguístico. Apesar de ser considerada uma língua morta, pois não é mais falada por um povo, ainda que existam documentos escritos nesse idioma, o latim se mantém vivo em partículas de uso corrente na língua portuguesa, como alguns pronomes

demonstrativos e indefinidos, além dos adjetivos e infinitivos substantivados.

Nota-se, em outras palavras, que a queda do neutro, utilizado essencialmente para designar os seres cujo sexo não poderia ser definido, não alijou o português de expressões como: *O que é aquilo? Isso não quer dizer nada. Tudo isso é necessário?* Nesses casos, de fato não é possível definir o sexo dos seres a que se referem as sentenças, mas, como não o era sempre possível determiná-lo também em latim, a categoria gramatical neutra esgotou-se semanticamente diante da impossibilidade de que o gênero real sempre coincidisse com o gênero gramatical. Isso pode ser percebido, inclusive, pela utilização de *o*, equivalente a *aquilo*, também de valor neutro, na oração anteriormente construída neste parágrafo, provando a funcionalidade e a aplicabilidade do que restou desse gênero latino.

De mais a mais, não é de bom tom que passe imperceptível a tendência já registrada por inúmeros autores de que o neutro estava fadado ao fim no português, assinalando, todavia, que a evolução da língua nem sempre obedece a uma regularidade. Note-se, a princípio, que a decadência da 4ª e da 5ª declinação ocorreu no latim vulgar em razão da confusão que alguns nomes causavam. Basta verificar, por exemplo, a palavra *domus* que, devido à terminação -us, poderia suscitar a declinação tanto pela 2ª (domus, -i), por parecer masculino (final -us na 2ª decl.) quanto pela 4ª (domus, -us), por ser palavra feminina, já que a relação entre as terminações nominais e as questões de gênero não eram muito claras em latim, conforme já mencionado no corpo deste trabalho. Assim, traço claro de evolução linguística do latim clássico para o latim vulgar seria a fusão das declinações em virtude dos gêneros.

Por fim, a questão da não coincidência entre o gênero real dos seres e gênero gramatical que lhes é atribuído pela norma linguística merece destaque como o grande fator desencadeante da queda do neutro, ainda que outras questões possam ser levantadas a respeito assunto. A decadência dos sufixos -ius e -ior nos adjetivos foi consequência do sumiço do neutro, principalmente o primeiro sufixo que se lhe acoplava, caracterizando que uma evolução linguística pontual pode conduzir a outras evoluções. De qualquer forma, fica consignado que o estudo do desaparecimento do neutro tem muito a fornecer àquele que deseja se debruçar histórica e gramaticalmente sobre os meandros da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. de. *Gramática latina*: curso único e completo. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

_____. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Saraiya, 2005.

BAGNO, M. *Gramática histórica:* do latim ao português brasileiro. Brasília: UnB, 2007. Disponível em: <<u>www.gpesd.com.br/bai-xar.php?file=100</u>>. Acesso em: 05-08-2015.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARDOSO, Z. de A. *Iniciação ao latim.* 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, J. A.; CHOUPINA, C. M. A história e as histórias do género em português: percursos diacrónicos, sincrónicos e pedagógicos. *EXEDRA: Revista Científica da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto*, número atemático, dezembro de 2012. Disponível em: http://www.exedrajournal.com/exedrajournal/wp-content/uplo-ads/2013/01/06-numero-tematico-2012.pdf>. Acesso em: 06-08-2015.

CUNHA, C.; CINTRA, F. L. *Nova gramática do português contemporâneo.* 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012.

FARIA, E. Gramática superior da língua latina. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

JESUS, S. N. de. Contextualização histórica do léxico da língua latina: (A constituição linguística e suas variantes formais). In: CELLI – COLÓ-QUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá. *Anais...* Maringá, 2009, p. 2070-2087. Disponível em: http://www.ple.uem.br/3celli anais/trabalhos/estudos linguisticos/097.pdf>. Acesso em: 09-08-2015.

MONARETTO, V. N. de O.; PIRES, C. de C. O que aconteceu com o gênero neutro latino? Mudança da estrutura morfossintática do sistema flexional nominal durante a dialetação do latim ao português atual. *Revista Mundo Antigo*, Ano I, vol. 01, n. 02, dez./2012. Disponível em: http://www.nehmaat.uff.br/revista/2012-2/artigo09-2012-2.pdf>. Acesso em: 10-08-2015.

SANTOS SOBRINHO, J. A. Dois tempos da cultura escrita em latim no

Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção, 2013. Tese (Doutorado). – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: http://pct.capes.gov.br/te-ses/2013/28001010078P1/TES.PDF>. Acesso em: 11-08-2015.

SILVA, J. P. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Intragráfica, 2010.

A VARIAÇÃO NO USO DA PREPOSIÇÃO "EM" NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO (MG)

Clézio Roberto Gonçalves (UFOP) <u>cleziorob@gmail.com</u> Luís Ricardo Rodrigues Pires (UFOP) luis.letras.ufop@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute a variação no uso da preposição "em" na fala de moradores do município de Ouro Preto (MG), a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista. São, para tanto, abordados os seguintes temas: a) a variação no uso da preposição "em" na fala de moradores de Ouro Preto (MG); b) a observação do uso da preposição "ni" como uma variante da preposição "em"; c) a discussão de algumas hipóteses relativas ao surgimento da variante 'ni', à sua incorporação ao português brasileiro, bem como à estigmatização linguística da qual é alvo.

Palavras-chave: Variação. Preposição. Sociolinguística. Estigmatização.

Este artigo discute a variação no uso da preposição "em" na fala de moradores naturais da comunidade de Ouro Preto (MG) a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística Variacionista. Para tanto, são analisadas as ocorrências da preposição "em" e da preposição "ni", utilizada correntemente no vernáculo dos falantes, com função prepositiva correspondente à desempenhada pela preposição "em". São exemplos dos referidos usos:

(1)"... a gente ia lá <u>em</u> Rodrigo Silva catar topázio..." [7FSBNMA8] (2)"...eu lembro da época que as pessoas ficavam <u>ni</u> praça." [16MSBAM52]

No exemplo (1), observa-se o uso da variante "em", conforme prescrito pela gramática normativa. Em (2), observa-se o uso da variante "ni", realizada com relativa frequência na oralidade. Em ambos os casos, ocorre a introdução de adjunto adverbial; item sintático geralmente introduzido por preposição, que representa a expansão do sentido de um verbo, adjetivo ou advérbio. A variante "ni", embora tenha seu uso restrito à oralidade, por se tratar de uma variante não padrão, é encontrada em alguns textos escritos, principalmente por escolares, fator que pode ser explicado como possível efeito da interferência da fala no processo de aquisição da linguagem escrita.

Foram identificados alguns estudos desenvolvidos por pesquisadores que tomam como objeto de investigação a variação no uso das formas "em" e "ni" nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Sergipe, os quais constataram que tal variação é condicionada por fatores linguísticos e sociais. Ferrari (2009), ao tratar da variação na comunidade do Morro dos Caboclos (RJ) a partir dos preceitos teóricos da semântica cognitiva, da sociolinguística variacionista e da teoria de redes sociais, identificou que o uso da forma "ni" é motivado, sobretudo, por fatores pragmáticos. Descartouse, a partir da análise, a influência de fatores extralinguísticos. Paes (2013), ao analisar a comunidade de Vitória da Conquista (BA), constatou que, além de fatores linguísticos, como valor semântico e gênero do sintagma, é também relevante o fator extralinguístico escolaridade para a realização da variante "ni". Por fim, Albuquerque e Nascimento (2013), ao analisarem dados de fala de algumas cidades do interior do Sergipe, pressupõem que o uso da forma "ni" seja favorecida por fatores linguísticos, como substantivo próprio após o locativo e complemento verbal próximo, além de fatores extralinguísticos, como gênero feminino, faixa etária avançada e baixo nível de escolaridade.

Embora se trate de uma pesquisa quantitativa, também se julgou importante verificar na literatura linguística algumas hipóteses sobre o surgimento e incorporação da variante "ni" ao português brasileiro. Assim, julgamos procedentes as teorias aventadas a seguir, nos seguintes trabalhos:

- 1. Cunha (1960) supõe que a forma "ni" tenha surgido em função do paradigma do grupo simétrico de/do/da, ao qual se assemelhou o grupo assimétrico em/no/na. Dessa forma, tem-se no lugar do "em" a forma "ni". Embora seja uma hipótese bastante plausível, pouco se discute a respeito.
- 2. Carvalho e Nascimento (1984), ao discutirem os metaplasmos por transposição, lançam luz sobre outra possibilidade. Os autores afirmam que "os metaplasmos por transposição podem-se dar por deslocação de fonema ou de acento tônico da palavra". Assim, no caso da "metátese", que é a transposição de um fonema na mesma sílaba, podem ocorrer deslocamentos como: pro > por; semper > sempre; inter > entre.

Assim, por analogia, pode-se pressupor que a forma "ni" tenha se originado a partir da metátese da forma "em". Na oralidade do português brasileiro, inúmeros são os casos de metátese, os quais não devem ser concebidos simplesmente como erros gramaticais ou como desvios no processo de aquisição da linguagem. Conforme aponta Hora (2007, p. 178):

A metátese, processo que, em algumas línguas, envolve uma inversão na ordem linear dos sons sob certas condições, sempre foi considerada como sendo um fenômeno irregular, esporádico e restrito a erros de fala ou à linguagem da criança. A análise de manuscritos dos séculos XVII a XXI, entretanto, com a perspectiva de um estudo da fonologia diacrônica do português brasileiro, evidencia a metátese como um fenômeno muito mais produtivo na língua do que se supõe.

3.Outra hipótese, proposta por Lucchesi, Baxter & Ribeiro (2009), ao tratar dos mecanismos de expansão linguística envolvidos na transmissão irregular, considera a possibilidade de empréstimo linguístico a partir da aquisição de um crioulo de base lexical portuguesa por africanos recémchegados ao Brasil.

Os autores, na obra *O Português Afro-Brasileiro*, consideram a incorporação da forma "ni" ao português brasileiro resultado do contato linguístico entre as diversas comunidades de fala presentes no Brasil durante o processo de colonização do território. No contexto de formação do português brasileiro, é significativa a contribuição dos indígenas que aqui habitavam e, sobretudo, dos negros trazidos da África. A contribuição desse último grupo reflete-se não só no plano lexical, mas também nos planos fonético-fonológico e morfossintático.

Tratando, especificamente, da incorporação da variante "ni" ao português brasileiro, os referidos autores tecem uma importante observação:

Outros exemplos ocorrem quando uma mesma preposição provinda da L-sup passa a desempenhar funções que na L-sup são desempenhadas por duas ou mais preposições. Tal é o caso da preposição ni (< port. em), que indica tanto localização ("lugar onde") como direção ("lugar para onde") no português dos tongas e em variedades L2 do português de Angola (BAXTER, 2003) e Moçambique (GONÇALVES, 1996, 2004 *apud* LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009, p. 114-115).

Lucchesi (2001), ao discutir a polarização da realidade sociolinguística brasileira, destaca que o processo de imposição da língua portuguesa a centenas de línguas indígenas e africanas, então faladas no território brasileiro, foi fator preponderante para a aquisição de uma língua deficitária por parte das camadas menos privilegiadas. Essas classes não viam função no aprendizado do português, uma vez que seu uso era restrito a situações formais. Em contrapartida, as camadas mais abastadas concebiam a língua como um laço com Portugal e, consequentemente, com toda a Europa, sendo seu correto uso um ato meritório, restrito apenas às elites. O português brasileiro, desde a sua gênese, sofre esse efeito polarizador, tendo de um lado um uso culto da língua e de outro, um uso popular.

Assim, configurou-se um quadro de intenso contato linguístico, no qual diversas línguas eram faladas em situações informais e o português era a língua oficial, que deveria ser obrigatoriamente assimilada por nativos e escravizados. Tal assimilação ocorria de forma espontânea, sem qualquer preocupação com as alterações que se davam na estrutura da língua. Logo, inúmeras foram as contribuições advindas do contato linguístico para a formação do português brasileiro, o que nos leva a tomar como referência neste trabalho a proposta de Lucchesi, Baxter & Lopes (2009).

Poder-se-ia, ainda, pressupor a incorporação da variante "ni" como resultado do contato linguístico do português brasileiro com outras línguas, como o japonês, idioma em que a forma "ni" desempenha função prepositiva semelhante à da forma "em". Outras línguas, como o francês e o espanhol, também apresentam a forma "ni" em suas gramáticas. No entanto, desempenhando a função conjuntiva, equivalente à forma "nem" no português brasileiro.

Contudo, é sabido que o contato do português brasileiro com essas línguas não foi tão intenso e duradouro como aquele estabelecido junto às línguas de origem africana. Embora no processo de colonização do Brasil, junto aos portugueses, tenham adentrado e se estabelecido em território brasileiro povos de diversas origens, é registrado um expressivo contingente de negros, que em alguns momentos chegam a representar mais da metade da população brasileira. No apogeu do Ciclo do Ouro, registra-se no território de Minas Gerais, de acordo com o que afirma Holanda (2001), uma população de 96.000 habitantes de origem ou descendência africana.

Dessa forma, o contato entre as línguas do grupo africano e o português brasileiro — este ainda em processo de formação, já que à língua trazida da Europa foram sendo acrescentados elementos de origens diversas (vale a pena lembrar as contribuições de línguas como o árabe, o francês e as línguas indígenas ao português brasileiro) — possibilitou a incorporação de itens linguísticos de diversas naturezas ao português brasileiro. Conforme aponta Yeda Pessoa de Castro (2005, p. 5):

Iniciado o tráfico entre Brasil e África, já na primeira metade do século XVI observou-se a confluência de línguas negro-africanas com o português europeu antigo. A consequência mais direta desse contato linguístico e cultural foi a alteração da língua portuguesa na colônia sul-americana e a subsequente participação de falantes africanos na construção da modalidade da língua e da cultura representativas do Brasil.

É, também, de fundamental importância refletir sobre como se deu o contato do africano recém-chegado à colônia com a língua falada. Na

maioria das vezes, os escravizados aprendiam a língua de modo superficial, restringindo seu uso às situações de comunicação com os seus senhores. Assim, houve uma assimilação precária do português europeu, doravante PE, o qual era ensinado às novas levas de africanos que paulatinamente adentravam o território brasileiro. Na ausência de uma gramática, já que todo o processo de ensino-aprendizagem se dava através do meio oral, ocorriam alterações que foram se incorporando à estrutura do português brasileiro.

Desse modo, considerando as inúmeras contribuições dos africanos na constituição da língua e da cultura brasileira, tomamos como hipótese principal, neste trabalho, a transmissão linguística irregular como fator responsável pela incorporação da forma "ni" ao português brasileiro.

É importante destacar a estigmatização linguística sofrida pela variável "ni", já que se trata de uma variante não padrão, portanto, alvo de rejeição por grande parte dos falantes, mesmo aqueles que a realizam em sua fala espontânea. Conforme propõe Tarallo (1986, p. 9), as variantes podem ser classificadas a partir dos seguintes caracteres: padrão/não padrão, conservador/inovador, de prestígio/estigmatizado. Neste trabalho, a forma "ni" será analisada como uma variante não padrão e estigmatizada. Já com relação ao seu caráter conservador/inovador, acreditamos tratar-se de uma questão a ser discutida em um estudo específico, já que demandaria a incursão no campo da linguística histórica, subárea que não é abordada nesta pesquisa.

A análise em questão nasceu a partir do entendimento de que as formas em uso no português brasileiro, sobretudo aquelas que passam pelo fenômeno da variação linguística, devem ser registradas a fim de fornecer bases para futuras pesquisas que tenham correlação com o assunto. É de suma importância, também, a constituição de um inventário dos usos linguísticos em voga que, por sua vez, integram a memória do português brasileiro. Assim como os registros realizados pelos atlas linguísticos, as pesquisas sociolinguísticas contribuem significativamente para os estudos de variação e para conhecimento da estrutura do português brasileiro.

Nessa perspectiva, pensa-se a língua como expressão da identidade de seus falantes enquanto membros de uma mesma comunidade linguística. Calvet (2002, p. 116), ao discutir tal conceito, destaca que Labov "considerava a comunidade linguística não como 'um conjunto de falantes empregando as mesmas formas', mas como 'um grupo de falantes que têm em comum um conjunto de atitudes sociais para com a língua".

Dessa forma, enfatiza-se ainda mais o caráter da língua como elemento constituidor da identidade de um povo. Para além da sua função comunicativa, a língua espelha atitudes, valores e visões de mundo de seus falantes.

A escolha pela comunidade de Ouro Preto (MG) deve-se à sua importância no cenário histórico e artístico nacional. A cidade, fundada no auge da exploração aurífera, figurou como protagonista em notáveis acontecimentos históricos, como a Guerra dos Emboabas e a Inconfidência Mineira, sendo, inclusive, capital do estado de Minas Gerais até o fim do século XIX, ocasião em que a cidade sofreu um grande esvaziamento populacional devido à mudança da administração estadual para a cidade de Belo Horizonte.

Ouro Preto (MG) é internacionalmente reconhecida como Patrimônio Histórico da Humanidade, título concedido pela Unesco no ano de 1980. Tal título é fruto de sua participação na constituição da nação brasileira e do importante conjunto arquitetônico barroco que se encontra instalado na cidade, configurando um legítimo museu a céu aberto. Importante destacar que, mesmo sendo uma cidade detentora de meritória história, foi apenas com a vinda dos modernistas à cidade que nasceu a proposta de valorização e divulgação da cultura e da arte ouro-pretana. Assim, Ouro Preto (MG) projetou-se no cenário artístico e histórico mundial.

São relevantes para este estudo, sobretudo, alguns aspectos relativos à composição da população de Ouro Preto (MG). No papel de grande centro minerador, a cidade recebeu expressivo contingente de africanos que para aqui foram trazidos a fim de trabalhar na extração mineral. Assim, formou-se uma comunidade na qual há predomínio da população negra, o que tem como consequência não apenas a manutenção de tradições e costumes de origem africana – como a existência de irmandades de santos de origem negra e de festas tradicionais como congado e folia de reis –, mas também forte influência no perfil linguístico dos falantes da comunidade. São perceptíveis algumas peculiaridades na fala de alguns moradores de Ouro Preto (MG), incluindo nestas o uso da forma "ni", objeto deste estudo.

No quadro a seguir, observa-se o predomínio da população negra e parda no município de Ouro Preto, as quais juntas representam mais do que o dobro da população branca. A título de comparação, seguem os dados referentes à população brasileira, a qual apresenta equivalência entre o número de habitantes brancos e habitantes negros e pardos.

	Cor ou raça						
							Sem
	Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	declaração
Brasil	190.755.799	90.621.281	14.351.162	2.105.353	82.820.452	821.501	36.051
Ouro Preto							
(MG)	70.281	22.572	10.363	939	36.147	261	-

QUADRO 1 – População residente por cor ou raça. Fonte: IBGE (2010)

Ainda na perspectiva da sociolinguística, é interessante observar a constante influência que a comunidade sofre em decorrência da presença de turistas. Segundo levantamento da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, a cidade recebe em média 30.000 visitantes/mês, o que contribui de forma expressiva para o desenvolvimento da economia local, além de propiciar intenso intercâmbio cultural entre os envolvidos na atividade turística. O turismo destaca-se como principal atividade econômica, estando grande parte dos ouro-pretanos envolvidos com algum serviço dessa natureza. É inegável que o frequente contato com o elemento exterior contribua para a mudança do perfil da população, o que reflete, também, no perfil linguístico dos moradores.

A escolha da variável analisada nesta pesquisa se deu após período de observação impressionística, quando fora constatado que os itens "em" e "ni" são utilizados correntemente, na oralidade, pelos falantes residentes na sede do município de Ouro Preto (MG), enquanto variantes co-ocorrentes. Também foram identificadas na literatura pesquisas sobre o uso da forma "ni" em outros estados brasileiros, conforme já discutido anteriormente.

Faz-se também importante o estudo em questão, considerando a contribuição que este proporcionará àqueles já concluídos, além dos estudos sobre a variante "ni" e sobre a fala ouro-pretana que ainda hão de se realizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Davi Borges de; NASCIMENTO, Aurelie Marie Franco. O locativo ni na fala sergipana: uma interpretação à luz do contato de línguas. *Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura*, Itabaiana, vol. 19, n. 2, p. 99-110, 2013. Disponível em:

http://www.seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/1315/1165>. Acesso em: 25-10-2013.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística*: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CASTRO, Yeda Pessoa de. A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: Secretaria Municipal de Educação – Prefeitura da Cidade do Salvador. (Org.). *Pasta de textos da professora e do professor*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005. Disponível em: http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>. Acesso em: 22-10-2014.

FERRARI, Lílian Vieira. Variação Linguística, Cognição e Redes Sociais. *Neue Romania*, Berlin, vol. 39, p. 67-93, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil.* 26. ed. 17. reimp. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

HORA, Dermerval; TELLES, Stella; MONARETTO, Valéria N. O. Português brasileiro: uma língua de metátese? *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, vol. 42, n. 2, p. 178-196, set. 2007. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/2799/2138. Acesso em: 8-07-2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <<u>http://censo2010.ibge.gov.br/pt</u>>. Acesso em: 26-07-2015.

_____. *Sistema IBGE de recuperação automática*. Disponível em: <<u>http://www.sidra.ibge.gov.br</u>>. Acesso em: 14-07-2015.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolinguística do Brasil (1500-2000). *DELTA*, São Paulo, vol. 17, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-

44502001000100005&script=sci arttext#nt07>. Acesso em: 10-05-2014.

_____; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Orgs.). *O português afro-bra-sileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PAES, Maria Bethânia Gomes. A preposição ni em Vitória da Conquista:

usos e avaliação do falante. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudo da Linguagem). – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto. *Pesquisa de demanda turística*. Relatório mensal, junho/2014, Ouro Preto (MG). Disponível em: http://www.ouropreto.mg.gov.br/portal do turismo 2014>. Acesso em: 20-05-2014.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

ANÁLISE LINGUÍSTICA: O USO DO SUJEITO COMO ELEMENTO COESIVO

Hadhianne Peres de Lima (UFAC)

<u>hadhianne@hotmail.com</u>

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)

Alessandra Mustafa da Silva (UFAC)

RESUMO

Este artigo, cujo título é Análise linguística: o uso do sujeito como elemento coesivo, trata da abordagem dada à análise linguística nas salas de aula do 9º ano do Ensino Fundamental. Nosso objetivo é analisar, na produção textual dos alunos, a utilização do sujeito como elemento de coesão no gênero reportagem. Para isso, fundamenta-se nos estudos de Neves (2013), que defende que a escolha de um elemento para expressar o sujeito se baseia na intenção comunicativa do falante; e de Duarte (2013), que critica a classificação tradicional do sujeito e a ideia de considerá-lo, na mesma perspectiva, como um elemento essencial da oração. Assim, apresentamos nesse trabalho o quão relevante é a utilização conjunta da produção textual dos nossos alunos para ser trabalhada a análise linguística.

Palavras-chave: Ensino. Análise Linguística. Sujeito.

1. Considerações iniciais

Muito tem inquietado os professores de língua portuguesa no que diz respeito à análise linguística. Temos em nossas salas de aulas alguns extremos, como privilegiar somente o estudo totalmente descontextualizado da gramática com análises feitas a partir de frases soltas. Por outro lado, na tentativa de adequar-se à nova perspectiva de ensino, trabalhamos excessivamente os gêneros textuais sob os moldes de sua estrutura, suporte e compreensão. E, quanto ao estudo da língua, o texto é utilizado apenas como pretexto.

Nesse sentido, compete, em especial, ao professor de língua portuguesa, reestruturar as propostas pedagógicas e as intervenções adotadas até então e procurar meios de minimizar essa polarização, buscando abordar a análise linguística dentro do gênero textual, sem que seja necessário retirar as frases do texto, evitando, assim, os exercícios sem sentido e pouco eficientes no desenvolvimento da competência comunicativa.

A partir dessa inquietação, sentimo-nos motivadas a analisar, na produção textual dos alunos, a utilização do sujeito como elemento de coesão no gênero reportagem. Observamos como eles utilizam, com base

numa gramática que lhes é inerente, o sujeito como elemento de referenciação responsável pela progressão e tessitura do texto. Dessa maneira, o estudo da análise linguística atende ao propósito de trazer mudanças significativas no que diz respeito ao ensino de uma língua reflexiva concretizada nas vivências socioculturais que temos.

Para tanto, utilizamos como suporte teórico o que pensam Bezerra e Reinaldo (2013) cujos estudos linguísticos estão associados ao texto, gênero e discurso, pois as práticas comunicativas ditas por eles são refletidas nos gêneros textuais que as materializam. E, é sob a perspectiva dessas autoras que temos a abordagem linguística que ora apresentamos.

Dentre outros autores, foram citados também Riegel e Lemle (*apud* BEZERRA & REINALDO, 2013). Tais autores entendem como análise linguística unidades variadas como fonema, morfema, palavra, sob a perspectiva da descrição do fato. Lemle (*apud* BEZERRA & REINALDO, 2013) aborda em seu livro *Análise sintática* fatos relacionados ao léxico envolvendo semântica e sintaxe. Este artigo está dividido em três capítulos, os quais passam a ser descritos a seguir, enfatizando-se a temática de que tratam e os pontos principais de cada um.

No primeiro capítulo, faremos uma abordagem sobre o que é análise linguística e a perspectiva que melhor se enquadra para que haja uma análise tendo como base o gênero textual e sua concretude nas práticas sociais.

No segundo capítulo, trouxemos à baila posicionamentos sobre o que é sujeito, tendo como elemento norteador a gramática tradicional e novas perspectivas de abordagem do sujeito sugeridas por Duarte (2013), que afirma que o sujeito é um argumento que se agrega ao predicado e tem o verbo como estrutura nuclear da oração. A abordagem tradicional foi pautada com a gramática do Cegalla (2008), que traz toda a estrutura do sujeito e suas classificações, partindo do princípio de que o sujeito é um termo essencial da oração.

Dando continuidade à proposta que ora apresentamos, no terceiro capítulo, analisa-se o sujeito como elemento de referenciação a partir de algumas produções de alunos do 9° ano do ensino fundamental de uma escola pública, no município de Rio Branco – AC.

2. Análise linguística

O que entendemos sobre habilidades linguísticas? Muitos são os estudos realizados que concernem na aplicação da análise linguística nas salas de aula de língua portuguesa. Estudos tradicionais gramaticais que abordam a análise linguística, ressaltando apenas nomenclaturas e classificação gramatical, são considerados, atualmente, como insuficientes para o ensino de língua materna, pois este vai além de simples classificações e terminologias.

Nos anos 80, por exemplo, Riegel (*apud* BEZERRA & REINALDO, 2003), em seu livro *Iniciação à Análise Linguística*, tem como objeto de estudo da linguística unidades variadas como fonema, morfema, palavra sob a perspectiva da descrição do fato. Ainda no ano de 1984, temos Lemle (*apud* BEZERRA & REINALDO), que aborda, em seu livro *Análise sintática*, fotos relacionados ao léxico envolvendo semântica e sintaxe.

Bezerra e Reinaldo (2013, p.26) afirmam que "a observação das formas linguísticas está associada à identificação do seu uso e de sua função nas práticas comunicativas, assim, a expressão análise linguística remete à descrição das formas da língua em seu uso e funcionamento".

É sob a perspectiva das autoras mencionadas que temos a abordagem linguística que apresentamos atualmente, na qual os estudos estão associados ao texto, gênero e discurso, pois as práticas comunicativas ditas por Bezerra e Reinaldo (2013, p. 26) são refletidas nos gêneros textuais que as materializam.

Em meio a esta carência, surge a análise linguística, com propósito de trazer mudanças significativas no que diz respeito ao ensino de uma língua reflexiva e concretizada nas vivências socioculturais que temos. Para isso, devemos focar na construção do sentido do texto, uma vez que através dele compreendemos o cumprimento das funções da linguagem e percebemos que essas funções se organizam com base na função textual. É preciso observar a língua em uso, como fenômeno de interação social e prática discursiva. Isso significa rejeitar o modelo tradicional que deixa tantas confusões e imprecisões, e nos ocuparmos em ampliar a competência comunicativa dos alunos, para que eles utilizem a linguagem de maneira mais eficiente nas diversas situações de uso.

3. Confronto entre abordagem tradicional e novas perspectivas

A gramática tradicional aponta três divisões para o que chamamos "Termos da Oração", que são: termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios. Duarte (2013, p.185) faz uma análise crítica sobre essa divisão, a autora afirma que essas terminologias não contribuem para uma visão das relações entre os constituintes da oração, o que acontece, na verdade, é levar o aluno a pensar que as nomenclaturas é o que caracteriza os termos, isto é, os termos essenciais são mais importantes que os demais.

Outra crítica apontada, desta vez por Perini (*apud* DUARTE, 2013, p. 184), diz que a gramática tradicional prega que o sujeito "é o ser sobre o qual se faz uma declaração", e esta mesma gramática posta que há oração sem sujeito. Quanto ao predicado – "tudo aquilo que se diz do sujeito" -, como aplicar a definição se há oração sem sujeito?

Duarte (2013, p. 186) diz que o ponto de partida para entendermos a estrutura da oração é o elemento nuclear, ou seja, o que origina uma oração é o verbo, pois os demais constituintes se harmonizam a ele. Esse princípio tem como perspectiva a gramática de valências.

Segundo Busse e Vilela (1986), em seu livro *Gramática de Valências*, temos que a valência corresponde ao número de lugares vazios previstos pelo lexema e que as estruturas do tipo valencial mais evidentes são encontradas de forma mais precisa nos verbos. Essa perspectiva, por sua vez, é um desdobramento da gramática de dependência, que se ajusta à ideia de que o verbo é o elemento central da estrutura da oração.

A gramática de valências tem como princípio o verbo, do qual todos os constituintes dependem. Essa dependência é vista sob dois aspectos: sintático e semântico. Um exemplo bem simples é o verbo *dar*, que, pelo conceito de Busse e Vilela (1986), prevê três lugares vazios: o primeiro corresponde ao "dador" (sujeito); o segundo, ao "dado" (objeto direto); o terceiro, ao "recebedor" (objeto indireto).

Observamos nessa estrutura que o sujeito é visto como um elemento que compõe o significado do verbo e é também um termo que se articula e se harmoniza com o "predicador", no caso o verbo. O termo *predicador*, adotado por Duarte (2013), estará presente durante toda nossa abordagem. Os estudos de gramática que estabelecem relação entre seus termos constroem sentido para que possam ser aplicados coerentemente seja qual for o contexto.

Corroborando também com essa nova perspectiva de que o predicador é quem estrutura a frase, Neves (2013, p. 37) diz que todos os itens lexicais de uma língua se analisam dentro da predicação. Desse modo, quem dita as regras em meio à construção, forma e ordenação frasal é o verbo.

Apoiada no ponto de vista da gramática de valências, citada anteriormente, Duarte (2013 p. 186) também acredita que o elemento mais importante e que dá origem à oração é o verbo (predicador) que ela chama de elemento nuclear. E que o sujeito é um entre os vários termos articulados com esse predicador.

A autora divide esses termos que se articulam com o verbo entre argumentos internos e argumentos externos. Aqueles são os tipos de predicado e esses, os argumentos externos, ela classifica como sujeito. Duarte (2013, p. 195) também discorda de como o sujeito é classificado na abordagem tradicional, como se observa a seguir:

Classificar o sujeito como "oculto" (ou "subentendido", "desinencial", entre outros tantos nomes) só faz sentido se ele se opuser ao sujeito "expresso". Quando se considera que a possibilidade de expressar ou não o sujeito em certas estruturas é uma propriedade que distingue as línguas humanas, pode se defender que tal classificação seja mantida, desde que feita com coerência. Quanto ao sujeito "indeterminado", que é uma noção semântica, tal classificação, da mesma forma que vimos antes, só faz sentido se ao sujeito indeterminado se opuser o sujeito "determinado", isto é, sujeito que tem referência definida no contexto discursivo.

Sendo assim, a classificação do sujeito ficaria: quanto à estrutura, poderia ser expresso ou não expresso, e quanto à referência, teríamos que observar o significado e o sentido das palavras em determinados contextos, para considerá-la definida ou indefinida. Para visualizarmos como ficaria essa proposta de ordenação dos sujeitos, apresentamos a tabela proposta por Duarte (2013, p. 196) com a classificação do argumento externo segundo sua forma e referência.

Podemos observar, no quadro abaixo, que a autora reorganizou o sujeito estabelecendo critérios sintáticos e semânticos. De um lado, a forma e, do outro, a referência. A forma está voltada para o sujeito na sua expressão visual de que pode ou não está presente na frase. Quanto à referência, pode ser definida, indefinida e sem referência. A referência definida, por sua vez, pode, quanto à forma, está expressa ou não na oração.

REFE-	FORMA		
RÊNCIA	Não expresso	Expresso	
Definida	Fui/Fomos/Foram ao tea-	Eu/Nós/As meninas/Elas foram	
	tro ontem.	ao teatro ontem.	
Indefinida	Rouba ram as rosas do jardim.	Eles estão assaltando neste bairro.	
	Precisa mos de ordem e pro-	Nós precisamos de ordem e pro-	
	gresso.	gresso.	
	Não usa mais máquina de escre-	A gente precisa de ordem e pro-	
	ver.	gresso.	
	Vende apartamento.	Você vê muito comercio no centro.	
Sem refe-	Choveu muito.		
rência	Fez frio.		
	Houve confusão.		

Tab. 1: A classificação do argumento externo segundo sua forma e referência (conteúdo). Fonte: Duarte (2013, p. 196)

Em uma abordagem tradicional de sujeito, temos: o sujeito como um dos termos essenciais da oração, que, segundo Cegalla (2008 p. 324), é constituído por um substantivo ou pronome, ou por uma palavra ou expressão substantivada.

Vejamos quais os tipos de sujeito existentes e como eles são caracterizados para que possamos identificá-los segundo o autor citado acima.

Sujeito simples: quando tem um só núcleo.

Sujeito composto: quando tem mais de um núcleo.

Sujeito expresso: quando está explícito, enunciado.

Sujeito oculto ou (elíptico): quando está implícito, isto é, quando não está expresso, mas se deduz do contexto.

Sujeito agente: se faz a ação expressa pelo verbo na voz ativa.

Sujeito paciente: quando sofre ou recebe os efeitos da oração expressa pelo verbo passivo.

Sujeito agente e paciente: quando o sujeito faz a ação expressa por um verbo reflexivo e ele mesmo sofre ou recebe a ação.

Sujeito indeterminado: quando não se indica o agente da ação verbal.

Exemplos:

- 1- verbo na 3ª pessoa do plural
- Dizem que a família está falindo. (Alguém diz, mas não se sabe

quem)

- Disseram que morreu do coração.
- 2- verbo na 3ª pessoa do singular + se, índice de indeterminação do sujeito
- Precisa-se de mão de obra especializada. (Não se pode determinar quem precisa)

Sujeito inexistente: também chamado de oração sem sujeito, é designado por verbos que não correspondem a uma ação, como fenômenos da natureza, entre outros.

Exemplos:

- 1- Verbos indicando Fenômeno da Natureza
- Choveu na Argentina e fez sol no Brasil.
- 2- verbo haver no sentido de existir ou ocorrer
- Houve um grave acidente na avenida principal.
- Há pessoas que não valorizam a vida.
- 3- verbo fazer indicando tempo ou clima
- Faz meses que não a vejo.
- Faz sempre frio nessa região do estado.

A forma como o termo sujeito é tradicionalmente ensinado em nossas escolas parte da análise de frases soltas, mesmo quando são retiradas de textos, nesse caso, o texto é usado como pretexto, e são atividades meramente mecânicas, que levam a uma análise superficial, que não se articula com a dinâmica do texto nem com a organização referencial do discurso que levou às escolhas do modo de expressão do sujeito (NEVES, 2013, p. 119). Em suma, nesse modelo de ensino, não há aplicabilidade real, portanto, não se configura como atividade da língua em uso, que é o que o falante nativo precisa desenvolver para atingir uma competência comunicativa realmente eficiente.

Menos eficiente e inteiramente equivocada é a classificação do sujeito em "simples", "composto", "oculto", "indeterminado", e ainda a "oração sem sujeito", uma vez que essa classificação em nada contribui para a produção do efeito de sentido necessária durante a interação verbal. Duarte (2013, p. 195), coerentemente nos sugere classificar o sujeito

quanto a sua forma, que seria expressa ou não expressa, quanto à referência, que seria definida, indefinida ou não ter qualquer referência.

Segundo Neves (2013, p. 121):

Para que um estudante reflita sobre os recursos que a língua lhe oferece para melhor desempenho, o que proponho como absolutamente imprescindível é que se propicie uma reflexão sobre a funcionalidade das escolhas que o falante faz e sobre os resultados de sentido que cada escolha desencadeia. Não há uma substituição mecânica de nome por pronome, ou de pronome por zero, operada aleatoriamente, como sugerem alguns exercícios.

A escolha de um outro elemento para expressar o sujeito se baseia na intenção comunicativa do falante e deve ser avaliada para que, além de possibilitar a compreensão do texto, ainda torne evidente os efeitos da escolha, permitindo a percepção do bom desempenho da produção do texto nas mais variadas situações discursivas.

O bom texto depende principalmente do domínio da utilização dos recursos coesivos. Por ser um importante componente textual, a coesão é responsável pela tessitura do texto e nela estão presentes os laços coesivos, que são: a referência, a elipse e a coesão lexical. Dentro desses três elementos coesivos, encontramos o sujeito tanto na sua forma expressa como na forma não expressa. Para melhor compreendermos, abordaremos a seguir algumas possibilidades de realização do sujeito como elemento coesivo, a iniciar pela referência.

A análise linguística que faremos não partirá de textos bem escritos, de autores renomados, ou de produções dos livros didáticos. "Ao contrário, o ensino gramatical somente tem sentido para auxiliar o aluno. Por isso partirá do texto dele". (GERALDI, 2004, p. 73/74).

Com o objetivo de contribuir e entender as realizações do sujeito como elemento de referenciação e progressão textual, observamos algumas produções de alunos do 9° ano do ensino fundamental de uma escola pública, no município de Rio Branco (AC). Os textos analisados foram escritos mediante proposta de produção do gênero reportagem, trabalhado por meio de uma sequência didática que contemplou diversas leituras do gênero em questão, foram desenvolvidas atividades que retrataram as características do gênero, condições de produção e circulação.

Em relação à escolha dos textos de alunos como objeto de estudo, objetivou-se analisar a utilização do sujeito como elemento coesivo na produção da reportagem, identificar os momentos em que ele aparece, se os casos de referência, elipses, e coesão lexical foram bem empregados, a fim

de evitar repetições e ambiguidades que comprometem a progressão e a tessitura do texto.

4. O sujeito como elemento de coesão

Na construção da progressão textual, observamos o sujeito como um dos elementos de referenciação que permite o andamento do texto. Vejamos a seguir: [...] *alunos* que brigam não recebem a punição que deveriam, muitos foram expulsos e uma semana depois *ele* voltam a estudar. E não *mudam* nada porque *sabem* que não vão sofrer as penalidades adequadas [...]. (Grifo nosso)

O referente principal, *alunos*, foi utilizado como elemento introdutor e depois retomado por *ele* e pelas elipses *mudam* e *sabem*. O sujeito trazido no fragmento acima foi escolhido pelo emissor de acordo com o seu próprio discurso, as marcas, por exemplo, de sujeito oculto caracterizadas pelos verbos em terceira pessoa do plural, *mudam* e *sabem*, que, de acordo com a gramática normativa, essa marcação é de sujeito oculto, no texto em questão essa estrutura utilizada não interfere na compreensão de saber de quem está sendo falado.

Neves (2013, p. 119) diz que essa não expressão do sujeito na frase é caracterizada por um "vazio", um "zero" (Ø). Contudo, na produção observada, esse vazio não comprometeu o entendimento do texto, e a escolha do emissor por essa estrutura foi de acordo com a gramática que lhe é inerente.

No entanto, a escolha desse vazio em determinados contextos pode ocasionar a não compreensão do texto, quando, por exemplo, for utilizada para introduzir novos temas e não mais como referentes.

Outro aspecto que observamos foi que o produtor utilizou o pronome pessoal de terceira pessoa *ele* para ocupar o lugar do sujeito, *ele voltam a estudar*. Segundo Neves (2013, p. 121), nesse caso, a escolha do pronome para substituir o sujeito foi necessária para explicar que a referenciação é pessoal (no caso os alunos que brigam).

Na construção de um texto, a referenciação contribui para desenvolvimento da tessitura textual, num processo de preservação dos referentes introduzidos, retomada e introdução de novos referentes para, assim, produzir a progressão do texto e o encadeamento das ideias. Assim, ao utilizarmos um pronome pessoal de terceira pessoa, por exemplo, devemos

ter mencionado seu referente anteriormente, caso contrário, teremos comprometido a compreensão do enunciado por parte do nosso destinatário, como podemos observar no trecho de outro texto analisado abaixo.

- $[\ldots]$ O professor de história X participou da greve e nos contou como tudo começou. $[\ldots]$
- [...] Ele nos contou também que as reivindicações eram justas, mas o governo mostrava-se inflexível. [...] (Grifo nosso).

A escolha pelo sujeito expresso por pronome pessoal no segundo trecho não foi feita de maneira aleatória. O falante, no momento do discurso, opta pela escolha que lhe parece comunicativamente mais adequada e utiliza o pronome pessoal *Ele* como medida de retomada do referente principal *O professor de história*. Nesse caso, o acesso ao referente está ativo, ou seja, foi dado anteriormente e continua na consciência do leitor. Dessa maneira, é perfeitamente recuperado no momento em que se necessita dele para construir a progressão do texto. Essa configuração revela o fato de que a anáfora textual é mais do que uma retomada referencial, isso porque o texto é criação discursiva, e o percurso referencial nele inserido se submente ao universo de entidades que se organizam discursivamente. (NEVES, 2013, p. 96)

Em outro trecho temos:

[...] O professor deveria ser o mais valorizado porque ele que ensina cada um de nós.

Na opinião do *professor X* o que mudaria na educação é isto: A valorização dos profissionais de educação, melhorias nas condições de trabalho e mais investimentos em políticas educacionais. (Grifo nosso)

Aqui temos a repetição desnecessária do sujeito *professor*, quando o referente principal – professor –, depois de introduzido, poderia ser perfeitamente retomado pelo substantivo mestre, sem que fosse alterada a categorização lexical, o que demonstra pouco domínio do aluno com a coesão lexical, sendo ela um importante mecanismo coesivo para a melhor construção do texto.

5. Considerações finais

Para estudar o sujeito como elemento de coesão, apoiamo-nos na linguística textual e tivemos o aporte teórico das obras de Neves e Duarte (2013). Para essas autoras, o estudo do sujeito não deve ser um fim em si mesmo, que em nada contribui para o desenvolvimento da competência linguística de nossos alunos a mera classificação do sujeito.

Segundo a concepção de Neves (2013), a gramática da língua se resolve na produção textual e vice-versa. Portanto, sendo a escola um espaço destinado ao desenvolvimento das capacidades do indivíduo, não podemos reduzir o ensino da língua materna a simples recortes facilitadores que bloqueiam a competência comunicativa.

Numa avaliação efetiva das possibilidades de emprego dos efeitos obtidos com o uso do sujeito como elemento coesivo, observamos que este pode e deve ser trabalhado harmonicamente na produção textual, pois é neste passo do ensino que nossos alunos põem em prática, de fato, o que sabem, não só sobre sujeito, mas também sobre todas as habilidades necessárias para que um texto seja coerente, coeso e compreensível. E nós, enquanto professores, temos que ter o discernimento de propor atividades aos nossos alunos que privilegiem, em grau de igualdade, a análise linguística e a produção textual, pois ambas formam um processo contínuo para a escolarização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A *gramática de valência*. [Sem informações editoriais e de autoria]. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/10437/10437 4.PDF>. Acesso em: 20-02-2014.

BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. G. M. *Análise linguística*: afinal, a que se refere? 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Como se realiza a coesão. [Sem informações editoriais e de autoria]. Disponível em: http://www.pucrs.br/gpt/coesao.php>. Acesso em: 28-04-2014.

CEGALLA, D. P. *Gramática da língua portuguesa* 48ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

DUARTE, Maria Eugenia. Termos da oração. In: VIEIRA, Silvia R.; BRANDÃO, Silvia F. (Orgs.) *Ensino de gramática*: descrição e uso. 2. ed.

São Paulo: Contexto, 2013.

GERALDI, João Wanderley. (Org.). *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KOCH, Inguedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender*: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, Maria Helena M. *Que gramática estudar na escola?* Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2013.

Tentativa de organização do caos: a gramática de valências de Busse e Vilela. [Sem informações editoriais e de autoria]. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/17547/17547_5.PDF>. Acesso em: 08-03-2014.

VIEIRA, Silvia R.; BRANDÃO, Silvia F. (Orgs.). *Ensino de gramática*: descrição e uso. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VILELA, Mário; BUSSE, Winfred. *Gramática de valências*. São Paulo: Educ, 1986.

ASPECTOS FONÉTICOS DO LATIM VULGAR PRESENTES NO PORTUGUÊS COLOQUIAL DE INTEGRANTES DA MELHOR IDADE

Clemilton Pereira dos Santos (UEMS) <u>clemilton.ps@uems.br</u> Andréia Firmo Chaves (UEMS)

RESUMO

O presente trabalho estabelece relações entre o latim vulgar, e o português coloquial utilizado por integrantes da melhor idade no município de Jardim, Mato Grosso do Sul. Nosso objetivo é evidenciar, através de entrevistas, que o latim vulgar, no aspecto fonético, está vivo na fala da sociedade atual, mais especificamente, dos moradores cuja faixa etária é superior aos 60 anos. Para desenvolvimento das atividades de pesquisa, primeiramente realizamos uma revisão bibliográfica em torno do latim vulgar e de suas características fonéticas a partir da leitura de Coutinho (1973), Bassetto (2001), Ilari (1999) e Silva Neto (1953) e Melo (1971). Posteriormente, passamos à entrevista com 3 (três) informantes com baixa escolaridade e idade acima dos 60 anos com intuito de coletar as histórias de vida (experiências vividas). Feitas as entrevistas, as quais foram armazenadas em gravadores digitais, realizamos as transcrições e levantamento dos aspectos fonéticos. Mediante análise, podemos verificar que ocorrem diversas semelhanças que ligam o português coloquial ao latim dito vulgar.

Palavras-Chave: Língua latina. Português usual. Fonética. Semelhanças.

1. Introdução

O latim, enquanto modalidade oral falada no Lácio, durou cerca de doze séculos, desde a fundação de Roma até a queda do Império Romano no Ocidente. Com o tempo, o idioma se estilizou e passou a apresentar dois aspectos: o latim vulgar e o latim clássico. Segundo Maurer Jr. (1962), tendo em vista que uma cultura e sua língua são indissociáveis, as diferentes variedades faladas refletem as diferentes sociedades que viviam em Roma: de um lado, uma sociedade rica, aristocrática e conservadora; de outro, uma sociedade pobre, plebeia e aberta a todas as influências. (Cf. ILARI, 1992)

Como afirma COUTINHO (2005, p. 30), a esta sociedade menos privilegiada, pertenciam os soldados (milites), os marinheiros (nautae), os artífices (fabri), os agricultores (agricolae), os barbeiros (tonsores), os sapateiros (sutores), os taverneiros (caupones), os artistas de circo (histriones), etc., homens livres e escravos, que se acotovelavam nas ruas, que se comprimiam nas praças que frequentavam o fórum, que superlotavam os

teatros, a negócio ou em busca de diversões, toda essa gente, em fim, que se passara pela escola, dela só conservara os conhecimentos mais necessários ao exercício da sua atividade. O latim foi utilizado por um grande período e por um número grande de falantes e, por esse motivo, sofreu transformações por diferenças sociais, época, delimitações geográficas, influências estrangeiras ou tantos outros fatores, pode ser caracterizado conforme a época e sua condição como língua falada e escrita.

O latim vulgar era uma língua popular, falada pela grande massa pobre e quase que inteiramente analfabeta, era uma língua simples, mais expressiva, mais concreta e permeável a elementos estrangeiros. Existiu em todas as épocas da língua latina e nunca foi uma língua uniforme. Gramáticos e escritores a consideravam indigna de consideração e, por isso, procuravam evitá-la em suas obras, o que não se diferencia das múltiplas visões emitidas no embate entre gramático e linguista no tocante às variedades linguísticas presentes no século XXI e os ditos veiculados na mídia brasileira

"Isso ou aquilo está errado. Tais falantes usam melhor a língua portuguesa que outros". Ditos e reditos preconceituosos no tocante à modalidade oral adotada pela maior parte da população brasileira nos remetem ao histórico do latim vulgar, o qual esteve presente em todas as épocas da língua latina oportunizando-nos afirmar que a maior diferença entre o latim vulgar e o latim clássico, e por que não entre o português escrito e o falado em sua variante informal, usual, não era e não é o fato de um ser escrito e o outro falado, ou então, o fator cronológico.

A grande diferença entre as duas variedades tanto na língua latina, quanto na língua portuguesa está na origem social. O latim clássico representava uma sociedade fechada, conservadora, embasada na língua e não na fala, na vivacidade dos discursos, aristocrática. O latim, em sua modalidade usual, era adotado por uma classe social aberta a mudanças e influências, sempre incorporando elementos de origem das mais diversas ordens, meios, fatores, sejam eles estrangeiros ou não, a partir do núcleo plebeu ou popular.

Como afirma Ilari (1992): enquanto o latim clássico possuía um respaldo na escrita e, por isso, tinha uma unidade notável e não estava sujeito a mudanças rápidas, o latim vulgar, por ser eminentemente falado, submetia-se mais facilmente às influências externas e, dessa forma, foi derivando para dialetos regionais que acabaram por dar origem às línguas românicas. Ele é o ponto de partida das línguas românicas, falado no dia a

dia era uma língua com finalidades práticas e imediatas, ao contrário do latim clássico. O latim vulgar é, na verdade, um latim popular que existiu em todas as épocas da língua latina. Este latim pertencia a uma população que era muito pouco ou nada escolarizada e que, portanto, não poderia ter sido influenciada pelos modelos literários e pela escola. (Cf. Herman, 1967, p. 16)

A relação latim clássico/latim vulgar está muito relacionada à nossa realidade linguística português formal/coloquial. No geral, toda a discussão que permeia o que deve ou não deve ser usado em matéria de língua e cultura passa pelas relações de poder, de colonialismo e de colonialidade, fazendo aqui uma referência a Mignolo (2005). Da mesma foram que há na língua portuguesa toda uma discussão que se resolve a partir das definições de contexto e adequação, havia, no império romano, uma grande segregação social entre os dois aspectos da língua latina, pois, segundo Bassetto (2001, p. 92), o latim vulgar era totalmente ignorado pelas classes sociais mais abastadas.

O sermo plebeius era essencialmente falado e era a norma da porção menos favorecida da sociedade. Um dos grandes aspectos de diferenciação deu-se a partir do aparecimento da literatura latina que contribuiu para a diversificação da sociedade romana, como afirma Ilari (1997): os autores latinos procuravam pautar seus escritos pelo ideal da urbanitas, evitando formas ou expressões que conotassem arcaísmo ou provincianismo, ou que lembrassem a educação precária das classes subalternas e do campo (rusticitas). Essa porção da sociedade era tão desprezada pela aristocracia que esse latim foi ignorado pelos estudiosos romanos, mas era vivo e real, tanto que acabou originando as línguas românicas. Porém, o latim vulgar nunca se isolou completamente da língua literária, pois sempre houve um convívio constante entre todas as classes, através do teatro, às vezes pela escola e, mais tarde, pela Igreja, que mesmo de forma um tanto mecânica, também atuou enquanto ferramenta de intercâmbio entre pessoas dos mais diversos setores, conforme Burke (1995).

A mesma história que nos conduz ao vislumbramento da origem e também das explicações à grande parte da estrutura de nossa língua, linguagem e costumes materializados no discurso também nos remetem às tentativas de minguar as discussões acerca da variante coloquial, no latim, dito *sermo vulgaris*. Sabe-se que "os escritores tinham noção da existência das variedades/modalidades (ora chamadas de *sermo plebeus, rusticus, peregrinus, castrenses*). No entanto, a utilização por parte dos gramáticos e escritores de modo sistemático era inaceitável". (BASSETTO, 2001, p. 91)

Mesmo assim, rejeitada, a língua latina em sua modalidade vulgar faz-se presente e forte desde as lutas dos plebeus, classes minoritárias a fim de participar das decisões, de 600 a 287 a.C, passando pelos aspectos históricos de expansão e queda do império romano, deixando marcas, tanto no vocabulário, quanto nos aspectos morfofonológicos do português falado no Brasil nos mais diversos séculos de história de nossa língua portuguesa oriunda da modalidade do latim trazida pelos colonizadores a qual já marcada pelos adstratos, superestratos e substratos na formação do português de Portugal, vai se modificando, categorizando e recategorizando-se de tempo em tempo, principalmente no português coloquial e nas denominações conferidas em virtude dos avanços tecnológicos.

O estudo da língua portuguesa está diretamente associado ao estudo da língua latina. Segundo Bortolanza (2003), "estudar gramática supõe, antes de tudo, ser filólogo, conhecer a língua em sua dimensão histórica, social e diacrônica". Ainda, a partir do pesquisador, em defesa dos estudos latinos, relegados a um segundo plano desde meados dos anos 60, "os currículos brasileiros precisam ser modificados, reintroduzindo o ensino de latim e os estudos filológicos", pois as consequências dessa desvalorização, nas escolas, faz-se presente conforme enfatiza Bassetto (2001).

Precisamos muitas vezes adequar os estudos à realidade educacional brasileira em razão da queda da qualidade do ensino brasileiro. Em muitas áreas ou ramos do saber o ensino do latim está cada vez mais restrito o que corrobora para um conhecimento cada vez menos sólido, tanto na educação básica, quanto na universidade.

Comentários em torno dessa qualidade de ensino comumente têm sido feitos. Nos últimos anos, temos presenciado reclamações dos mais diversos tipos em relação à superficialidade de conhecimentos de nossos alunos no tocante às bases do saber ao mesmo tempo em que temos ciência de que conhecer o passado, não só em sua vertente externa, mas também nas acepções estruturais, internas da língua e refletir sobre suas funções e presenças nos dias atuais faz-se imprescindível ao amadurecimento intelectual do estudante. Reforçando essas considerações, Bortolanza (2003, p. 140) destaca: "somente os estudos diacrônicos fornecem as raízes, reconstruindo-as muitas vezes, como é o caso das raízes do indo-europeu e de muitas raízes do latim vulgar".

O fato de a língua latina ser a origem de tantas línguas utilizadas nos dias atuais deveria bastar para que todos compreendessem seu valor e a necessidade de trazê-lo de volta as universidades dando-lhe o valor merecido. O estudo do latim é preciso para uma compreensão profunda da

língua portuguesa, pois, mesmo que não saibam, os falantes do português o utilizam em seu dia a dia.

Sobre a importância do latim, Cardoso ressalta:

De um lado há uma rica literatura deixada pelo mundo romano, que não só nos permite o desfrute de autênticas obras de arte como estende seu alcance por outras áreas do conhecimento: pela historiografia, pela filosofia, pela antropologia, pela teoria literária em todos os seus matizes, pela ciência, pelo teatro. As obras literárias podem ser traduzidas, é certo, mas a tradução, como sabemos, compromete muitas vezes o que existe de genuíno em uma obra.

De outro lado, há o interesse linguístico pelo latim sendo uma das mais antigas línguas indo-europeias, da qual temos conhecimento pela documentação escrita, oferece-nos a solução de numerosas indagações que se referem ao conhecimento das línguas; sendo, por fim, a língua-mãe dos chamados idiomas românicos (português, espanhol, catalão, provençal, francês, italiano, sardo, rético, dálmata, romeno), fornece-nos explicações para fenômenos aparentemente inexplicáveis de nosso idioma e das línguas irmãs do português. (CARDOSO, 1997, p. 10)

Desse modo, nosso trabalho se justifica tendo em vista a necessidade de romper com certos paradigmas em relação à linguagem, variante popular de boa parte da população brasileira que é vista pela sociedade com conotação preconceituosa, oportunizando a reflexão sobre as mudanças, as transformações, as reutilizações e os rearranjos fonéticos presentes na língua portuguesa oriundos da língua mãe – latim, modalidade *usuallis* ou dita vulgar conservadas de geração a geração, na linguagem da população mais idosa e menos escolarizada na cidade de Jardim – MS. Reforçando a constatação de que nosso português coloquial está muito próximo do nosso latim vulgar, fazemos uma referência a Viaro:

Longe de ser retrógrado, o estudo do latim associado ao estudo da vida social em Roma nos faz vislumbrar quanta coisa mudou e quanta coisa ainda continua surpreendentemente do mesmo jeito que era muitas vezes apenas com os nomes trocados. (VIARO, 1999, p. 02)

Aludindo a Viaro, é oportuno refletir sobre as mudanças, as transformações e as reutilizações fonéticas presentes na língua, desde sua origem até o momento atual, pois muitas palavras se explicam no estudo do latim sendo recuperadas e conservadas na variante do português coloquial.

Ao debater a língua latina pretendemos que mais pessoas se interessem pela língua mãe da nossa língua portuguesa, visto que, na atualidade, impera a tecnologia e a era digital, ou conforme o próprio Viaro, o imediatismo e o modismo que provocam nas pessoas desvalorização do

olhar diacrônico, sem perceber que o passado vive registrado na nossa linguagem, seja nos aspectos semânticos, morfológicos e fonéticos.

2. Características fonético-fonológicas latim vulgar/latim clássico

Uma das características marcantes do latim vulgar em contraposição ao clássico é a perda da quantidade das vogais. Vários testemunhos de autores antigos, e, sobretudo o exame das línguas românicas, levam à conclusão de que, no latim vulgar, às diferenças de duração das vogais (breves e longas) foram-se associando diferenças de abertura, que acabaram, num segundo momento, suplantando as primeiras. Deve ter havido um período de tempo em que a sílaba tônica de pŏpulus-povo, mantendo sua duração breve, foi pronunciada mais aberta do que a sílaba tônica de pōpulus.

Num segundo momento, desapareceu a diferença de duração, e suas funções distintivas passaram a ser desempenhadas pela abertura. Por um processo análogo, perdeu-se a duração das demais vogais. Nesse sentido, podemos dizer que houve desfonologização da quantidade vocálica no latim vulgar, que perdura nas línguas românicas.

A pronúncia das vogais breves como abertas e das longas como fechadas, associada ao fenômeno da perda da quantidade, levou a uma aproximação entre o /e/ longo e o /i/ breve, pois esses dois fonemas se convergiram a um som de /e/ fechado. Paralelamente, confundiram-se também o /u/ breve e o /o/ longo, que confluíram no latim vulgar para /o/ fechado.

Outras características fonético-fonológicas do latim vulgar são: a síncope de uma vogal postônica entre consoantes, a redução dos hiatos, a contração de duas vogais consecutivas, a redução dos ditongos, a apócope das consoantes finais, a indistinção entre /b/ e /v/; /t e /d/; /m/ e /n/ e a perda de fonemas.

Vejamos, com base em Coutinho (2005), os aspectos fonéticos do latim vulgar que serão compilados nos vocábulos coletados junto aos moradores da cidade de Jardim (MS)

Conforme Coutinho, os elementos básicos da fonética do latim vulgar caracterizam-se:

- a) Pela redução dos ditongos e hiatos a simples vogais: plostrum (plaustrum), orum (aurum), preda (praeda).
- b. Pela transformação ou queda de alguns fonemas: justicia (iustilia), cocere

(coquere).

- c. Pelo obscurecimento dos sons finais: es (est), dece (decem).
- d. Pela tendência a evitar palavras proparoxítonas: masclus (masculus), domnus (dominus).
- e. Pela transposição do acento tônico, em circunstâncias especiais: cathédra (cáthedra), intégrum (íntegrum).
- f. Pela confusão reinante entre i e e, sobretudo em hiato: famis (fames), nubis (nubes).
- g. Pela desnasalização ou queda do n no grupo ns ou nf: asa (ansa), iferi (inferi).
- h. Pelas frequentes assimilações: isse (ipse), pessicum (persicum), dossum (dorsum), grunnio (grundio).
- Pela prótese de um i nos grupos iniciais st, sp, sc: istare (stare), ispiritus (ispiritus). (COUTINHO, 2005, p. 32)

No processo histórico, a formação do território linguístico brasileiro decorreu de forças que misturaram as línguas indígenas, as línguas do colonizador e os falares africanos. Segundo Faulstich (1998, p. 249), "em 1757, o Marquês de Pombal criou a primeira lei sobre o idioma no Brasil, ao estabelecer a língua portuguesa como idioma oficial da Colônia". Essa decisão política resultou no ensino do português no vasto território brasileiro, o que afetou o uso das línguas gerais, que eram, de fato, as línguas vigentes.

Durante séculos, as línguas em contato serviram, entre outros fins, para modificar o panorama linguístico nacional, porque as transformações criavam as condições necessárias para formar o espírito de nacionalidade. Nesse contexto, a língua portuguesa adquiriu especificidades locais e começou a definir-se como variedade brasileira. Os contatos dos povos, com variadas línguas, acarretaram mudanças no português e provocaram o surgimento de uma variedade típica do Brasil, da qual destacaremos aqui os aspectos fonéticos do latim vulgar, conforme Coutinho.

Pertencente ao hall de falantes da variedade de português denominada de variante coloquial, os informantes de nossa pesquisa compreendem moradores acima dos 60 anos e com baixa escolaridade que habitam a cidade de Jardim, MS. Mediante pesquisas buscou-se registrar as falas em mecanismos de áudio, que posteriormente foram transcritas. Mediante as transcrições, desenvolvemos as análises com intuito de defender a tese de que o português coloquial adotado pelos informantes que compõem este perfil retoma características fonéticas do latim vulgar, isto é, o português em sua variante coloquial é mais conservador e recupera aspectos do latim vulgar que deu origem a nossa língua portuguesa.

A título de clareza das informações, optamos por apresentar primeiramente um recorte do conteúdo das entrevistas, para em seguida, desenvolver a citação dos vocábulos que emergem na fala dos entrevistados e possuem as mesmas características fonéticas do latim vulgar elencadas por Coutinho. Vale ressaltar o fato de que das 07 (sete) pessoas entrevistadas, cujas transcrições estão arquivadas em relatório de pesquisa financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e tTecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT/MS e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, 03(três) serão apresentadas por nós neste artigo a fim de cumprir os objetivos de descrever as semelhanças entre o latim vulgar e o português coloquial. Demos a palavra aos nossos informantes.

3. Com a palavra, nossos informantes...

3.1. Informante I

Li-	Parti-	Entrevista
nhas	cipan-	
	tes	
05	Entre-	O senhor é da onde?
	vista-	
	dor	
06	Infor-	Do Rio Grande do Sul, Cidade é Sã Gabriel.
	mante	
07	Entre-	E o senhor veio pra cá quando e por quê?
	vista-	
	dor	
08	Infor-	Quando? Não, eu vim em 65, mas purque que eu vim, pá trabalha, é
	mante	o seguinte, eu vo ti ixplica , eu sai di lá em 65 porque o meu patrão era
		chefe politicu i lá aqueles que era do lado do Brisola era poblemático ,
		né?! Ocê num arrumava nem imprego, intão ele veiu pra cá pra nóis
		meche cum lavora de arroz irrigado, arroz irrigado, sabe?! Lavora
		É, aí não, aí u siguinti, aí eu fiquei um anu i poco com ele, i ele foi
		embora pro Rio Grande, aí ele quiri aqui eu e otros, qui eram muitos,
		aí fico só eu i otros, intão Eli quiri qui eu voltassi.

3.2. Informante II

Li-	Participantes	Entrevista
nhas		
05	Entrevista-	Quanto tempo o senhor mora aqui?
	dor	
06	Informante	68
07	Entrevista-	E o senhor percebeu alguma mudança na língua?
	dor	
08	Informante	Sim, purque antis tinha mais Paraguai, u sutaqui Du povu
		era mais di Paraguai.
09	Entrevista-	O senhor percebeu alguma mudança na linguagem da sua ge-
	dor	ração pra geração dos seus filhos?
10	Informante	Sim purque nus dia di hoji nu caso há muita diferença, pur-
		que cêis primero estudaro com mais tecnologia, na época
		nossa era muitu difici
11	Entrevista-	E a sua geração tem alguma diferença na linguagem com a ge-
	dor	ração dos seus pais?
12	Informante	ixisti, devido a criação qui tinha qui Elis já forom criadu , qui
		us pais qui criaro era duma forma, hoji a minha, por exem-
		plo, é diferente agora já a dus meu filho é mais diferente.
13	Entrevista-	E o senhor mudou o seu jeito de falar conforme o passar do
	dor	tempo falava diferente de antigamente, ou não?
14	Informante	Eu falu a mema coisa, memo sutáqui
15	Entrevista-	Ta ok, muito obrigada.
	dor	

A partir das entrevistas percebe-se na fala dos entrevistados a presença da redução dos ditongos e hiatos a simples vogais e a transformação ou queda de alguns fonemas, que no latim vulgar tivemos *Justitia > istitia* ou riuus > rius, conforme Coutinho (2005)

Redução d	os ditongos	Transformação ou queda		
e hiatos a simples vogais		de alguns fonemas (Coutinho, 2005):		
[Otros]	Outros	[Poblemático]	Problemático	
[Ligero]	Ligeiro	[Memo]	Mesmo	
[Poco]	Pouco	[Ceis]	Vocês	
[Primero]	Primeiro	[Ce]	você	
[Lavora]	Lavoura	[Pa]	Para	
[Pexe]	Peixe			

Tab. I /Informante I

A segunda tabela exemplifica o obscurecimento dos sons finais "(est>es; mecum > mecu)" **e** Confusão reinante entre I e E, sobretudo em hiatos, a exemplo de

"nubes > nubis" conforme Coutinho (2005)

Obscurecimento dos sons finais		Confusão reinante entre I e E, sobretudo em hiatos		
[Tomadô]	Tomador	[Ti]; [imprego]	Te; Emprego	
[Sã]	São	[Ixplica]; [seguinte]	Explicar; Seguinte	
[Quizí]	Quis ir	[Di]; [imbora]	De; Embora	
[Vô]	Vou	[I]; [Quiria]	E; Queria	
[Ixplica]	Explicar	[Intão]; [Cunhici]	Então; Conheci	

Tab. II/Informante I

Redução dos ditons	gos e hiatos a simples vogais	Obscurecimento dos sons finais		
[Paraguai]	Paraguaio	[Difici]	Dificil	

Tab. III/ Informante II

2.3 Informante III

Linhas	Participantes	Entrevista
01	Entrevistador	Qual o nome da senhora?
02	Informante IV	xxxxxxxxxxx
03	Entrevistador	Quantos anos a senhora tem?
04	Informante IV	Eu tenho 72. Eu sou aposentada.
05	Entrevistador	Há quantos anos a senhora vive em Jardim?
06	Informante IV	Faiz 20 anos. Mais eu morava na fazenda aqui em Jardim.
07	Entrevistador	E como era vida na fazenda?
08	Informante IV	Ahh era uma vida muito difici , né.
		Trabaiava na roça, o negóci era cabo de inxada memo.
09	Entrevistador	Mas, lá vocês cultivavam alguma coisa?
10	Informante IV	Abóbra, mais era tudo pá consumo próprio memo.
		Das veiz nóis ia na cidade.

Obscurecimento dos sons finais Coutinho (2005)		
[Difici[(Difícil)	
[negóci[(negócio)	

Prótese de I nos grupos	iniciais (Coutinho, 2005):
[Inxada]	(enxada)

Transformação ou queda de alguns fonemas (Coutinho, 2005):		
[abóbra]	(abóbora)	
[rabaiava]	(trabalhava)	
[veiz]	(vez)	
[nóis]	(nós)	
[Pá]	(pra)	
faiz	(faz)	

4. Considerações finais

A partir da comparação e análise feitas, é possível perceber que, apesar do latim ser considerado uma língua morta, seus traços ainda estão presentes no nosso português coloquial do dia a dia, como a troca do *e* pelo *i* durante a pronúncia das palavras, o obscurecimento dos sons finais muito presente em verbos no infinitivo, a redução dos ditongos a simples vogais como a troca do *ou* pelo *o*, exemplo: outros (otros), entre outras características, a exemplo da preferência no vocabulário pelo uso de perífrases verbais tão adotadas no discurso popular.

Muitas das características fonéticas do latim continuam sendo usadas por nós, o latim deu origem ao português atual, ele sofreu transformações e evoluções, até chegar ao português falado atualmente, que também sofrerá futuramente muitas transformações, porém sua origem latina sempre estará presente. O latim ainda se encontra presente e vivo no nosso português, e se o português formal acompanha a língua falada, o nosso português coloquial de alguma forma está resgatando suas origens e características no latim vulgar.

Vivenciamos um processo de reaproveitamento linguístico cuja fonte mor ainda pode ser a língua latina, mais especificamente o latim vulgar outrora alvo de críticas dos guardiões da língua denominada culta. Diversos artigos vêm destacando a importância do estudo da língua latina tendo em vista o potencial que estes conhecimentos têm a fim de facilitar o aprendizado de todas as línguas neolatinas. Adotando palavras de Furlan "latim é importante para disciplinar a mente, adquirir cultura humanística, conhecer e valorizar nossa língua portuguesa" (FURLAN, p.42, 2006). O estudo da língua permite que percebamos o quanto o latim está vivo no nosso discurso cotidiano e como ele constitui o núcleo da nossa língua, contribuindo também para dirimir preconceitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. *A unidade da România Ocidental*. São Paulo: USP/FFLCH, 1951.

-----. Gramática do latim vulgar. Rio de Janeiro: Acadêmica.

SILVA NETO, Serafim. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. Gramática superior da língua latina. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1958.

ANDRADE, Letícia Pereira de. *O ir e vir semântico*: latim/português. Disponível em: <<u>www.filologia.org.br/revista/35/08.htm</u>>. Acesso em: 15-02-2011.

BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica*: história externa das línguas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. Trad.: Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Unesp, 1995.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *Iniciação ao latim.* 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 2005.

FURLAN, Oswaldo. *Latim para o português*: gramática, língua e literatura. Florianópolis: Edufsc, 2006.

ILARI, Rodolfo. Linguística Românica. São Paulo: Ática, 1997

MARASCHIN, Leila Teresinha. *Latim vulgar como disciplina*: resgatando os estudos filológicos na Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <www.filologia.org.br/xiicnlf/textos>.

MELO, G. C. de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

MIGNOLO, W. D. *La idea de américa latina*: la herida colonial y la opción decolonial. Trad.: Silvia Jawerbaun y Julieta Barba. Barcelona: Gedisa, 2005

SILVA NETO, Serafim da. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1957

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa, 1990.

VIARO, Mário Eduardo. A importância do latim na atualidade. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo, Unisa, vol. 1, n. 1, p. 7-12, 1999.

ASPECTOS MORFOLÓGICOS DOS PARTICÍPIOS FRANCESES E PORTUGUESES SOB UM PONTO DE VISTA FILOLÓGICO

Jordano D. Tavares de Carvalho (UFSM) jordanoaceae@gmail.com Evellyne Patricia Figueiredo de Sousa Costa (UCS) evellynepatricia@hotmail.com

RESUMO

As línguas românicas atuais são o resultado da evolução do latim ao longo dos séculos. Uma das formas de conhecer e comparar essa evolução consiste na análise morfológica em diversas escalas, e com diversas classes de palavras. Os verbos, por sua ampla aplicação no vocabulário das línguas românicas, são importantes exemplos da atual diversidade e situação de parentesco dessas línguas. Sob esse ponto de vista, este trabalho analisou uma forma verbo-nominal comum nas línguas românicas, o particípio, a fim de contribuir para o conhecimento da evolução de duas importantes línguas românicas: o francês e o português. A partir dos dados obtidos, foi possível observar semelhanças quanto a formas eruditas em ambas as línguas, e contrastes importantes, como tendência à sonorização, no português, e neutralização e redução das formas, no francês.

Palavras-chave: Evolução, Filologia, Particípio,

1. Introdução

Na língua portuguesa, assim como em outras línguas românicas, o verbo pode assumir formas nominais, também conhecidas como formas infinitas do verbo. As mesmas apresentam características que as diferem das formas verbais, tanto pelas semelhanças a nomes, como pela ausência de categorias de tempo, modo ou pessoa (WLODEK, 2003; BECHARA, 2009). Tradicionalmente, podemos falar de três categorias principais no português: o gerúndio, o infinitivo e o particípio. Dentre essas, o particípio pode assumir forma e função de adjetivo e substantivo, além das formas verbais compostas da voz ativa e passiva. Além disso, compõe diferentes contextos sintáticos e semânticos, mantendo-se funcional em várias línguas românicas, tais como português, francês, espanhol, italiano e romeno.

O particípio passado latino, cujas terminações eram, de um modo geral, -tus, -ta, -tum, tinha, basicamente, com exceção de alguns casos isolados, sentido passivo e seguia o paradigma dos adjetivos de primeira classe, declinando-se os finalizados em -tus e -tum, pela segunda, e os terminados em -ta, pela primeira. Exemplo: Jesus amans virtutem = Jesus

que ama a (é amante da) virtude. O particípio futuro tinha como terminação -urus,-ura,-urum que se unia ao radical do supino. Essa forma declinava-se como um adjetivo de 1ª classe, concordando em gênero, número e caso com o nome. Exemplo: amaturus,-uram,-urum = que vai amar, que amará, que está disposto a amar, que há de amar, para amar.

Dessas formas, apenas o particípio passado permaneceu em português. Morfologicamente, ele é constituído pelo tema, o qual é formado pela raiz e pela vogal temática (que varia conforme a conjugação do verbo) e pelo morfema formativo do particípio -do, sendo que é permitida a substituição e adição dos morfemas -a e -s (WLODEK, 2003). Os particípios presente e futuro sobreviveram apenas como adjetivos, não desempenhando função verbo-nominal, em formas como minguante, cadente e seguinte (particípio presente) e nacituro, duradouro (particípio futuro).

Em francês, permaneceram os particípios passado e presente (VEIGA, 1965; WEINRICH, 1989). O particípio passado (rétro-participe ou participe passé) varia de acordo com a conjugação, número e pessoa. De maneira geral, em verbos terminados em -er, como donner, o morfema -é forma o particípio: donné/donnée/donées/données. Em verbos como finir, o morfema -i é utilizado: fini/finie/finis/finies. No caso de verbos como rendre, utiliza-se o morfema -u para a formação do particípio passado: rendu/rendue/rendus/rendues. O particípio presente do francês (participe neutre ou participe présent) é formado a partir de um radical e um morfema -ant. Exemplo: parler – parlant.

Essas são as informações genéricas do particípio nessas três línguas. Porém, os diferentes contextos sintáticos nos quais essa forma verbonominal pode estar inserida, requerem estudos mais aprofundados da evolução e adaptação do particípio em diferentes línguas, que reflitam a complexidade dessa forma (BOTELHO, 2011), a fim de apontar inter-relações e distanciamento ou proximidade entre si e com o correspondente latino.

Dessa forma, com esse trabalho, pretende-se elucidar essas relações, principalmente do ponto de vista morfológico, comparando os particípios da língua portuguesa e da língua francesa em relação ao latim.

2. Metodologia

Para esse trabalho, foram utilizados exemplos e informações da *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (ALI, 2001) e da *Nouvelle Grammaire Historique du Français* (CLÉDAT, 1889), sendo os *corpora* do estudo dos particípios. Para análise dos dados, optou-se pelo método histórico-comparativo, como abordado em Bassetto (2010), para coleta e análise dos dados filológicos. A fim de simplificar a abordagem, considerou-se aqui as formas básicas de cada particípio, negligenciando as variações de gênero, número e grau. As evoluções e modificações desde o latim foram retiradas das mesmas gramáticas, sendo que formas intermediárias, que comprovem tal derivação, não foram pesquisadas ainda. Ao final do artigo, é possível comparar os resultados em tabelas resumo, a fim de facilitar a comparação entre as línguas.

3. Resultados

3.1. Breve descrição do particípio latino

Existem dois grupos de formas verbo-nominais em latim: aquelas que funcionam como substantivos – infinitivo, supino e gerúndio –, e o grupo que é formado de nomes que valem por adjetivos – particípio e gerundivo (**Tab. 1**).

Sobre os particípios, são três em latim: presente, passado e futuro (**Tab. 1**). O particípio presente expressa uma ação sempre concomitante com a da oração em que ele se encontra. Como adjetivo uniforme caracterizado pelo acréscimo ao tema de *infectum* do sufixo -nt(i), segue a terceira declinação e dela recebe suas desinências.

O particípio passado, que é uma forma de adjetivo verbal em -to não marca, à semelhança do particípio presente, o tempo em si mesmo, mas expressa uma ação passada, que se desenvolve anteriormente à do verbo da proposição em que se encontra.

O particípio futuro é uma forma adjetiva ativa e, como o particípio presente e o passado, não marca o tempo em si mesmo; expressa, contudo, uma ação futura, a se desenvolver posteriormente à do verbo da proposição em que se encontra, e se forma em *-urus -ura -urum*.

3.2. O particípio português

A maioria dos gramáticos da língua portuguesa concorda que, dos três particípios latinos, resta vivo apenas o particípio passado como forma verbo-nominal (**Tab. 2**). Como verbo, o particípio passado compõe as formas verbais compostas da voz ativa e da passiva. Como nome, pode assumir função de adjetivo ou substantivo.

Do ponto de vista morfológico, o particípio passado é formado por uma vogal temática, que varia conforme a conjugação do verbo (-a na primeira conjugação, -i na segunda e terceira conjugações), e pelo morfema típico do particípio passado, -do. Percebe-se, em português, uma sonorização dessa partícula, que em latim correspondia a -to. Dessa forma, verbos da primeira conjugação como amar, calar, chorar tornam-se amado, calado, chorado e verbos da segunda e terceira conjugações, como viver, comer, dormir, partir tornam-se vivido, comido, dormido, partido. Vale ressaltar, porém, que, no português antigo, os verbos da segunda conjugação possuíam a forma -udo (ter e saber seriam teúdo e sabudo). Um resquício dessa forma é o particípio substantivado conteúdo.

Outra particularidade provém dos verbos que ainda hoje respeitam a formação latina em -to, como *feito, dito, coberto, aberto, posto*. Há também os verbos que tiveram, ou têm, dois particípios: um regular em -do, e outro irregular proveniente do latim ou criado no próprio português. Procura-se, no entanto, eliminar uma das formas ou dar-lhe uma aplicação diferente. São exemplos desse caso: *aceitado, acendido, imprimido* (regulares) e *aceito, aceso, impresso* (regulares).

Quanto ao particípio presente, apesar de ser amplamente negado como forma verbo-nominal atual do português, ainda persiste em formas adjetivas -ante, -ente, -inte. Dessa forma, podemos encontrar formas como minguante (lua minguante), agonizante (homem agonizante); cadente (estrela cadente), corrente (água corrente); seguinte (página seguinte), contribuinte (sócio contribuinte) e muitos outros que constituem exemplos do antigo particípio presente, mas que não são mais do que vestígios dessa forma verbal, sendo empregados na língua moderna como adjetivos, ou mesmo substantivos – como é o caso de estudante, viajante, comandante, presidente, pedinte, ouvinte e outros; ou preposições – como durante.

Um adendo¹ a esse caso pode ser cogitado, quando em frases do tipo:

Seus pensamentos são bastantes para si mesmos. (bastam).

Um cristão temente (que teme) a Deus.

A proteína constituinte (que constitui o) do extrato.

Resquícios do particípio futuro latino, com formação em -uru (-urus -a -um) são percebidos na voz ativa em alguns verbos intransitivos, dando ideia de ação ainda não realizada: *vindouro* (do latim, *venturus*), *morredouro* (do latim, *moriturus*), *futuro*, *nascituro* etc. Também é utilizado em voz passiva, funcionando como substantivo ou adjetivo: *execrando*, *venerando*, *doutorando*, *mestrando* etc. Porém esses últimos, apenas de forma erudita.

3.3. O particípio francês

Em contraponto ao português, no qual o único remanescente dos particípios latinos é o particípio passado, na língua francesa ainda permanecem duas dessas formas verbo-nominais, denominadas *participe passé* ou *rétro-participe* (**Tab. 3**) e *participe présent* ou *participe neutre* (**Tab. 4**).

O participe passé é a forma de particípio mais frequente, e está associada a uma idéia de retrospectiva, sendo essenciais em formações de tempo composto (Passé composé). Nesse caso, as formas ativas são menos frequentes quando comparadas às formas passivas. Além dessas formas verbais, o participe passé pode adquirir formas nominais, geralmente adjetivas.

Ex.: (Voz passiva): La terre a été labourée. (A terra foi arada.)

Ex.: (Voz ativa): *Vouz avez bâti une belle maison*. (Você construiu uma bela casa.)

Ex.: (Adjetivo): *Le moulin est désert*, *abandonné*. (O moinho está deserto, abandonado.)

Revista Philologus, Ano 21, N° 63. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2015.

¹ Há quem considere que o particípio presente ainda continua vivo no português, como forma verbonominal, ainda que eruditamente. Esses são alguns dos vários exemplos que dão créditos a essa teoria.

Quanto à morfologia, o *participe passé* é formado a partir de um radical, ao qual é adicionado um morfema básico correspondente, este variando conforme o grupo verbal.

Na conjugação² em -*er*, o *participe passé* se forma a partir da flexão latina -*atum*. Percebe-se, nesse caso, a queda do átono -um, assim como do -*t* (o qual se encontra entre vogais). Há, então, a transformação do -*a* livre em -*é*.

Ex.:

Elle nous a donné des leçons de latin. (Ela nos deu aulas de latim.);

J'ai visité cette ville. (Eu visitei esta cidade.);

Na conjugação em -ir³, o morfema correspondente ao *participe* passé é -i, do latim -itum. Nesse caso, há a permanência do -i e queda do átono -um, e do -t intervocálico.

Ex.:

Vous avez fini le travail? (Você terminou o trabalho?)

Il a été choisis. (Ele foi escolhido.)

O participe passé formado a partir de verbos da "conjugação morta" é o mais complexo, tanto pela variabilidade dos verbos desse grupo, como pelo fato de, nessa conjugação, o verbo possuir dois radicais distintos. Sendo assim, o morfema básico deste particípio pode ser -u ou -i (provenientes do latim -utum e -itum, por queda do -um átono, e do -t entre vogais), que se une ao radical átono; ou -t (do latim -tum, ou -itum com -i breve, por queda do -um átono), que se une ao radical tônico.

Em verbos cujo radical átono termina em -e, como voir e choir (radicais átonos: -ve e -che), o morfema -u substitui o -e do radical: vu (visto)

² Tradicionalmente, há quatro conjugações no francês: a primeira com o infinitivo em -er, a segunda com o infinitivo em -ir, a terceira com o infinitivo em -oir e a quarta com o infinitivo em -re. Atualmente, porém, os verbos são classificados em três grupos: os dois primeiros formam a chamada "conjugação viva" e englobam a primeira e a segunda conjugações. O terceiro grupo abarca parte dos verbos da segunda conjugação, além da terceira e da quarta conjugações. Esse grupo forma a chamada "conjugação morta". Nessa conjugação, os verbos possuem dois radicais: um átono e um tônico. O participe passé, nesse caso, é formado a partir de um desses radicais.

³ Verbos terminados em -ir pertencentes à "conjugação viva", também conhecidos como verbos incoativos.

e chu (caído).

Os verbos cujo *participe passé* é formado a partir de -i são todos aqueles terminados em -ir que não pertencem à "conjugação viva", bem como não se enquadram na situação anterior (como *voir* e *choir*), ou particípios em -t, exposto a seguir. Também fazem parte desse grupo verbos como *rire* (rir), cujo -i do particípio -ri se confunde com o -i final do radical -ri.

No caso do *participe passé* formado a partir do -t, o radical tônico é utilizado. Esse tipo de construção ocorre nos seguintes casos: 1°- verbos terminados em *-eindre*, *-aindre*, *-oindre*, por exemplo: *peindre* (pintar) – *peint; craindre* (temer) – *craint*. 2°- verbos terminados em -ire, com exceção de *lire* (cujo particípio é formado em -u: *lu*), como *dire* (dizer) – *dit*. 3°- em *traire* (ordenhar) – *trait* e *faire* (fazer) – *fait*. 4° - em *mourir* (morrer), cujo radical tônico é – meur, passa para *mort* no particípio passado. Nesse caso há substituição de eu- pelo -o breve latino, como em *mortuum* (morto). 5°- os verbos *offrir* (oferecer), *couvrir* (cobrir), *ouvrir* (abrir), *souffrir* (sofrer) não utilizam seus radicais tônicos (*-offr*, *-couvr*, *-ouvr*, *-souffr*) para a formação do *participe passé*, e sim os radicais latinos – offer etc.: *offert, couvert, ouvert, souffert*.

Além desses casos, o participe passé apresenta algumas irregularidades como em clore (fechar), occire (matar) e circoncire (circundar), em que é formado a partir de -s (do latim -sum, uma exceção do particípio latino). Assim: close, occise e circoncise formam-se pela queda do -um átono, e adição do -e. Essas formas, porém, não são muito frequentes. Por fim, o caso mais anômalo de participe passé é nâitre (nascer) -né, o qual deriva diretamente do latim natum, com queda do -um átono, do -t intervocálico e transformação do -a livre em é.

O participe neutre ou participe présent é menos frequente que o participe passé, podendo assumir valor de adjetivo, que concorda em gênero, número e grau com o substantivo ao qual se refere, ou verbo, nesse caso invariável. Além disso, forma, com o auxílio da preposição -en, o gérondif, que corresponde ao gerúndio português.

Ex.: (Verbo): Les personnes voyageant dans ces pays prennent de gros risque. (As pessoas que viajam/viajantes por esse país correm grandes riscos.)

Ex.: (Adjetivo): *On trouve dans cet ouvrage des révélations inté- ressantes.* (Encontramos nesse livro revelações interessantes.)

Ex.: (Gérondif): On apprend en étudiant. (Algum aluno estudando).

Do ponto de vista morfológico, percebe-se a evolução da flexão do particípio presente latino *-antem*, da primeira conjugação do latim. Houve então, no francês, perda do *-m* final átono, e da vogal átona -e. Assim, a flexão formadora do *participe présent* tornou-se *-ant*, sendo que na "conjugação viva" esse morfema permanece inalterado (sem considerar as flexões de gênero, número e grau). Porém, na "conjugação morta", o *participe présent* apresenta algumas variações, formando-se a partir do radical átono.

Nos verbos onde o radical átono termina em -e, como *voir* (*ve*-*oir*) (ver), *asseoir* (*asse-oir*) (sentar) e *choir* (*che-oir*) (cair), é possível: a) haver uma transformação do -*e* mudo em -é, como em *chéant*; b) acréscimo de -*y* após o radical, como *asseyant*; c) acréscimo do ditongo -*ey*, que se transformou em -*oy*, como em *voyant*.

Em alguns verbos, que no particípio presente latino apresentam um -i ou -e antes de -entem ou -antem, (adientem, sapientem), conservaram o -i em forma de -y, que por consonantização transformou-se em -ch. O -v ou -u final do radical transformou-se então, em -y ou -ch. Assim, avoir (av-oir) (ter) – ayant; savoir (sav-oir) (saber) – sachant; ouïr (ou-ir) (ou-vir) - oyant.

4. Considerações finais

A partir deste trabalho, foi possível comparar os processos de formação do particípio, tanto do português como do francês, sobretudo morfologicamente. Percebeu-se, entre outros dados, que o particípio passado português tem tendência à sonorização de -t para -d, assim como de -um para -o. Do contrário, o francês tendeu, pelo menos nos verbos mais numerosos, à redução e neutralização. Ao comparar a diversidade de formas nas duas línguas, percebe-se que o português mantém uma estabilidade maior nas variações morfológicas do particípio. Em contrapartida, no francês é possível notar uma ampla variabilidade de formas. A partir desses dados, e com estudos futuros, será possível comparar mais a fundo essas tendências nas duas línguas, e talvez traçar um panorama da evolução morfológica das formas verbo-nominais em outras línguas românicas.

Além disso, percebeu-se que a erudição acaba por congelar morfologicamente algumas formas, como pode ser percebido nos resquícios do

particípio presente e futuro em português, e no *participe présent* (menos popular, se comparado ao *participe passé*).

Por fim, deixa-se uma questão aberta sobre o particípio presente no português, enquanto forma verbo-nominal. Uma análise da evolução dessa forma desde o latim e o português arcaico, até a utilização atual dela em todos os países de língua portuguesa, pode ajudar a corroborar a extinção dessa forma em nossa língua. Do contrário, pode permitir incluí-la como forma ainda viva.

Forma verbo-nominal	Morfema básico	Formas comuns	
Particípio passado	-to	-atus -a -um -itus -a -um	
Particípio presente	-nt	-ante -ente -inte	
Particípio futuro	-ru	-urus -a -um	

Tab. 1 (Resumo dos aspectos morfológicos do particípio latino):

Forma verbo- nominal	Morfema básico	Formas comuns	Processo de derivação	Presente em formas atuais
Particípio passado	-do	-ado(a) (s) -ido(s) -ito(s)	Sonorização do tema, de -to para -do; Nas formas que ainda têm tema em -to: substituição do -um átono para -o.	Sim.
Particípio presente	-nt	-ante (s) -ente (s) -inte	Poucas modificações	Apenas como ad- jetivos, salvo ex- ceções.
Particípio futuro	-ur	-uro -ouro -ando	Poucas modificações	Apenas como for- mas nominais.

Tab. 2 (Resumo dos aspectos morfológicos do particípio português):

Conju gação	Classe do verbo	Mor- fema bási- co	For-mas co-muns	Processos de derivação	Presente em for- mas atu- ais
Viva	Verbos com final -er	-é	-é(s) -eé(s)	De -atum: queda de -um átono e -t Intervocálico. Substituição do -a livre para -é (Leve neutralização)	Sim.
	Verbos com final -ir	-i	-i(s)	De -itum: queda de -um átono e -t Intervocálico.	Sim.
Morta	Verbos cujo radical átono termina em -e	-u	-u(s)	De -utum: queda de -um átono e -t intervocálico. Substituição do -e do radical por -u. (Neutrali- zação)	Sim, po- rém poucos verbos.

	Verbos terminando em -ir	-i	-i(s)	De -itum: queda de - <i>um</i> átono e - <i>t</i> intervocálico.	Sim, po- rém poucos verbos.
	Rire	-i	-i(s)	Radical termina em -i: -ri	Sim.
	Verbos termina- dos em - eindre, -aindre, -oindre,	-t	-t	De -tum ou -itum (com -i breve): queda do -um átono e união do -t ao radical tônico	Sim, po- rém poucos verbos
	Verbos termina- dos em -ire, com exceção de lire	-t	-t	De -tum ou -itum (com -i breve): queda do -um átono e união do -t ao radical tônico	Sim, po- rém poucos verbos
	Em traire e faire	-t	-t	Idem acima.	Idem acima.
	Em mourir	-t	-ort	De -tum ou -itum (com -i breve): queda do -um átono e união do -t ao radical tônico. Modificação de -eu para -o.	Sim.
	Em offrir, couvrir, ouvrir, souffrir	-t	-ert	De -tum ou -itum (com -i breve): queda do -um átono e união do -t ao radical latino.	Sim, mas poucos verbos.
	Em clore, occir, circoncire	-se	-se(s)	De -sum: queda do -um átono, adição de -e. (Sonorização)	Sim.
	Em <i>nâitre</i>	-é	é(s)	De <i>natum</i> , com queda do <i>-um</i> átono, do <i>-t</i> intervocálico e transformação do <i>-a</i> livre em <i>-é</i> . (Neutralização)	Sim

Tab. 3 (Resumo dos aspectos morfológicos do participe passé):

Conjugação	Classe do verbo	Morfema básico	Formas co- muns	Processos de derivação	Presente em formas atuais
Viva	Verbos da con- jugação viva	-ant	-ant(e)(s)	Poucas modificações.	Sim.
Morta	Verbos cujos ra- dicais átonos termi- nam em -e	-ant	-éant (a) -yant (b) -eyant (c) -oyant (d)	a) transformação do -e mudo do radical em -é, (Sonorização) b) acréscimo de -y após o radical c) acréscimo do ditongo -ey após o radical, que pode se transformar em -oy (d)	Sim, mas poucos verbos.

Em	-ant	-yant (a)	 a) Substituição do -v 	Sim, mas
avoir,		-chant (b)	do radical por -y (voca-	poucos
savoir,		-yant (c)	lização)	verbos.
ouïr			b) Substituição do -v	
			do radical por -y, e	
			nova substituição por -	
			ch (consonantização)	
			 c) Substituição do -u 	
			do radical por -y. (Leve	
			sonorização)	

Tab. 4 (Resumo dos aspectos morfológicos do participe neutre)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*, vol. 2: História interna das línguas românicas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.

BOTELHO, José Mario. Aspectos morfossintáticos do particípio latino. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 17, n. 51, p. 45-65, 2011.

CLÉDAT, Léon. *Nouvelle grammaire historique du français*. Paris: Garnier Frères, 1889.

VEIGA, Cláudio. *Gramática nova do francês*. 4. ed. São Paulo: Ed. do Brasil, 1965.

WEINRICH, Harald. Grammaire textuelle du français. Paris: Didier, 1989.

WLODECK, Marcin. O particípio português – formas e usos. In: *Romanski Forum*, 18. Oslo: Universidade de Oslo, 2003.

ELEMENTOS PARA UMA DIACRONIA E ESTRUTURA CONCISAS DA PARASSÍNTESE EM PORTUGUÊS

Paulo Mosânio Teixeira Duarte (UFC) paulo.mosanio@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é na verdade uma súmula, uma síntese de estudos que empreendemos sobre compêndios, não se presta à sintagmática dos morfes descontínuos. Preferimos, portanto, o distribucionalismo. Em seguida, defendemos o emprego do morfema cumulativo para, por finalidades didáticas, tipificarmos a parassíntese. Começamos a estudar a parassíntese em dois grupos: o de formas com equivalentes a formas livres e dependentes e aquelas que não o são. Estudamos as condições de produtividade, que possibilaram a germinação de um paradigma ou outro em vernáculo, dando as especificidades gramaticais e semânticas e gramaticais pertinentes a cada tipo de parassíntese, conforme o espírito de uma súmula. Mostramos, o que é interessante, que o latim clássico também exibia a circunfixação, o que é um dado para verificarmos um dia até onde é exagerado o limite posto entre o assim chamado latim vulgar e latim clássico.

Palayras-chave: Parassíntese, Diacronia, Linearidade, Distribucionalismo.

1. Introdução

Segundo Saussure, a linearidade seria uma das características da manifestação sintagmática das línguas naturais, segundo as quais os signos seguem-se um após os outros em sucessão temporal, na língua falada ou espacial, na língua escrita. Isto diz o *Dicionário* de *Semiótica* de Greimas e Courtés (1979, s.v. Linearidade). Porém, salvo erro de leitura nosso, o *Curso de Linguística Geral* (1979) fala de significante, não de signos.

O erro mais geral consiste em considerar o processo de linearidade como um processo frequente de toda semiótica, bem assinalam os autores do *Dicionário* supracitado: "uma semiótica planar possui uma semiótica dotada de uma manifestação espacial que não é necessariamente linear", dizem no verbete. A oposição eixo *paradigmático* e *sintagmático* é puramente formal como bem destacou Hjelmslev (1974). Outro erro: a distinção língua/fala não é sinônima da de paradigma/sintagma.

Ao estabelecer distinção entre constituintes da expressão e do conteúdo e figuras da expressão e figuras do conteúdo (femas ou traços distintivos, semas) fica claro o porquê de a linearidade ter restrições: femas e semas não são lineares, as ambiguidades sintática e semântica ficam fora

do alcance da linearidade porque temos substancialidade fonológica, sintática e semântica.

Vale a pena transcrever estes trechos magistrais do saudoso Coseriu (1979, p. 170):

- a) O homem é o objeto dum saber anterior a toda ciência, pela consciência que tem de si mesmo.
- b) Uma nítida separação entre forma e substância não pode ser feita no aspecto fenomênico-objetivo da linguagem, porque o "mórfico" se comprova no hilético, o hilético se conhece pelo mórfico. [Coseriu segue aqui a Aristóteles na dependência da forma e da matéria]

Mais adiante, pondera sobre a abstração científica e sua legitimidade possível:

- a) Convenções semânticas como a língua é somente forma, a língua é rede de funções, não podem referir-se às línguas históricas, mas apenas a conceitos a priori (......).
- Todas as formalizações da atividade linguística são legítimas, mas cada passagem a um plano sucessivo implica um *empobrecimento* em realização à realidade do falar.
- c) As várias orientações descritivas não são antitéticas, mas referem-se a planos distintos de formalização (1979, p. 173). [O que não implica que Coseriu enseje ecletismo inconsequente]

No caso da parassíntese, autores respeitáveis como Bechara (1999) consideram a linearidade saussuriana em termos ortodoxos. E mesmo seguidores da glossemática, como Llorach (1981), que não parecem atentos à autoridade de saussurianos e hjelmslevianos ponderados, mas, preferimos o espaço aberto por Greimas e Courtés (1979), que, admite o distribucionalismo americano: o contexto de distribuição de formas. Assim, para nós, parassíntese ou circunfixação será um processo que consiste na anexação simultânea de circunfixos a uma base, ou, em termos tradicionais: prefixos e sufixos. Mais econômico que admitir prefixos anteriores a bases sufixadas.

Admitiremos, pois, como parassintéticos:

a) Os que portam a modalidade aspectual inceptiva prefixal no infinitivo, como: apodrecer, anoitecer, amolecer endurecer, entardecer, enfurecer; afinar, apenar; engrossar, endireitar.

O sufixo -ec-, expliquemos, no infinitivo quer dizer só: tornar-se ou tornar, conforme o verbo seja usado intransitivamente ou transitivamente:

- O dia escurece (= torna-se)
- O sol escurece o dia (=torna)

Já o prefixo esclarece a mudança de estado:

- O cabo amolece (passa de duro a mole)
- A força amolece o cabo (faz passar de duro a mole).

Assim a formação parassintética para nós apresenta um prefixo com valor semântico, que causa a diferença em relação à mera formação sufixal. E um matiz semântico adicional vale em geral para a circunfixação.

Outra coisa a esclarecer: não trabalhamos com o conceito de zero, que consideramos perigoso por não termos limites precisos onde nos detenhamos conforme adverte Gleason (s/d). Veja-se o livro de Monteiro (1990) e o de Macambira (1978). Monteiro usa inclusive para a derivação conversiva, Macambira usa e abusa do recurso. No máximo, podemos valer-nos do alomorfe zero, se for imperativo.

Assim, nos casos de *engrossar*, *entortar* e *afinar*, valer-nos-emos da cumulação: o r é portador dos semas de infinitivo verbal e mudança de estado ou inceptividade. Jota (1981), no seu *dicionário* de *linguística* (1981), prefere o termo *inceptivo-continuativo*, pois exprime o processo verbal no começo e no desenvolvimento, mas isto é no plano discursivo.

Além do 1º tipo de parassíntese, podemos citar, em português:

- b) A parassíntese externa, ensaboar, sintaticamente pôr sabão em
 → (algo): a ação, tal como mostra a preposição, é externa.
- c) A parassíntese interna, como *encenar*, o contrário da de cima: *pôr algo em-* → *cena* (forma inserida no contexto da lexia).

As denominações acima são de Barbosa (1981).

Além das supracitadas, existem as:

- d) Subtrativas ou ablativas: implica retirada, como:
 - des: desmatar, tirar a mata de; desfolhar, tirar a folha de
 - -es1: espetalar, esfolhar (dispensa explicitar sentido)
 - -es2 (redundante): *escavar*, *esburacar* (a noção já está no radical)

e) Intensivas⁴:

esfaquear, *esmurrar* (ressaltam movimentos bruscos e intensos, diferente de hipotéticos *faquear e **murrar*)

Nosso trabalho não se pode dizer pancrônico, pois pancronia é muita ousadia teórica e inconsequente, pois o sistema não muda de uma vez só, a um só tempo, por mais extenso que seja um trabalho não flagra nada pancrônico, pois só parcelas do sistema mudam. Será este trabalho uma humilde tentativa de fornecer elementos para uma história e estrutura da parassíntese no português. A princípio pensamos apenas num tipo, o mais aludido, que é o do tipo escurecer, empobrecer, entortar. Isto implicaria muito para esta edição: gráficos, referências à doutrina de Pottier das fases de desenvolvimento de um evento, que envolve a entidade e o comportamento, para explicarmos o estativo, o inceptivo, e o cessativo, e mostrarmos o ponto de contato entre os 2 últimos no plano discursivo. Assim, entenderíamos os verbos de natureza inceptiva e estativa em latim e a confusão deles nesta língua. Depois falaríamos na adjunção de prefixos e seus sentidos possíveis, não sendo parassíntese necessariamente, mas reforço à ideia sufixal ou intensidade entre outros. A fase final parassintética é uma possibilidade.

Mas não dispusemos de tempos para sintetizar esta primeira parte de nossa de pesquisa sobre a circunfixação, que pode ser inclusive comparativa entre duas línguas românicas. Assim, neste momento, fazemos uma apreciação geral, para, noutro, falarmos da parassíntese nominal em latim (clássica, não passou ao português) e depois das propostas de parassínteses nominais em nossa língua. Depois retomamos as parassínteses verbais com mais detalhe.

Mas uma novidade apresentaremos nesta súmula: a existência de parassintéticos verbais clássicos. As barreiras entre o latim dito vulgar e latim dito clássico não são insuperáveis como se apregoa. Basta um exemplo: uma formação como *dar'abeo* que é o futuro corrente, tem estrutura clássica, pois a ordem é inversa: o verbo principal vem antes do auxiliar.

Dividiremos, para nosso estudo, os parassintéticos, segundo prefixos: aqueles correspondentes a formas livres e dependentes e aqueles que

⁴ As 2 denominações d) e e) acima são nossas.

não o são. Comecemos por estes. Usaremos como *corpus* o Aurélio, edição de 1993. Outros dados aparecem de obras consultadas, dicionários, teses, gramáticas etc., exibidas ao longo da exposição. Reconhecemos as limitações do *corpus*, mas as injunções do nosso labor são coercitivas.

2. Prefixos sem correspondência com forma livre ou dependente.

2.1. DES-

Des- é prefixo de notável presença em português. Forma legitimamente vernácula, logrou em nossa língua prosperidade não alcançada por *dis*-, prefixo do qual procedeu ⁵.

Permita-se-nos uma incursão histórica. As condições linguísticas favoráveis a *des*- já estavam postas desde idos tempos. No plano semântico, já existiam os traços de negação (cf. latim *displicere* "desagradar", *dissimilis*: "dessemelhante") e separação (cf. latim *discedere*: "afastar-se", *dissociare*: "dissociar"), ao qual se prende subsidiariamente o de "em sentido contrário". Outros traços, entre os quais o de ordem e disposição, ficaram excluídos. Explicam-se, assim, formações em português como *desleal* e *desfolhar*.

Em nossa dissertação de mestrado (1990, p. 127-128) sobre os aspectos semântico-gramaticais dos parassintéticos, tivemos a oportunidade de mostrar a vantagem de *des*- sobre *de*-. Baseado nos dados de Saraiva (1993), mostramos que, em português, parassintéticos latinos com *de*-, como *deartuare* "desmembrar" (< *artus*), *decorticare*, "descascar (< cortex), *deflorare* "deflorar" (< *flos*), *deviare* "desviar" (< *via*) e *devirginare* "desvirginar", não lograram grande prosperidade.

Os parassintéticos vernáculos são majoritariamente formados com des-, como daremos a conhecer. Perceba-se que, nalgumas formações em português, houve troca de prefixo, conforme o *Dicionário Etimológico* de Cunha (1987): *desviar* (em lugar de *deviar) e *desvirginar* (em vez de *devirginar). *Des-* não ostenta vitalidade apenas em relação a *de-*. Podem-se registrar variantes com *des-* e *es-*: *descabelar/escabelar, desfolhar/esfolhar, desgalhar/esgalhar, despedaçar/espedaçar, despetalar.*

Revista Philologus, Ano 21, N° 63. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2015

⁵ Maurer Jr (1959, p. 243), em nota de pé de página, refere-se a *destabescat*, ligado ao infinitivo *destabescere*, "corromper-se", "derreter-se", em lugar de *detabescat*. Isto comprova a hegemonia de *dis*-sobre *de*-.

2.2. E-

E- é outro elemento relativamente infecundo em vernáculo, no léxico corrente. Para comprová-lo, bastam somente exemplificar com alguns itens lexicais. Constituem unidades léxicas, das classes dos verbos, que nos vieram prefixadamente desde o latim, a exemplo de efeminar (< effeminare), ejacular (< ejaculare), eliminar (< eliminare), elucidar (< elucidare), evadir. Produziram-se parassintéticos, cujo paradigma não chegou até nós:

1) emascular (< masculus), eliminare (< limen, soleira). elinguare (< língua), elimare (< lima), emendare (< menda), evirare (< vir).

Chegaram até nós formas como emagrecer (*emacrecere*), *emancipare* (< *mancipium*, "segurado pela mão escravo") e *enjeitar* (< *ejectare*, "lançado fora", com troca de prefixo), *emendar* (< menda, "incorreção").

Os dados são de Saraiva (1993), que vimos seguindo, junto com os de Romanelli (1964). Este prefixo, juntamente com o prefixo *DE*- prova que o latim clássico não desconhecia a parassíntese. Na verdade, E- tinha vários usos e sentidos: acompanhava formações em *-esco* (*enudesco*, *effloresco*, como prefixo aspectual), era intensivo, como em *ebibere* (beber até o fim), entre outros. Cada uso deste prefixo e de qualquer outro merece um alentado estudo.

Por sua vitalidade bem pouco pronunciada, **e**- não deveria figurar em nossas gramáticas escolares. Rocha Lima (1985, p. 176), porém, cita-o, ilustrando com o verbo *eleger*, dentre outros exemplos! Quem, senão o estudioso de latim identificaria em **e**- a noção fundamental de "movimento para fora", atribuída ao prefixo?

Rocha Lima mistura, no exemplário, formações vernáculas com *es*-, como *espernear* e *esburacar*, com aquelas que caracterizam legado, a exemplo de *emigrar e evadir*.

Não nos prolongaremos sobre o prefixo *e*-, com exemplos do Aurélio, pois se prestariam tão somente a aumentar o número de formas herdadas.

2.3. ES-

O prefixo *es-* logrou, em alguns aspectos, de ordem distribucional, maior prosperidade do que *ex-*, com o qual se relaciona na origem. Não se anexa somente às bases substantivais, mas também às adjetivais e verbais. Participa tanto de formações prefixais quanto de parassintéticas. Neste último caso, conforme já asseverado, sofre concorrência de *des-*.

Es- se acha presente junto a bases verbais, no corpus. Aqui temos que distinguir formações herdadas: escavar (< excavare), escorrer (< excurrere), escoar (< excolare) das formadas em nosso idioma: escavoucar, esgalopear, espraguejar. Na primeira, em nível morfológico, configura-se redundância, já que a noção de "abrir cavoucos" está na base de origem, cavoucar. Nas outras duas, a nosso ver, não é possível identificar um significado preciso para o prefixo.

Os derivados esgalopear e espraguejar não são meras variantes de galopear e praguejar. A propósito disto, mencionem-se aqui outros exemplos do Aurélio em que ocorre variação semelhante: esbambear/bambear, esbombardear/bombardear, esborrifar/borrifar, esbracejar/bracejar, enfervilhar/fervilhar, espipocar/pipocar. O afixo inicial ostenta significado palpável, segundo as sugestões de Galery (1969) em sua tese doutoral sobre os prefixos intensivos em Grande Sertão: Veredas, vistos sob o enfoque estilístico. Reforça o processo verbal, intensificando-o, chamando atenção para ele, inclusive para a quantidade e o movimento.

Galery (1969) faz inclusive remissão ao latim, língua na qual havia o prefixo intensivo *ex-* e seu alomorfe *e-* com nítido valor intensivo: *ebibo* "beber até o fim", *edomio* "dormir a sono solto", *edoceo* "ensinar a fundo", *exaudio* "ouvir atentamente", *exposco* "cultivar vivamente". Não cremos, porém, que este seja o caso do português. Em *esgalopear* e *espraguejar* e outros exemplos correlatos, há o acréscimo de noções intensivas por meio de intensidade no aumento dos movimentos. A noção de movimentos repetidos, de um ponto a outro, de ação que se exterioriza mais ou se estende já se concentra na base de origem.

Es-, além de constituir uma espécie de aumento morfossemântico junto a verbos, pode servir para formar parassintéticos deadjetivais e dessubstantivais, estes havendo em maior número. Desde remotos tempos, os condicionamentos históricos foram favoráveis a ele. No latim, conforme dados de Saraiva (1993), já existiam parassintéticos com ex-: exstirpare, expectorare, exaquare, exsucare, excappare. Destes dois últimos, registremos, provêm as formas portuguesas enxaguar e enxugar e escapar. As

duas primeiras geraram formas de uso menos corrente. Entre os deadjetivais, já havia a forma vulgar *excalentare*, da qual procede *esquentar*.

Apresentamos abaixo a lista dos parassintéticos em que o afixo inicial se liga à noção de exterioridade: escanhoar, espalmar, escarnar, esporrar, esgalhar, espreguiçar, esgoelar-se

Noutras formações, *es-* se associa a um sema identificável a movimentos explicitados: esbofetear, esmurrar, escoicear, espernear, esfaquear, espezinhar, esfuriar*, estapear.

A lista acima é ampliada por deadjetivais: esclarecer, esfriar, estontear, esvaziar, esverdear.

Há, enfim, derivados cujo prefixo parece ter o sema de separação, que intensifica o sentido da base: esbagaçar, esfarrapar, esfarelar, esmigalhar, esfarinhar, esmolambar.

É lamentável que o Aurélio, dicionário de fama entre nós, inexplicavelmente não acolha derivados vernáculos em *ex*-. Nossas gramáticas incorrem em erro idêntico. Rocha Lima (1985, p. 176), insigne gramática, contenta-se com exemplificações como *expectorar* (< *expectorare*, ligada a *pectus*, *oris* "peito"), *expelir e exprimir*.

Diga-se, de passagem, que o paradigma para as referidas formações não é novo, conforme testemunho de Maurer Jr (1961, p. 127), a respeito de ex-:

É hoje nas línguas românicas do Ocidente um verdadeiro prefixo nominal, servindo para indicar a pessoa que exerceu um cargo, mas não o exerce. Este começa a constituir-se no latim da decadência, aparecendo em uma forma tardia como exconsul e expatricius, isto é, "o que deixo de ser patrício" (Freund). De fato, já se poderia interpretar assim o plautino exheres (deserdado) inspirado no verbo exheredare (126 bis). O novo sentido de ex se desenvolve da significação de "fora de", daí "fora do cargo", e por fim "antigo ocupante do cargo". De fato, em latim se constrói às vezes com o nome no ablativo, e.g. exconsule em Sidônio Apolinário. Os exemplos se multiplicam pouco a pouco. Assim aparecem exadvocatus "qui fiut advocatus", expoenitentes "qui publicam egerant poenitentiam" (Du Cange). (1961, p. 127)

3. Prefixos correspondentes a formas livres e dependentes

3.1. A-, EM-

A- e em- são prefixos geradores de parassíntese por excelência em português. O primeiro, oriundo de *ad-*, bem como o segundo, proveniente de *in-*, têm-se destacado desde remotos tempos como formadores de parassintéticos no latim vulgar. O uso preverbial, destacado por Romanelli (1964) para ambos os prefixos, não se difundiu no latim corrente, contou com propícias condições históricas para a sua disseminação. Era empregado na língua popular em lugar de outros prefixos:

1) addormicere (em vez de obdormiscere), adsurdescere (em vez de obsurdescere), atturare (ao invés de obturare), affocare (em lugar de offocare). Também era utilizado em lugar de e-: allongare (em vez de elongare), arructare (ao invés de eructare). Tão formidável era a sua frequência de emprego que se acrescentou a formas verbais que na origem não o tinham, a exemplo de adelgaçar (<*delicatiare), acontecer (<*contigescere), aquecer (< calescere), arrepender (< repoenitere), arrefecer (< refrigescere), arremedar (<*reimitare), arreganhar (< recaneare), arrecadar (< receptare), apaniguar (< panificare), averiguar (< verificare), aviltar (< vilitare).

A propósito do que foi dito acima, acrescentemos que ainda hoje se detecta, em linguagem não standard, formas verbais com a- protético:

2) alevantar, arresponder, arretirar, adesculpar, alembrar, alimpar, amostrar, avoar.

Não podemos deixar de assinalar legítimas formações parassintéticas, que remontam ao latim eclesiástico: *annullare* (< *nullus*) e *annhilare* (< *nihil*). É digno de nota que a parassíntese aí se deu com pronomes indefinidos e não com adjetivos e substantivos, o que demonstra a vitalidade do processo. Damos outras formações parassintéticas em perspectiva diacrônica:

3) abarcar (< abbrachicare < brachium, "braço"), assolar (< adsolare < solum, "solo"), assomar (< assumare < sumus), addirectiare (adereçar, depois endereçar), affilar (> afilar, através do francês).

In- teve também favoráveis condições históricas, se bem que não tão salientes quanto as de *ad-*. Semelhantemente a este último, deixou de

comparecer em ambiente pré-verbal, para se fazer presente em contexto pré-nominal. O latim vulgar nos legou variadas formações parassintéticas:

4) immutescere (> emudecer), *incalciare (> alcançar, por cruzamento com accalçar), *ingrassiare (> engraxar), inviare (> enviar), enojar (> inodiare), *infunare (> enfunar)

Dadas as explicações devidas sobre os elementos prefixais, fazem-se necessários alguns esclarecimentos quanto ao sufixo -ec-, forma originária de -escere, esta formadora de verbos intransitivos. A princípio -Escere traduzia ideia inceptiva, que emergia do contraste entre verbo inceptivo e verbo estativo. Veio por irradiação, termo que Bréal (1992) cunhou para estabelecer migração paradigmática. De fato, sc existia não em inceptivos, mas outras formas como nosco (conheço) nascor (nasço), obliviscor (esqueço), talvez para indicar residualmente formas de médio-passiva, indicadoras de sujeito paciente do processo verbal. Em português, temos irradiação grosso modo em -dor indicando lugar: bebedor, provador (lugar onde se prova roupa). Usa-se -dor em lugar de -douro

Ao verbo de estado se acrescentava o sufixo -s(cere), que significava "começar a". O sufixo era, pois, inerente aos tempos do infectum. De florere, "estar em flor", derivava-se florescere, "começar a estar em flor"; de calere, "estar quente", gerava-se calescere, "começar a estar quente". Frequentes vezes, não havia a forma estativa e o sufixo se adjungia diretamente ao substantivo ou ao adjetivo:

5) aurora > aurorescere, spuma > spumescere mitis > mitescere, (doce) mollis > mollescere.

Foi este último processo que passou ao português (bem como ao espanhol e ao sardo), em virtude da não prosperidade dos verbos de estado nestas línguas. Depois se acresceram prefixos a lexias com estes sufixos, primeiro como reforço, depois simultaneamente. Tal é nossa hipótese genética para a parassíntese ou circunfixação.

Prova é tal da convivência estativo/inceptivo, que temos evidências indiretas em português e em línguas irmãs:

⁶ Mas, como observa Väänänen (1975:218), a classe dos verbos inceptivos, que a princípio só compreendia verbos intransitivos, estendeu-se aos transitivos: assuescere, insuescere, "acostumar-se" e "acostumar", desde o antigo latim. No baixo latim: augescere, "aumentar", e innotescere, "dar a conhecer".

- 6.1) Merecer (em vez de *merir, esperável do verbo depoente mereor), acontecer (em vez de um verbo diretamente derivado de contigere, por exemplo: *contingir), perecer (em vez de perir, que existe em francês), carecer (lat. class. carere, "ser faltoso de)
- 6.2) Em português: car-ecer/car-ente, acont-ecer/conting-ente, fal-ecer/fal-ir (arc), forn-ecer/forn-ir (arc), guarn-ecer/guarn-ir (arc).
- 6.3) Em italiano, em formas de tonicidade na vogal do presente do indicativo e do subjuntivo, existe vestígio de sc: Io finisco, tu finisce, mas noi finiamo/finisca, finiscano (ligadas a finire, "terminar". Nem todos os verbos em -ire obedecem a este padrão, mas os derivados deadjetivais obedecem.
- 6.4) Em espanhol existem formas arcaicas, como *aburrir* (< *abhorrere*, "ter horror de") correspondente ao português aborrecer (< *abhorrescere*)

Nossa interpretação da inceptividade latina encontra apoio em Väänänen (1975, p. 218), que alude a uma advertência retirada de um compêndio gramatical, num momento em que reinava confusão entre os estativos e os inceptivos: *incipio calesco on est caleo, sed calere*, "tornar-se quente não é estar quente, mas começar a estar quente". Esta consideração é de suma importância e deve ser considerada por causa da identidade formal das formas de *infectum*: *calesco* e *caleo* tinham como *infectum calui* (tornei-me/sou, estou quente), *rubesco* e *rubeo* tinham como *perfectum rubui* (tornei-me/estou, sou rubro). Ou seja: o fim do começo é uma consolidação do estado de algum modo. Permita-se-nos uma breve digressão sobre Pottier (1978).

Pottier (1978, p. 177) fala da categoria de desenvolvimento, que expressa o ponto de vista do falante a respeito do acontecimento em função do ponto de vista que ele decidiu: a fase (em função do ato que ele desenvolve: estou comendo, na hora de comer), a modificação da fase (ex.: começo a escrever, paro de escrever), a relatividade das fases (relaciona duas fases: ainda dorme). A relatividade das fases se dá por meio de tempos: se dizemos: começou a chover, o estado chuvoso se fixa. Difere de começava a chover. O autor trata melhor disto quando fala das modificações de estado (1978, p. 181). Um tratamento apurado da doutrina de Pottier nos permitiria relacionar com mais esmero a relação inceptividade e estatividade em termos de graus, não apenas em termos de cessatividade, mas isto iria nos levar muito longe do nosso escopo, pois a teoria merece aqui e

acolá reflexões e nem sempre acolhidas, o que não implica ser descartável, muito pelo contrário, pois ortodoxia não é bem-vinda em nenhum domínio da existência. Ademais, existe uma obra aperfeiçoada e significativamente melhorada de Pottier (1992), de base cognitiva, que deveríamos considerar, *Sémantique Générale*, publicada pelas Presses Universitaires de Frances (Paris). Como foi meramente citada, não a poremos nas referências bibliográficas.

O aspecto inceptivo, pelo menos nos moldes latinos, não mais vigora em português. Isto se deve à derrocada do harmonioso sistema verbal latino, que se fundava na oposição entre formas de *infectum* e de *perfectum*. A distinção das séries infectivas e perfectivas foi seriamente perturbada para dar saliência à noção de tempo. (Cf. CAMARA JR., 1985, p. 125-27)

O sufixo -ec- tanto se faz presente em tempos de aspecto concluso quanto naqueles de aspecto inconcluso: escureceulescurecia, por exemplo. A ideia que vigora em vernáculo é a de tornar-se quando o verbo é intransitivo, e a de tornar quando o verbo é transitivo. Ambas as acepções podem ser vistas no início, no desenvolvimento ou no final. Acrescentemos que os verbos em -ec- podem combinar-se com auxiliares veiculadores da ideia de cessação.

O que dissemos no parágrafo acima sugere uma reanálise da inceptividade em português. Afinal, ainda hoje não só os gramáticos tradicionais, como também os que se valem da linguística moderna, a exemplo de Monteiro (1990), afirmam que os derivados em -ec- indicam começo de ação, o que é verdade no domínio da palavra isolada, mas pode significar continuidade, permansividade e final de começo, o que culmina num estado: estou envelhecendo, fico envelhecendo, tenho envelhecido, envelheci (= estou velho).

É estranho que nossas gramáticas mencionem a ideia de início de ação para os derivados em -ec- e não para os derivados deadjetivais em -r, como afinar e engordar, que carreiam a mesma noção que apodrecer e empobrecer, e ostentam o mesmo comportamento sintático destes. Isto se deve à influência da gramática latina, provavelmente.

Quanto aos derivados sufixais e parassintéticos de infinito em -are, teoricamente apenas causativos, teriam a forma inceptiva na forma médio-passiva. Mas isto é teórico. Considerando o latim corrente de feição popular, cremos que o problema se resolve postulando-se que, desde há

muito tempo, não se usava a voz passiva mórfica. O verbo era usado intransitivamente na forma ativa mesmo como sentido passivo ou com alguma forma pronominal. A pesquisar. Mas sabemos que Plauto já documentava em suas comédias não empregava a forma depoente: era *horto* por *hortor*. Para darmos um exemplo em português:

- a) A tempestade afundou o navio
- b) O navio afundou com a tempestade

3.2. DE-

Já falamos deste prefixo quando falamos de *des*-. Tornamos a fazêlo mais detidamente ainda que com repetição.

Em nosso rastreio, há dois tipos de formação: os de natureza vernácula e os que vieram até nós, por intermédio do latim. Estes últimos são relativamente bem representados. Constituem-se de infinitivos verbais e raros nomes, em que o prefixo, além do sema fundamental de "afastamento" (ex.: defluxo), exibe outros, com ele relacionados: negação (decrescer, demérito), privação (depilar) e duração, indicando neste caso que ação, estado ou processo se estendem (delinear, delongar e deperecer). Há muitos parassintéticos: *deviare*, *défalquer*, que nos chegou via italiano provavelmente do latim medieval sob a forma *desfalcar* (< *falx, falcis, "foice", decapitar* (< *caput, capitis,* "cabeça") deflorar, que existe junto a *desflorar*, o que atesta a vitalidade de *des*-, já comentado.

Em português, *de*- se adjunge a bases verbais, com o sema fundamental de "afastamento". Num exemplo do *corpus*, indica "de cima para baixo": *dependurar*, onde o prefixo é redundante, já que a noção pode ser identificada no radical; noutro, indica "separação" ou "privação": debicar. O verbo aí significa, a partir dos constituintes "puxar com o bico" e daí "comer pouco (como as aves)", "comer em pequena porção". Num outro caso, o sema do afixo é "deslocamento a partir de determinado ponto": demarcar. Há, enfim, o sema "em sentido contrário": *decifrar*, *decodificar*.

Existem também as formações de caráter denominal: *dealquilação**, *deaminação** e *detoxicação**. São termos da linguagem técnica, mais especificamente relacionados com a nomenclatura química. Significam respectivamente "retirada dos radicais alquila", "retirada dos radicais amina" e "retirada da toxidez". Mesmo os exemplos denominais pressupõem as bases *dealquilar*, *deaminar* e *detoxicar*, que não sabemos serem

ou não existentes, pois não dispomos de manual ou dicionário especializado para as devidas elucidações.

Há, adicionalmente, três parassintéticos denominais vernáculos: *debandar* (< de + bando + ar), *depenar* (< de + pena + ar) e *defumar* (< de + fumo + ar).

De- pode ocorrer também junto a adjetivos, indicando "proveniência", conforme exemplo único do Aurélio: deverbal. A partir dele, no domínio da linguística, criaram-se outros exemplos, registrados e inclusive já empregados por nós: deadjetival, dessubstantival. Acrescem-se a outros, confinados em terminologia técnico-científica. O *corpus* não oferece exemplos de deadjetivais.

De- está longe de ostentar expansão semelhante à de *des*-, tendo compulsado a mencionada obra lexicográfica, deparamo-nos com exemplos abstrusos de parassíntese, não só quanto ao aspecto raridade, mas também quanto à própria natureza da formação (ex.: *deflegmar* e *decriptar*).

Eis os sentidos das formações parassintéticas:

 deflegmar (quím. de + phlegma + ar: tirar o muco), degasar (quím. provocar a desgaseificação de um sistema), degranar (tirar os grãos), deletrear (literário: ler letra por letra), demitizar (religião: escoimar de mitos a religião cristã).

Ressalte-se a concorrência de *de-* com *des*, valendo-nos de formações prefixais além das parassintéticas: *despolarizar*, *desvitrificar*, *desflegmar e desgasar*.

Muitas palavras existem, mas opacas em nossa língua: *deturpar* (< *turpis*, "torpe), *depravar* (< *pravus*, "torto" em sentido moral), *delirar* (< *lira*, "linha reta", isto é "afastar-se da linha reta", psicologicamente falando).

4. Aspectos conclusivos

Muito caberia dizer, porque sempre fica algo por dizer no discurso científico. Por exemplo: como se relacionam de forma menos extrema a estatividade e a inceptividade. Como se deu a gênese da parassíntese verbal? A nós parece que o primeiro passo foi a prefixação como reforço. Noutros casos, talvez não haja vingado por causa de muitos semas específicos. *EM*- e *A*- conservam os semas de diretividade ou mudança espacial

nocional, sendo nocional empregado tal como Pottier emprega. Hipótese a testar.

Não deixa de ser intrigante que outros usos de *IN*- e *AD*- não tenham vingado. *AD*- só é usado no discurso científico conforme dados do Aurélio.

Isto desfaz o preconceito de que o povo tende mais a noções concretas. Ora as parassínteses nocionais são mais abstratas.

Parassintéticos a serem mais investigados são os de verbos indicadores de golpes e movimentos como *esmurrar* e *espernear*. Influência latina ou vernácula das formações prefixais intensivas?

Outro aspecto a ser estudado: por que alguns prefixos clássicos não lograram difusão nas línguas românicas. Dizer: porque são clássicos é tautologia. Perguntamos por que se mantiveram clássicos.

E quanto a estes clássicos, convém analisar o tipo de discurso em que se inserem e que registro assumem e se tem muita metaforização. Considere-se o gênero discursivo. Isto revelaria muito de ascendência erudita.

Seria bom pesquisar a possibilidade de parassíntese nominal em português, discutindo propostas como a de Louis Guilbert aplicada ao português e a da Professora-Pesquisadora Margarida Basílio. O problema é o fundamento sintático, que engendraria outro tipo de circunfixação. Lemolas, mas ainda não me convenceram e não maturaram em nós para um debate articular. Estamos, todavia, convencidos da parassíntese nominal em latim morficamente estabelecida a partir do bom *corpus* de Romanelli (1964), embora o autor não cite o processo, pois o livro é mais de listagens de formas e sentidos de prefixos. Fica para outro trabalho.

Um fator consideraremos: o latim clássico era língua imota, meio artificial, literária, helenizada, circunscrita a um tempo e a condições sócio-históricas bem claras. Muitas formações talvez sequer tivessem expansão nele para difundir-se naturalmente para o seio popular ou se difundiam "normalizadas". Exemplo: o redobro verbal: *cecini* (cantei), *tetigi* (toquei). Alguns infinitivos dissonantes: *esse* ("ser", em italiano normalizado *essere*), *velle* ("querer", em italiano, normalizado *volere*). A língua popular ia buscar novos meios de expressão. E teve tempo demais para se elaborar porque o latim dito vulgar é mais antigo que o latim clássico, é língua viva, corrente, em que as formas, o sistema é real sistema de possibilidades. Plauto já retrata o assim chamado latim vulgar. As famosas *Defixionum*

Tabellae ou Tábuas Execratórias retratam um latim arcaico, e este é o latim denominado vulgar. E este prossegue depois da queda do Império Romano, magnificado pelas forças externas das invasões bárbaras e invasão muçulmana. O que foi daninho para uma modalidade de latim não o foi para a outra modalidade.

Bem assevera Coseriu, que sabiamente separa diacronia e história (externa ao sistema): sincronia e diacronia têm em comum a história, pois sincronia não é imune aos fatores históricos. A língua se constitui diacronicamente e funciona sincronicamente. Ambas são interiores ao sistema. Este será para trabalhos deste jaez nosso ponto de partida, contido em magnífica obra *Sincronia, Diacronia e História*, que nos privamos de citar nas referências bibliográficas por ser de fundo conclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Aparecida. *Língua e discurso*: contribuição aos estudos semântico-sintáxicos. São Paulo: Global: 1981.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BRÉAL, Michel. Ensaio de semântica. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

CAMARA Jr. Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão: 1985.

COSERIU, Eugeniu. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *A derivação parassintética: uma abordagem sincrônica e diacrônica quanto aos seus aspectos gramaticais e semânticos.* 1990. Dissertação (de Mestrado). – UFMG, Belo Horizonte.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. Novo dicionário da língua portuguesa século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1999.

GALERY, Ivana. *Prefixos intensivos em Grande Sertão: Veredas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

GLEASON, H. A. *Introdução à linguística descritiva*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, [s/d]

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. Dicionário de semiótica. São Paulo: Cultrix, 1979.

HJELMSLEV, L. L. *Prolegômenos a uma teoria da gramática*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1981.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

LIORACH, Emilio Alarcos. Gramática estrutural. Madrid: Gredos, 1974.

MACAMBIRA, José Rebouças. *Português estrutural*. São Paulo: Pioneira, 1978.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *Gramática do latim* vulgar. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.

_____. A unidade da România Ocidental. São Paulo: Universidade de São Paulo.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia da língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 1990.

POTTIER, Bernard. *Linguística geral*: teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença/Universidade de Santa Úrsula, 1978.

ROMANELLI. R. C. *Prefixos latinos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1993.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Garnier, 1993.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1979.

VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introduccón al latín vulgar*: Madrid: Gredos, 1975.

GLOBALIZAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO CONTEXTO DO TURISMO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICO-METODOLÓGICAS

Lidiany Soares Guimarães Onofre (UEMS)

<u>lidy_onofre@yahoo.com.br</u>

Ruberval Franco Maciel (UEMS)

ruberval.maciel@gmail.com

RESUMO

Em tempos de globalização, a língua inglesa tem desempenhado cada vez mais um papel importante no setor do turismo. Neste sentido, este trabalho busca abordar a formação docente para o ensino de língua inglesa aos profissionais do turismo. Visa, ainda que de maneira sucinta, discutir o que o Ministério do Turismo aponta como diretriz para qualificar o atendimento turístico. Por fim, o enfoque será dado na argumentação de como a globalização têm influenciado o turismo e como a internet pode contribuir para a aquisição/aprendizagem da língua em questão com bases nos estudos de Maciel (2013), Brydon (2013) e Mattos (2011), entre outros.

Palavras-chave: Formação docente. Turismo. Globalização.

1. Introdução

O movimento de diáspora humano acontece a milhares de anos, seja qual for à necessidade, a esse deslocamento dá-se o nome de turismo. Castelli (1984, p. 25) se utiliza da definição de Larousse (1964) para apontar turismo como "o gosto pelo deslocamento e pelas viagens". Segundo Dantas (2008), o fenômeno do turismo é eminentemente social e esse fenômeno vem adquirindo um volume cada vez maior. Ao olhar para os profissionais do turismo no que tange à necessidade e à utilização de um idioma estrangeiro, sobressai a utilização da língua inglesa. Neste sentido, o foco deste artigo é a formação docente para o ensino de língua inglesa aos profissionais do turismo, bem como as implicações da globalização para esse ensino/aprendizado.

Convidamos o leitor para as seguintes reflexões: Qual é a necessidade dos profissionais do turismo em ter professores de língua inglesa com um olhar focado nesta área? O que um professor com essa especialidade deve oferecer? Ou qual o foco principal deste nicho? Esses questionamentos se justificam uma vez que esses profissionais estão em contato direto e permanente com pessoas dos mais diversos países e mais que saber os co-

nhecimentos sistêmicos da língua inglesa, esses profissionais precisam utilizar as formas de compreensão oral e escrita, pois o padrão de qualidade exigido desse segmento profissional.

Ao contemplar a necessidade de desenvolvimento linguístico em língua inglesa dos profissionais do turismo, destacamos relevância de ofertar a eles, docentes com especialização em inglês com fins específicos (ESP em inglês) para suprimir esse enfoque. Em outras palavras, docentes que possam desenvolver a compreensão e produção oral e escrita, voltados para o inglês como língua de produção e negociação de sentidos no contexto da globalização.

Referimo-nos à globalização com base em Maciel (2013, p. 43):

Um movimento político-econômico e cultural que descreve as várias mudanças sociais, causando grandes impactos nas relações humanas, pois desestabilizam centros existentes de segurança, influência na organização do mercado, na produção e na difusão de formas culturais. (MACIEL, 2013, p. 43)

Por ser o turismo um fenômeno social, essa movimentação políticoeconômica e principalmente com relação à troca cultural ocorre de forma espontânea, e são essas relações humanas que contribuem grandemente na influência do mercado, da produção e também na difusão cultural. A contribuição do turismo é intrínseca para a globalização.

Na sequência, três aspectos serão abordados: turismo e ensino de língua, globalização e turismo, ensino de língua inglesa.

2. Turismo e ensino de língua

Na busca por compreender a necessidade dos profissionais da área de turismo quanto à aprendizagem de uma língua estrangeira ou adicional, destacamos, nesta seção, as diretrizes e bases que regulam e orientam a boa formação destes profissionais. A portaria 100/2011 do Ministério do Turismo na matriz de classificação dos meios de hospedagem. Este documento aponta a necessidade de recepcionista bilíngue para um meio de hospedagem com três estrelas, no período de no mínimo doze horas, e de recepcionista trilíngue, pelo menos em dois turnos e bilíngue no período noturno para profissionais em hotéis de quatro ou mais estrelas.

Existe também a regulação de um funcionário com conhecimento de um idioma instrumental em meios de hospedagem e telefonista bilíngue para hotéis de quatro ou mais estrelas. Outros serviços como conexão a

internet nas áreas sociais, *business center*, serviço de suporte em tecnologia de informação, serviço de secretariado, página na internet em português e mais um idioma para hotéis ou meios de hospedagem a partir de três estrelas. Com este pequeno exemplo, é possível destacar a necessidade de formação de docentes com especialização em ensino de língua para o setor do turismo.

Em visita aos diversos campos que compõe o trade turístico, como, por exemplo, agência de viagens, hotéis, aeroportos, é facilmente identificável a presença da circulação das línguas estrangeiras, uma vez que quase todas as palavras técnicas desse meio vêm do inglês, *check in, check out, overbooking, no show, upgrade, travel check, front office*, e isso não é nada ao compararmos com número crescente de estrangeiro que visitam o Brasil a cada ano.

As agências de viagem ou operadora turística é outra área do trade turístico responsável pelo crescimento do turismo, desde Thomas Cook e Henry Wells em meados de 1841, aos dias atuais. A prestação de serviço por parte das agências de turismo não mudou muito, exceto que atualmente as agências vêm se recriando para não ficarem fora do mercado. Em outras épocas, a renda de uma agência era paga por comissão. No entanto, com o advento da internet e da venda direta de passagens aéreas por parte das empresas que operam nos aeroportos, as agências tiveram que se reformular e, conforme Dantas, atualmente as agências prestam consultorias. As operadoras turísticas, por sua vez, trabalham na elaboração de programas, serviço e roteiro de viagens turísticas, dentro ou fora do país, emissivas ou receptivas, e inclui ainda: passagens, hospedagem, recepção, transfer, enfim, toda assistência na área turística (DANTAS, 2008, p. 33). Com esta especificação, é premente a importância do profissional do turismo, mais especificamente, a qualidade no atendimento é o diferencial entre as agências ou operadoras. Neste sentido, aprender um idioma com fluência é fundamental.

3. Globalização e turismo

O movimento político-econômico trouxe mudanças para o turismo foram, entre outros, os avanços tecnológicos no que se refere ao transporte e às comunicações. Segundo Beni (2003), tais avanços possibilitaram viagens com tarifas mais reduzidas e acessíveis a um público maior. Outro ponto é a influência da globalização para o turismo internacional. Ela proporciona a países em desenvolvimento uma prosperidade, pois, coloca tais

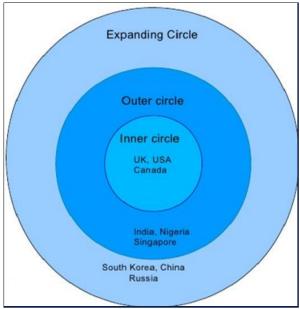
países acessíveis na *web*. Por meio do turismo, esses países encontram no turismo receptivo uma saída para ampliar as possibilidades de comércio local. Contudo, esses países precisam investir principalmente em serviços e na qualidade do atendimento.

Há na globalização, intrinsecamente, regras quando o assunto é turismo e a mais importante delas é adaptar-se às necessidades e exigências mutáveis dos turistas. Assim, o que pode fazer a diferença no turismo é a prestação de serviço. Para se adequar ao atendimento internacional, a internet traz inúmeros cursos online para aprendizagem das línguas estrangeiras para quem busca estar qualificado para este mercado. No entanto, muitas pessoas que preferem o contato direto, quando o assunto é aprender outra língua que pode ser tanto por meio de cursos presenciais, quanto em outros países.

4. Ensino de língua inglesa

A língua inglesa, devido ao *status* de língua internacional por questões econômicas, políticas, científicas e tecnológicas, é muito utilizada na comunicação em geral. Brydon (2009, *apud* MACIEL, 2014, p. 255) afirma que "o inglês possibilita a entrada e a saída de um diálogo global e que está atravessando muitos tipos de fronteiras para criar uma esfera politica global". A autora ainda afirma que "saber inglês está se tornando um novo tipo de letramento importante". O que tem mudado atualmente é o *status* de quem fala inglês. Isso se deve em função do fato de que a maioria das pessoas falantes de inglês atualmente é muito superior ao número dos países que possuem a língua inglesa como língua oficial. Para discutir esse assunto, tomamos como base o trabalho da sociolinguista Kachru que divide os falantes em círculos. Veja na figura seguinte, disponível em Maciel (2013, p. 50).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos



Fonte: Maciel (2013, p. 50)

O círculo de Kachru apresenta um modelo de divisão dos falantes de língua inglesa, contendo três círculos: o interno, o externo e o círculo em expansão como representado na figura acima.

Maciel (2003) discute que para Kachru, o círculo interno refere-se à tradição monolíngue, de maioria branca, que representam a primeira diáspora das ilhas britânica, e é base para as regras e modelo normativo como, por exemplo, a Inglaterra, os Estados Unidos, a Austrália. O círculo externo refere-se à segunda onda da diáspora e relaciona-se a história do colonialismo de países falantes da língua inglesa, tendo o *status* de língua oficial, sendo a língua considerada materna. No entanto, sofre influências do contato com línguas locais o que propicia o surgimento de um novo tipo de língua inglesa, distinta do primeiro círculo, como é o caso da Índia, entre outros. Já o círculo em expansão não tem *status* de língua oficial, sendo uma língua para o contato internacional. Nessa expansão, identificam-se formas de imperialismo cultural, dependem da norma tradicional, e tem como característica o desejo pela aprendizagem da língua inglesa com base no padrão do circulo interno (MACIEL, 2013, p. 51). É no círculo em expansão que se encontra os profissionais do turismo, pois esses

têm um contato com falantes do inglês de diversas partes do mundo. O docente pode observar o preparo de uma aula com foco voltado para o ensino da língua inglesa no contexto da globalização.

A aprendizagem situada é um aspecto importante para a aprendizagem de uma língua estrangeira/adicional. Segundo Tagata (2014), por meio do contato frequente com o inglês, é possível a aquisição do idioma. Tagata se utiliza de Gee (2004) para apresentar como este processo ocorre:

Para esse autor, só aprendemos algo novo, como uma palavra em nossa língua, ou até uma língua estrangeira, quando sentimos que o contexto ou situação a que essa palavra ou língua se aplica, nos é relevante, atraente ou motivador. (GEE, 2004, *apud* TAGATA, 2014, p. 153)

Neste sentido, relacionar o conteúdo com nossa experiência de vida é uma aprendizagem situada, e pode contribuir para qualquer profissional do turismo. Embora o dia a dia desta área profissional possa ser extenuante, exaustiva e produtiva, o grande contato com a língua alvo pode facilitar o processo de aprendizagem da língua. Assim, Gee (2004) apud Tagata (2014, p. 153): "Nossa mente funciona melhor quando constrói simulações de experiências vividas, para então se preparar para novas situações, compreender e absorver novos conhecimentos, e encarar novos desafios".

Portanto, com uma prática situada, o docente pode ter mais possibilidade de promover um contexto de aprendizagem para o discente.

5. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar os pré-requisitos para o turismo em geral, e o que o Ministério do Turismo estabelece para os meios de hospedagem e, com base neste parâmetro, observar a importância do docente de língua inglesa para o trade turístico. Além disso, considerar o movimento político-econômico da globalização na aquisição/ aprendizagem da língua inglesa, bem como situar os profissionais do turismo com relação ao círculo de Kachru e a aprendizagem situada.

Para tanto, foram abordados três aspectos importantes no que se refere ao docente e o ensino da língua inglesa, que são globalização, círculo de Kachru e aprendizagem situada. Tais pontos se levados em consideração pelo docente podem contribuir grandemente para um atendimento requerido dos profissionais do turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, M. C. *Globalização do turismo* – megatendências do setor e a realidade brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

BRASIL, *Portaria Ministerial MTUR* 100/2011. Disponível em: < http://www.classificacao/mtur-site/downloadRegulamento.action?tipo=1>. Acesso em: 01/04/2014.

BRASIL, *Cartilha de orientação básica*. Sistema Brasileiro de Orientação e Classificação dos Meios de Hospedagem, 2010 Disponível em: <http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site>. Acesso em: 11/04/2014.

CASTELLI, G. *Turismo e marketing*: uma abordagem hoteleira. Porto Alegre: Sulina, 1984.

DANTAS, J. C. S. *Qualidade do atendimento nas agências de viagens*: uma questão de visão estratégica. São Paulo: Roca, 2008.

MACIEL, Ruberval Franco. Globalização, reformas educacionais e ensino de línguas: colaboração de pesquisa Brasil/Canadá. Interfaces Brasil/Canadá, vol. 12, p. 253-270, 2011.

_____. "Eu sei o que é bom pra você!" A lógica da emancipação revisitada e a formação de professores. Novos letramentos, formação de professores e ensino de língua inglesa. Maceió: Edufal, 2014, p. 247-268. Disponível em:

< http://pt.scribd.com/doc/211920968/MACIEL-Emancipacao#scribd>

_____. Negociando e reconstruindo conhecimentos e práticas locais: políticas públicas para o ensino de língua inglesa na nova ordem mundial. In: *III Congresso Latino-Americano de Formação de Professores de Línguas*, Taubaté. 2010.

______. Researching language teacher education: globalization, language policy and new literacies studies in dialogue. *Web-Revista Discursividade: Estudos Linguísticos*, vol. II, p. 1-12, 2013.

TAGATA, W. "It's mine!" Aprendizagem situada e novos letramentos nas aulas de inglês. In: TAKAKI, N. H.; MACIEL, R. F. (Orgs.). *Letramentos em terra de Paulo Freire*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2014.

LÍNGUA MATERNA E SEGUNDA LÍNGUA: QUESTÕES ACERCA DO BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO SURDA

Sizenana Maria da Silva (UEMS)

<u>suzi2010.maria@hotmail.com</u>

Magno Pinheiro de Almeida (UEMS)

mpa_proflibras_magno@hotmail.com

RESUMO

O objetivo principal do presente trabalho é apresentar as implicações do bilinguismo na educação dos surdos. Trazemos, para tanto, algumas discussões como a desconstrução de noções míticas ventiladas pelo senso comum acerca dos surdos; apontamos ainda os conceitos das filosofias oralista e de comunicação total como entes antecessores do bilinguismo; demonstramos algumas noções acerca da comunidade surda e sua língua materna (libras) e, por fim, enfocamos a questão do bilinguismo como cumprimento da legislação que rege a inclusão do surdo e disciplina o uso da libras como língua mãe e a língua portuguesa escrita como segunda língua. O trabalho é uma revisão bibliográfica e visa alcançar, a título de público-alvo, os estudiosos da educação e das letras. Esperamos que as discussões contribuam para o alargamento dos debates sobre a comunidade surda e resultem em interesse de acadêmicos de letras na formação como intérpretes de libras.

Palavras-chave: Surdos. Bilinguismo. Educação.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar as implicações do bilinguismo na educação de surdos. Previsto nas políticas públicas de educação para o surdo, o bilinguismo compreende o uso da Libras como língua materna da comunidade surda, ao passo que a Língua Portuguesa é usada como segunda língua.

O caminho percorrido pelo surdo, até que sua língua visual-espacial fosse assegurada por lei, foi permeado de dificuldades, já que, impossibilitado de ouvir, ele era considerado doente, em uma sociedade majoritária, que prezava pela comunicação oral-auditiva.

Através da implementação do bilinguismo que garante o uso da Libras, o surdo não mais é compreendido como doente ou deficiente, mas como um indivíduo que usa outra língua, que não a Língua Portuguesa oralizada para se comunicar. Agora sua identidade está firmada pelo uso

da Libras. Não há mais uma fragmentação identitária que o oralismo causava, em que o surdo nem oralizava com perfeição, nem aprendia a língua de sinais.

A estruturação do trabalho é a seguinte: o item um é denominado **Desconstruindo míticas noções sobre o surdo;** o dois se chama **Filosofias oralista e de comunicação total;** o três é nomeado de **Breves considerações a respeito da comunidade surda e a língua materna** e o quatro é denominado **O bilinguismo e a educação para os surdos.**

A metodologia utilizada é qualitativa e revisão bibliográfica, tendo como fonte primordial a dissertação de Mestrado do autor Magno Pinheiro de Almeida, pesquisador, professor e intérprete de Libras de Mato Grosso do Sul.

Os resultados esperados são o de expansão de debates sobre a comunidade surda, bem como o de contribuição para o interesse de acadêmicos de Letras na formação como intérpretes de Libras.

2. Desconstruindo míticas noções sobre o surdo

Ao ouvir a palavra *surdo* é possível que passe à mente de muitos a imagem de uma pessoa que usa um aparelho auditivo, que emite sons incompreensíveis e usa gestos ou mímicas na hora de se comunicar. Esse seria, no imaginário de certa coletividade, o estereótipo do surdo.

Composta de tão poucas linhas, a compreensão de surdo, acima apresentada, está carregada de muitos enganos. São noções propagadas no dia-a-dia, eivadas de senso comum, que tentaremos esclarecer no estudo que segue. Para tanto, é importante compreender que a pessoa com surdez, ou o surdo, é aquele indivíduo que está inserido em uma comunidade surda e, portanto, tem por identidade a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua materna. Sua condição não é entendida por esse indivíduo como uma doença, mas como uma diferença. Se o ouvinte usa o aparelho fonador para emitir sons e, via de consequência se comunica pelo uso da linguagem oral, o surdo usa sua língua mãe para igualmente se comunicar, mas através de sinais.

O uso do aparelho auditivo está mais ligado ao deficiente auditivo do que ao surdo. O primeiro é aquele que possui dificuldade ou impossibilidade de ouvir, porém, não está inserido, por não se identificar como tal,

na comunidade surda (BISOL e VALENTIN, 2011). Dessa forma, o aparelho auditivo é o auxiliar na condução da comunicação do deficiente auditivo, pois, se sua língua materna é a Língua Portuguesa e não a Libras, há a necessidade da utilização do sentido audição para que se estabeleça o contato emissor-receptor da mensagem. Cai, portanto, o primeiro mito, que é associar o surdo, necessariamente, ao aparelho auditivo.

Sobre a questão de relacionar o surdo como o indivíduo que emite sons incompreensíveis, é preciso entender que a razão de <u>alguns</u> surdos não falarem (há surdos oralizados) se deve ao fato de não ouvirem, e não por terem problemas no aparelho fonador. Daí que, tendo sua capacidade fonadora intacta, é plenamente possível a emissão de sons. A impossibilidade do ouvinte de decodificar os sons emitidos se justifica pela não apreensão do surdo da Língua Portuguesa falada, já que seu foco primordial é a Libras e não a oralização.

Outra incorreção é ligar a comunicação do surdo ao uso de gestos ou mímicas. Para Santos (2009, p.18) *apud* Almeida (2014, p.15) "a língua brasileira de sinais é uma forma de comunicação natural das comunidades surdas. Ela não é simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a expressão."

A Língua Brasileira de Sinais, como o próprio nome diz, se vale do uso de sinais. Assim, os termos gestos e mímicas não devem ser usados para se remeter à forma de comunicação da comunidade surda. Apesar de ser uma língua que usa expressão corporal e facial, sua estrutura é rica e peculiar, não devendo ser propagada a ideia de que se comunicar em Libras é acenar, gesticular, apontar ou imitar.

3. Filosofias oralista e de comunicação total

A linha do tempo da comunicação da comunidade surda é composta, basicamente, de três momentos: oralismo, comunicação total e bilinguismo (ALMEIDA, 2014, p.32). O terceiro é o alvo do presente trabalho, sendo, portanto, tratado de forma mais aprofundada no último tópico. Desta forma, passaremos a apresentar os conceitos e implicações do oralismo e da comunicação total.

O oralismo, como o nome sugere, é a prática de introduzir a comunicação oral ao surdo. Tal vertente data de tempos remotos, quando, por exemplo, famílias nobres buscavam uma educação de seus filhos surdos

pautada na oralização, como forma de minimizar o estigma social ao qual o indivíduo com surdez padecia, conforme estudo abaixo:

A filosofia oralista prioriza a integração da criança com surdez na sociedade de ouvintes, possibilitando-lhe o desenvolvimento da linguagem oral. Os defensores dessa filosofia afirmam que a linguagem restringe-se à língua oral, sendo esta a única forma de comunicação dos surdos [...]. (ALMEIDA, 2014, p.34)

Nota-se que o oralismo é fruto de uma sociedade que entende que a comunicação oral é a única maneira de haver a integração da criança com surdez à sociedade majoritária, que é a ouvinte. Ao longo do tempo, essa filosofia cedeu espaço à comunicação total, que, conforme afirma Almeida:

[...] defende metodologias auditivas, manuais e orais. Sua principal preocupação está em estabelecer processos comunicativos entre surdos e surdos, surdos e ouvintes. Essa prática preocupa-se com o aprendizado da língua oral, mas acredita principalmente que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado. (ALMEIDA, 2014, p.35)

A comunicação total, como se observa, é mais abrangente que o oralismo, uma vez que engloba uma série de metodologias com a finalidade de gerar a comunicação entre surdos-surdos e surdos-ouvintes. Dessa forma, ela abarca gestos, leitura labial, dança, língua de sinais e língua oral, e diversamente do oralismo, não enxerga o surdo como doente (PER-LIN & STROBEL, 2009, p. 20 apud ALMEIDA, 2014, p.35).

4. Breves considerações a respeito da comunidade surda e língua materna

No Brasil é possível identificar inúmeras culturas, sendo que cultura, de acordo com Silva e Silva (2006), é um complexo de tudo aquilo que envolve conhecimento, crenças, lei, moral, costumes, hábitos, linguagem e todas as aptidões adquiridos por fazer parte de uma sociedade onde é membro. Esses aspectos culturais são significativos e constituintes das ações e situações dentro de uma comunidade.

O conceito cultura, como vimos, é constituído por vários fatores, e quando colocado em foco o plano da surdez, o cerne cultural estará vinculado ao espaço linguístico. Esse espaço linguístico, segundo Silva (2010), é definido pela sua língua de sinais.

No Brasil a língua materna utilizada pelos surdos é a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e assim como a língua oficial do país ela possui

suas peculiaridades e não pode ser comparada à Língua Portuguesa (L2)⁷. Diante de toda uma evolução histórica podemos perceber que o reconhecimento da Libras como língua oficial dos surdos brasileiros, por meio da Lei 10.436/2002, veio retirar o indivíduo surdo de um estágio fracionado, em que a proposta da oralização trazia à tona um sujeito nem ouvinte nem surdo. De acordo com Almeida:

A Língua Brasileira de Sinais, uma modalidade visual espacial, é a L1 para os surdos. A língua portuguesa, modalidade oral-auditiva, é a L2. Os educadores e pesquisadores passam a pensar a respeito da inclusão e da dificuldade dos surdos em produzir textos e da leitura, e será necessária busca de recursos e práticas pedagógicas para sanar essa dificuldade, determinada pela política nacional de inclusão, ou seja, criar metodologia adequada para aquisição da L2; e assim, levar a mudanças para as práticas educacionais (...). (ALMEIDA, 2014, p. 27)

Outro elemento relevante assimilado pelo uso ou não da língua de sinais é primordialmente a diferença entre os conceitos de surdez e deficiência auditiva. Ainda que nos dois casos haja a perda maior ou menor da percepção de sons, essa diferença é identificada pelo lado identitário da linguagem. Nas palavras de Bissol e Valentin:

Não se trata, portanto, de uma simples nomenclatura. Esta diferenciação permite compreender, por exemplo, que um surdo não passa despercebido em uma sala de aula ou em um local de trabalho, pois utiliza as mãos para se expressar em uma língua gestual-visual e poderá se utilizar da mediação de um intérprete de língua de sinais. A situação do deficiente auditivo é outra: ele será percebido pelos demais quando se nota a presença de uma prótese auditiva ou se percebe alguma dificuldade (geralmente pequena) de fala. É comum que o deficiente auditivo se esforce muito para que sua dificuldade não seja percebida. (BISOL e VALENTINI, 2011)

O surdo nesse aspecto linguístico não é melhor nem pior do que o ouvinte, o que há é uma diferente forma de comunicação, onde o primeiro utiliza-se de uma linguagem visual-espacial, percebendo de maneira diferente os estímulos à sua volta, mas não de maneira inferior ou menos válida.

5. O bilinguismo e a educação para os surdos

Como já visto anteriormente, a cultura é composta por elementos

⁷ A Língua Brasileira de Sinais (Libras), não substitui a língua portuguesa na forma escrita.

como hábitos, costumes, tradições, mas é primordialmente o elemento linguagem o objeto de estudo em questão; é através desse fator que foi observada a existência e a força da comunidade surda. É nesse aspecto essencial que a cultura do surdo se diferencia da cultura do ouvinte, pois respectivamente, em uma a linguagem é visual-espacial e, na outra, é oral-auditiva.

Fazendo uma viagem na temporalidade linguística dos surdos podem-se apreciar as duas fases educacionais bem delineadas: a oralidade e a comunicação total. Neste momento veremos uma terceira e atual fase, que passa por um momento de transição. Segundo Quadros (2006), essa fase é denominada bilinguismo. Reivindicada pelos próprios surdos, a metodologia do bilinguismo parte:

[...] do princípio que a pessoa surda deve adquirir como primeira Língua a "Língua de Sinais", e essa deverá ser oferecida o mais precoce possível, o que facilitará o desenvolvimento de conceitos e a sua relação com o mundo. A língua predominante em seu país é ensinada como a segunda Língua, na modalidade escrita, e quando possível, na oral. [...] Na filosofia bilinguista existem duas vertentes. Uma defende que a pessoa com surdez adquira a Língua de Sinais e a Língua Oral separadas o mais precocemente possível. Posteriormente, a pessoa deverá ser ensinada na Língua oficial de seu país. A outra defende, primeiramente, o ensino da Língua de Sinais e num segundo momento o ensino da modalidade escrita. (ALMEIDA, 2014, p. 36-37)

Através da Lei 10.436/2002 a Libras foi reconhecida como língua oficial dos surdos brasileiros e, através da identificação os surdos conseguiram assegurar direitos de inserção plena em diversos meios sociais, um deles na educação, como meio de comunicação e de instrução, partindo do princípio do bilinguismo, cujo objetivo, segundo Martins e Machado (2009) *apud* Almeida (2014) nesse contexto é:

(...) Oferecer à criança um ambiente linguístico em que seus interlocutores se comuniquem com ela de forma natural, como acontece com a criança surda encontra a possibilidade de adquirir a língua de sinais como primeira língua, não como uma língua ensinada, mas aprendida dentro de contextos significativos. (MARTINS e MACHADO, 2009, p.236, apud ALMEIDA, 2014, p.22)

Para a escola da atualidade surtir o efeito necessário, de acordo com Almeida (2014), é necessário que a Libras deixe de ser um corpo estranho no ambiente e esteja inserida em todos os aspectos educacionais de ensino e aprendizagem. Essa inserção bilíngue na Educação será um ponto forte e básico para a autonomia e emancipação do surdo dentro e fora desse ambiente, pois a escola tem um papel profundo dentro da sociedade em geral.

É indispensável, nesse contexto, que a escola e todos os processos envolvidos tenham a necessidade de conhecer as duas línguas envolvidas no processo educacional e o lugar específico que elas ocupam, considerando fatores sociais, culturais e linguísticos. Nessa perspectiva Almeida ressalta que:

A efetivação do bilinguismo na educação está condicionada ao domínio de conceitos relativos aos surdos, à língua e à sua cultura, fundamentais no processo de interlocução, de troca, condições imprescindíveis para a inclusão que hoje permeia os pressupostos filosófico-ideológicos da educação. (ALMEIDA, 2014, p.22)

A proposta do bilinguismo, em conformidade com Quadros (2006), traz à pessoa surda a possibilidade de estabelecer vínculo com duas línguas dentro do ambiente escolar, a primeira língua, a língua materna (L1) Libras e, a segunda língua (L2), a Língua Portuguesa (língua oficial do país). Nesse ambiente a Libras aparece como intercessora e instrutora e a Língua Portuguesa deve ser ensinada na perspectiva do ensino da (L2), sendo necessário buscar recursos, práticas pedagógicas, e criar uma metodologia que torne acessível ao surdo esse aprendizado.

Como todas as línguas, a Libras possui suas peculiaridades. Ao contrário do que muito se imagina, ela não se trata de um português sinalizado, mas de uma língua que possui estruturas próprias. De acordo com Almeida (2014):

Os surdos utilizam como característica para compor a Libras a expressão facial/corporal que será usada no processo do traço semântico do referente "significado", para passar a ideia de negação, afirmação, questionar, opinar, desconfiar e entre outros. Também temos como característica a Configuração de Mão (CM), Ponto de Articulação (PA), Movimento (M) e Orientação (O), que compõe os aspectos estruturais da LIBRAS. (ALMEIDA, 2014, p.41)

No processo educacional, o profissional que é ouvinte e toma conhecimento da língua de sinais, e se dispõe a aprendê-la e compreendê-la, absorve essa consciência linguística citada anteriormente. A partir desse estágio, esse profissional, no momento do ensino do indivíduo surdo, passa a inseri-lo através de seu trabalho no contexto social, emocional e cognitivo da aula, proporcionando com isso a interação do próprio no ambiente. Isso consequentemente ocorrerá pelo princípio bilíngue, com a interlocução entre duas línguas.

Para a efetivação do bilinguismo, e mais, para o alcance de uma educação de qualidade para os surdos, esse direito amparado por lei, de educação a todos, deve ser exercido pelas instituições de ensino regular. É

necessário, nas palavras de Almeida (2012) *apud* Almeida (2014, p.22), (...) "uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência", além de reformulação do sistema de ensino para que o atendimento se torne adequado e atenda às diferenças e necessidades educacionais.

6. Considerações finais

O presente estudo teve em seu enfoque apresentar as implicações do bilinguismo na educação de surdos, para tanto se observou a importância de trabalhar a desmistificação da nomenclatura *surdo-mudo*, apresentar noções sobre deficiência auditiva e surdez, algumas incorreções a respeito da Língua Brasileira de Sinais, cultura e comunidade surda e ensaios sobre duas etapas anteriores ao bilinguismo, sendo elas respectivamente a oralização e a comunicação total.

Dentro desse processo se constrói a base de conceitos necessários para alavancar discussões a respeito do objeto de estudo, no caso o bilinguismo. Fica claro que o aspecto linguístico é a essência cultural do surdo, que no caso dos surdos brasileiros é identificada pela Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Após a aparente falha no processo educacional presente na linha do tempo da comunicação do surdo, com a oralização e a comunicação total, surge, reivindicada pelos próprios surdos, a proposta do bilinguismo, que traz em sua metodologia o ensino precoce da Língua de Sinais como primeira língua (L1) e a língua oficial do país como segunda língua (L2).

Através da Lei 10.436/2002, a Libras foi reconhecida como língua oficial dos surdos, e isso proporcionou a inserção dos indivíduos surdos em diversos meios sociais, dentre eles a educação, que agora parte da proposta bilíngue, em que a Libras é utilizada como meio de comunicação e instrução no ambiente escolar e a Língua Portuguesa escrita deve ser ensinada na perspectiva do ensino da (L2).

As implicações presentes nesse contexto são relacionadas à efetivação do bilinguismo dentro do seio escolar, pois o profissional deve dispor-se a aprender e compreender a Libras, e a partir disso, buscar propostas que promovam a inserção satisfatória do surdo nesse contexto. Fica visível a dificuldade existente de que um direito amparado por lei seja verdadeiramente cumprido. Para tanto, segundo Almeida (2014), é necessária uma mudança de postura acerca da deficiência e uma reformulação do sistema

de ensino, para que o atendimento se torne adequado e atenda às necessidades educacionais como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Magno Pinheiro de. Língua de sinais x libras: uma abordagem da historiografia linguística. Campo Grande: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2014. Disponível em: http://www.uems.br/pgle-tras/arquivos/2 2014-05-23 18-54-27.pdf>. Acesso em: 21-05-2015.

BISOL, Cláudia; VALENTINI, Carla. *Surdez e deficiência auditiva*: qual a diferença? Objeto de aprendizagem incluir. UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downlo-ads/OA SURDEZ Surdez X Def Audit Texto.pdf>. Acesso em: 02-05-2015.

QUADROS, Ronice Müller de. *Estudos surdos*, I. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Márcia do Socorro. Um olhar sobre a comunidade surda. *Fórum Nacional de Crítica Cultural 2*, 2010. Disponível em:

http://www.poscritica.uneb.br/anais-eletronicos/arquivos/32%20-%20UM%20OLHAR%20SOBRE%20A%20IDENTI-DADE%20SURDA.pdf.

MUDANÇA SONORA: DISCUTINDO O PRINCÍPIO NEOGRAMÁTICO DA REGULARIDADE

Cynthia Vilaça (USP) cynthiavilaca@gmail.com

RESUMO

Segundo o princípio neogramático da regularidade, as mudanças sonoras, na medida em que ocorrem mecanicamente, realizam-se de acordo com leis que não admitem exceções e são transmitidas simultaneamente tanto dentro da estrutura linguística quanto pela da comunidade de fala. A principal oponente desse princípio é a teoria da difusão lexical (WANG, 1969), a qual postula que a transmissão da mudança sonora é foneticamente abrupta e lexicalmente gradual. Neste artigo, discute-se o referido princípio neogramático, expondo seus pressupostos, as principais críticas que lhe foram aplicadas ao longo do século XX e duas propostas de solução para da chamada "controvérsia neogramática", nome atribuído ao embate entre neogramáticos e léxico-difusionistas. Os modelos de interpretação da implementação e transmissão da mudança sonora apresentados são debatidos a partir dos dados de uma pesquisa sobre sonorização de consoantes em contexto de interaltassonoridade no italiano do século XVI.

Palavras-chave:

Mudança linguística. Controvérsia neogramática. Sonorização de consoantes. Italiano.

1. Introdução

Constitui realidade empírica da linguística histórica o fato de que as línguas mudam com o decorrer do tempo. Visto isso, Weinreich, Labov & Herzog, em um artigo clássico publicado em 1968, apontam cinco problemas a serem tratados por qualquer teoria da mudança linguística. São eles: (1) o problema dos fatores condicionantes; (2) o problema da transição; (3) o problema do encaixamento; (4) o problema da avaliação; e (5) o problema da implementação ou da transmissão.

O presente trabalho tem por objetivo discutir um princípio de mudança linguística atuante a nível fonético/fonológico, que se encaixa no quinto problema apontado por o fato de que as línguas mudam com o decorrer do tempo. Visto isso, Weinreich, Labov & Herzog. Trata-se do princípio da regularidade, instituído por uma geração de linguistas no final do século XIX, conhecidos como "neogramáticos". No intuito de explicar como uma mudança se espraia pelo sistema linguístico e pela comunidade de fala, esse princípio presume que a transmissão de uma mudança sonora é foneticamente gradual e lexicalmente abrupta.

O princípio da regularidade foi largamente debatido ao longo das décadas de estudos em linguística histórica que o seguiram. A principal oponente desse princípio é a teoria da difusão lexical (WANG, 1969), a qual postula que a transmissão da mudança sonora é foneticamente abrupta e lexicalmente gradual. Embora tenham sido indicadas muitas de suas falhas, esse princípio ainda é visto como um critério heuristicamente útil para a pesquisa em linguística histórica. Logo, é lícito dizer com Faraco que os neogramáticos constituem

[...] um 'divisor de águas' na linguística histórica: de um lado, pela crítica aos antecessores, da qual resultou um maior rigor em certos procedimentos metodológicos; de outro, pela direção que acabou imprimindo à linguística histórica a partir daí, a qual ou segue, nos fundamentos, a trilha neogramática, ou polemiza com ela. (FARACO, 1991, p. 88)

Nesse sentido, o que se pretende é expor algumas das reafirmações e também das críticas feitas ao modelo neogramático. Este trabalho encontra-se dividido em seis seções. Na primeira, apresenta-se o princípio da regularidade de forma detalhada e algumas das contestações feitas a esse princípio. Na segunda, caracteriza-se a teoria da difusão lexical. Na terceira, a perspectiva sociolinguista do mecanismo da difusão da mudança sonora é detalhada e contrastada com as propostas neogramática e léxico-difusionista. Na quarta seção, são indicadas propostas de solução para o embate entre neogramáticos e léxico-difusionistas. Na quinta, faz-se uma revisão dos modelos discutidos, a partir dos dados de uma pesquisa sobre vozeamento de consoantes no italiano do século XVI. Por fim, na última seção, são retomadas algumas considerações e sugestões advindas do confronto entre as várias hipóteses apresentadas sobre o problema da implementação da mudança sonora.

2. O princípio da regularidade

2.1. Os neogramáticos e a regularidade da mudança sonora

No último quartel do século XIX, linguistas que trabalhavam com línguas indo-européias na Universidade de Leipzig questionaram certos pressupostos tradicionais da prática histórico-comparativa, estabelecendo uma nova orientação para a interpretação da mudança linguística. É comum assumir como marco inicial desse movimento a publicação do Manifesto Neogramático – prefácio do primeiro número da revista *Morphologischen Untersuchungen* (Ivestigações morfológicas) – por Hermann Osthoff e Karl Brugmann em 1878.

Impulsionados pela obra de Scherer (*Zur Geschichte der deutschen Sprache* "Sobre a história da língua alemã", Berlim, 1968) sobre a atuação de princípios fixos na mudança sonora e inspirados pela leitura da monografia de Winteler (1876)⁸ sobre o dialeto alemão de Kerenzen (Suíça), Osthoff e Brugmann estabeleceram o princípio da regularidade, já deduzido por estudiosos como Leskien (1840-1916). Segundo esse princípio, as mudanças sonoras, na medida em que ocorrem mecanicamente (condicionadas exclusivamente por fatores fonéticos), se dão num processo de regularidade absoluta, isto é, realizam-se de acordo com leis que não admitem exceções.

O princípio da regularidade também prevê simultaneidade no processo de transmissão de mudanças sonoras, tanto dentro da estrutura linguística quanto pela da comunidade de fala. Isso significa que as mudanças sonoras afetariam simultaneamente todas as palavras com o mesmo contexto fonético na língua ou dialeto em questão; e que a direção dessas mudanças seria a mesma para todos os membros de uma mesma comunidade linguística, com exceção dos casos de ruptura dialetal (quando o dialeto está passando por uma divisão, a mudança afetaria apenas uma parte da comunidade).

Portanto, qualquer alteração sonora que se desviasse dos moldes impostos pelo princípio da regularidade seria interpretada como mudança analógica ou como empréstimo dialetal. De acordo com Labov (1994, p. 422-423), essas exceções são abrangidas pelo caráter mecânico do processo de mudança sonora atribuído pelos neogramáticos, uma vez que mudanças analógicas envolvem relações conceituais, que não são mecânicas (ou fonéticas) em caráter; e o empréstimo dialetal geralmente abrange relações sociais de prestígio relativo, que também não são mecânicas.

Dessa maneira, com o objetivo de explicar sistematicamente os fenômenos de mudança linguística, os neogramáticos propuseram uma articulação dual da língua, com o nível fonológico — onde seriam realizadas as mudanças sonoras, governadas pelo princípio da regularidade — e o nível gramatical — onde ocorreriam os processos analógicos. O nível fonológico seria autônomo em relação à estrutura gramatical, o que significa que as condições que governariam a mudança sonora seriam puramente fonéticas. Já no nível gramatical, processos de analogia envolveriam uma relação entre estrutura fonológica e estrutura gramatical, já que a analogia trataria

⁸ Winteler era um sanscritista que trabalhava com o modelo de fonologia item-e-processo.

dos processos fonológicos operantes no nível morfológico, sintático e semântico. De tal forma, os neogramáticos restringiram o termo "mudança sonora" a mudanças como assimilação e enfraquecimento/perda, já que mudanças como metátese, haplologia e dissimilação tendem a violar o princípio da regularidade (isto é, são observáveis (não graduais) e esporádicas, aplicando-se em algumas palavras, mas não em outras com o mesmo contexto).

Nas próximas seções deste trabalho, serão expostas algumas das reafirmações, contestações, e reinterpretações dos pressupostos constantes do princípio neogramático da regularidade apresentados nesta primeira parte.

2.2. Algumas contestações à teoria neogramática

Kruszewski criticou os neogramáticos por não distinguirem processos sincrônicos de processos diacrônicos. Hermann Paul (1880), apesar de adepto do modelo neogramático, mostrou-se influenciado pelas críticas de Kruszewski. Essa influência levou Paul a discriminar "trocas" de som (processos sincrônicos regulares, traduzidos por o fato de que as línguas mudam com o decorrer do tempo. Visto isso, Weinreich, Labov & Herzog (1968) como "regra fonética") de "alternâncias" de som (fenômenos remanescentes de processos sincrônicos anteriores inativos que deixaram resíduos irregulares).

Segundo Hock (1991, p. 644), um ataque formidável à teoria neogramática foi proposto Schuchardt (1885). Para este último, não há distinção entre mudanças sonoras e as demais mudanças. Ele defende que a mudança sonora pode começar em uma ou duas palavras isoladas e se espalhar para outros itens lexicais por meio de extensão analógica.

Posteriormente, Sturtevant (1907) teria oferecido sustentação para a visão Schuchardt ao afirmar que a mudança sonora começa em poucas palavras isoladas, na fala de um ou dois indivíduos e, por razões de prestígio, a nova pronúncia é expandida para outros falantes e novas palavras. Mais tarde, a hipótese de Sturtevant inspiraria uma teoria antagônica à neogramática, a qual será apresentada na segunda seção deste trabalho.

Outra crítica ao modelo neogramático diz respeito ao paradoxo criado pela interação entre mudança sonora e analogia: a mudança sonora é regular, embora gere irregularidade; ao passo que analogia é irregular, em-

bora gere regularidade⁹. Assim, na linha de interpretação dos neogramáticos, a analogia exerceria uma ação reguladora no sistema, "retificando" irregularidades gramaticais criadas pela regularidade das mudanças sonoras.

Ao examinar algumas críticas direcionadas à gradualidade da mudanca sonora, Hock (1991, p. 639-642) apresenta argumentos a favor dos neogramáticos, afirmando que a noção neogramática de gradualidade foi definida em termos articulatórios. Sendo assim, segundo Hock: (1º) o fato de processos como metátese e dissimilação terem natureza não gradual não serve de contra-exemplo ao modelo neogramático, visto que eles excluíram esses processos de sua definição de mudança sonora; (2º) o fato de tracos como presenca ou ausência de vozeamento serem abruptos também não constitui contra-argumento válido, já que fonologicamente eles estão presentes ou ausentes, mas foneticamente há vários graus de vozeamento, e o modelo neogramático referia-se à mudança fonética, não fonológica. Contudo, Hock (1991, p. 641) atenta para a existência de casos em que a metátese e a dissimilação podem ocorrer de forma regular. Esses casos apresentariam uma regularidade intermediária entre a mudança regular "mecânica" e a mudança não regular "psicológica" (ou social), o que constitui um problema para a divisão binária da mudança linguística proposta pelos neogramáticos. Tais casos, somados aos de regularidade de processos de reordenamento de regras em desenvolvimentos de caráter analógico, levaram Hock a concluir que o limite entre uma mudança sonora regular e outra mudança irregular é gradiente, não binário.

Além disso, Hock (1991, p. 639-640) traz à tona a dúvida dos funcionalistas acerca da afirmação neogramática de que a mudança sonora é inobservável e motivada por fatores puramente fonéticos. Os funcionalistas sustentam que mudanças em cadeia são fenômenos observáveis e podem ser condicionadas por fatores estruturais e funcionais. Já os estruturalistas e os gerativistas (cf. McMAHON, 1994, p. 48), não se preocupam em explicar a transmissão da mudança sonora, apenas comparam dois estágios e descrevem as diferenças entre eles: os estruturalistas, operando com a noção de mudança fonêmica; e os gerativistas, tentando incorporar a mudança sonora à gramática sincrônica sob a noção de adição de regra. Os sociolinguistas, baseando-se em estudos de mudança sonora em progresso, reclamam a negligência dos fatores sociogeográfico-culturais na

⁹ Esse paradoxo é conhecido como Paradoxo de Sturtevant.

caracterização do problema da transmissão da mudança sonora pelos neogramáticos.

Expostos o princípio neogramático da regularidade que se propôs examinar neste trabalho e as principais críticas a este dirigidas, na próxima seção, apresentar-se-á uma concepção da transmissão da mudança sonora diametralmente oposta à neogramática. Trata-se da teoria da difusão lexical.

3. A teoria da difusão lexical

É no cenário de críticas ao princípio neogramático da regularidade esboçado na seção anterior, que Wang, em um artigo de 1969 intitulado "Competing sound changes as a cause of residue" ("Mudanças sonoras em competição como uma causa de resíduo"), propõe um novo modelo para explicar os resíduos (ou irregularidades) deixados por um processo de mudança sonora. Esse modelo ficou conhecido na literatura como "Difusão Lexical".

De acordo com Wang (1969, p. 21), embora muito mais atenção seja dada aos aspectos regulares das mudanças sonoras do que aos seus resíduos, um exame mais rigoroso revela que até as melhores leis fonéticas apresentam irregularidades. Diante disso, o linguista propõe uma modificação do princípio neogramático da regularidade de modo a tratar os resíduos de uma mudança sonora como consequências da interseção cronológica de mudanças sonoras em competição. Dito de outra forma, uma mudança sonora seria regular (como sustentavam os neogramáticos) se não houvesse outras mudanças com ela competindo, ao passo que casos em que duas (ou mais) mudanças são aplicáveis em um mesmo subgrupo de morfemas ao mesmo tempo deixariam resíduos. (WANG, 1969, p. 10)

No entender de Labov (1994), Wang sugeriu que exceções à mudança sonora regular podem ser causadas pela operação de sobreposição de duas regras em uma relação de sangramento ("bleeding"). Assim, ao contrário do que pregava o princípio neogramático, as irregularidades poderiam ser resultado de duas mudanças sonoras regulares, e não da competição entre mudança sonora e analogia. (LABOV, 1994, p. 424).

Como já mencionado na seção anterior, os neogramáticos invocavam a analogia e o empréstimo dialetal para explicar os casos que dependiam da gradualidade. Ao testar a hipótese neogramática em dados do chi-

nês, Wang excluiu a possibilidade de atribuir as irregularidades a processos de analogia, visto que o chinês, por ser uma língua isolante, não apresenta morfologia flexional, sendo, por conseguinte, destituído de relações paradigmáticas. Quanto ao uso da noção de empréstimo dialetal, outro léxico-difusionista — Chen (1977, p. 205, *apud* McMAHON 1994, p. 53) — argumenta que esse recurso seria uma explicação fraca, na medida em que funcionaria como uma categoria *waste-basket* ("cesto de lixo"), onde seriam arremessados todos os tipos de irregularidades.

Nesse sentido, McMahon (1994, p. 54-55) distinguiu quatro explicações alternativas para as formas residuais propostas pelo modelo léxico-difusionista, a saber: (1) a difusão da mudança ainda não completou o seu curso; (2) a difusão da mudança perdeu o seu ímpeto antes que afetasse os últimos itens (isto é, a forma residual veio de um fim prematuro); (3) a forma residual é reflexo de uma mudança sonora que começou e retrocedeu; (4) um som desenvolveu-se em direções diferentes em um único ambiente fonético, gerando interseção. Na perspectiva Wang (1969, p. 10), apenas a quarta explicação caracterizaria o que o autor chama de "resíduo verdadeiro".

No referido artigo de 1969, Wang examinou três dimensões ao longo das quais a mudança sonora é implementada: cronológica, fonética e lexical. Para desenvolver a questão da difusão cronológica da mudança sonora, Wang (1969, p. 10-11) baseou-se no pressuposto de que as mudanças despendem períodos de tempo diferentes para se implementarem. Segundo o autor, duas mudanças sonoras podem ser complementares em seus períodos de operação, como também podem apresentar relações de coincidência, incorporação e sobreposição entre seus períodos de difusão. Há coincidência temporal quando os períodos de difusão são exatamente os mesmos. A relação de incorporação ocorre quando uma mudança X incorpora uma mudança Y, isto é, quando o período de difusão da mudança X inclui o inteiro período de difusão da mudança Y. Já a relação de sobreposição indica coincidência parcial entre os períodos de difusão. Quando aplicada nos mesmos *inputs* ("itens"), a interseção temporal pode levar à competição, definida por Wang (1969, p. 18) como uma situação em que "[...] existem morfemas cujas histórias fonéticas difeririam de acordo com a sequência em que as duas regras são aplicadas¹⁰.

¹⁰ No original: "[...] there are morphemes whose phonetic histories would differ according to the sequence in which the two rules are applied". (WANG, 1969, p. 18)

116

Wang (1969, p.13) postula ainda que a dimensão temporal da mudança pode ser estudada em três parâmetros relativamente independentes: fonético, de um segmento sonoro para outro; lexical, de um morfema para outro na parte saliente do vocabulário de um indivíduo; e social, de um falante para outro em um mesmo dialeto.

A respeito do parâmetro fonético, Wang (1969, p. 13) afirma que a "gradualidade fonológica" defendida pelos neogramáticos não pode ser observada: (a) em mudanças que envolvem articuladores diferentes entres os quais não há um continuum fisiológico (como na passagem de [t] > [k] em havaiano); (b) em flip-flops e metáteses, que são variantes paradigmáticas e sintagmáticas de outra forma; (c) em mudanças que envolvem vozeamento, nasalização, e processos relacionados, em que o controle dos articuladores é completamente grosseiro; (d) na adição ou apagamento de segmentos, já que muitos tipos de som estão presentes ou ausentes, mas nunca presentes em quantidades gradientes. Logo, para Wang, a mudança sonora é foneticamente abrupta ou discreta.

Partindo do pressuposto de que a mudança sonora é difundida pelo léxico, Wang (1969, p. 9) assegura que ela pode não atingir todos os morfemas aos quais é aplicável. Segundo o autor, os morfemas em uma língua são frequentemente divididos em camadas de acordo com critérios não fonéticos. Tal divisão estaria relacionada a fontes históricas das diversas camadas, como morfemas românicos vs. morfemas nativos em inglês, ou morfemas chineses vs. morfemas nativos em japonês. Além disso, Wang (1969, p. 15) defende uma difusão gradual (de um morfema para outro) da mudança pelo léxico do falante. A difusão lexical seria, de acordo com autor, o principal mecanismo por meio do qual a mudança sonora se implementaria. Wang acrescenta que alguns dos morfemas afetados durante a primeira fase podem mudar a pronúncia diretamente; outros, entretanto, podem apresentar oscilação de pronúncia aleatória ou relacionada a fatores como ritmo ou estilo. Portanto, na perspectiva desse autor, a mudança sonora é lexicalmente gradual.

Wang (1969, p. 17) reconhece não ter sido o primeiro a propor tal modelo de difusão lexical, embora tenha sido o primeiro a atribuir tal

¹¹ Nesse ponto, parece haver uma confusão com relação ao emprego dos termos fonológico e fonético. No texto original, Wang usa o primeiro deles, embora os neogramáticos tenham trabalhado com o segundo. Dessarte, essa confusão invalida a crítica feita por Wang. Essa questão será discutida com mais vagar na quarta seção deste trabalho.

termo para designa-lo. O autor afirma que Sturtevant (1917) já havia feito uma boa descrição do mecanismo de difusão lexical.

Com relação ao parâmetro social da dimensão temporal da mudança, Wang (1969) apenas indica (em nota, p. 12) o artigo de Weinreich, Labov & Herzog (1968) como referência para a questão da motivação inicial da mudança sonora. Apesar de limitar a sua discussão aos parâmetros fonético e lexical da mudança sonora, Wang (1969, p. 23-24) afirma que para entender a complexa situação dinâmica do processo de mudança sonora deve-se isolar os entrelaçados fatores — psicológico, estrutural, social, dentre outros — envolvidos em tal processo para uma análise cuidadosa.

Por fim, pode-se dizer que a teoria da Difusão Lexical ofereceu um número considerável de explicações para os resíduos deixados por uma mudança sonora. Entretanto, como observou McMahon (1994, p. 56), se a mudança sonora é de fato lexicalmente gradual, restam ainda questões a serem respondidas pelos léxico-difusionistas, tais como: (a) que fatores determinam quais os itens lexicais serão afetados primeiro por uma mudança?; (b) o que determina o ímpeto da difusão de uma mudança?

Essas questões foram fontes de inspiração para muitos trabalhos em sociolinguística. Dessa maneira, na próxima seção, far-se-á uma exposição da abordagem sociolinguista para o mecanismo de espraiamento de mudanças sonoras.

4. A perspectiva sociolinguista

4.1. Labov e a sociolinguística variacionista

Em estudos sobre mudança em progresso baseados em dados empíricos iniciados em 1963, Labov já propunha uma direção à mudança sonora apoiada em fatores de ordem social. Um dos mais significativos desses estudos foi o da centralização de [a] → [ə] em ditongos [ay] e [aw] em Martha's Vineyard, uma ilha da costa nordeste dos Estados Unidos da América. Esse estudo levou-o à elaboração de significativos fundamentos empíricos para a teoria da mudança linguística que, posteriormente, foram sintetizados em Weinreich, Labov & Herzog (1968) e em Labov (1972).

Hock (1991, p. 647) sintetiza as principais observações feitas por Labov a respeito do referido estudo em Martha's Vineyard: (a) a mudança sonora origina-se em um número relativamente pequeno de itens lexicais e (b) é expandida a outras palavras em termos de classes de palavras que

podem ser definidas foneticamente, morfofonêmicamente, morfologicamente, semanticamente, sintaticamente, e/ou socialmente (faixa etária, sexo, etc.); (c) durante o curso dessa generalização, existe um grau de irregularidade e variabilidade; (d) a regularidade é observada no resultado final da mudança, não em seu início; (e) a dimensão da generalização da mudança está relacionada a fatores sociais (idade, sexo, classe, etc.) e, principalmente, à (f) atitude social (marca de adesão ou identificação em relação a determinado grupo).

A variabilidade e irregularidade observadas nos processos de mudança linguística consistem em uma oscilação entre formas inovadoras e conservadoras por um mesmo falante, e às vezes em um mesmo estilo de fala. Essa oscilação oferece subsídios para a sustentação do princípio léxico-difusionista de gradualidade da generalização da mudança sonora pelo léxico de um sistema. A esse respeito, Weinreich, Labov & Herzog (1968, trad. port. 2006, p. 85-86) asseguram que quando a oposição (social e linguística) já não se mantém, a variante conservadora desaparece. Nesse sentido, de acordo com os autores, a mudança abrupta ou a descontinuidade seriam esperadas no ponto de resolução. Weinreich, Labov & Herzog (1968, trad. port. 2006, p. 125) acrescentam que "[o] avanço da mudança linguística rumo à completação pode ser acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social", concluindo que "[o] alto grau de regularidade que a mudança sonora exibe é o produto desta perda de significação nas alternâncias envolvidas e da seleção de uma das alternativas como uma constante".

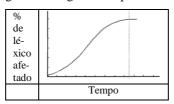
Nesse ponto, é válido citar aqui o quarto e o sexto dos sete princípios gerais para o estudo da mudança linguística propostos por Weinreich, Labov & Herzog (1968). O quarto princípio diz respeito à transmissão da mudança no sistema linguístico; o sexto, refere-se à transmissão da mudança na comunidade de fala.

- (4) A generalização da mudança linguística através da estrutura linguística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a co-variação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.
- (6) A mudança linguística é transmitida dentro da comunidade de fala como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer descontinuidades encontradas na mudança linguística são os produtos de descontinuidades específicas dentro da comunidade de fala, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos. (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006, p. 126)

Sendo assim, de acordo com a proposta sociolinguista, as mudanças são implementadas gradualmente, tanto dentro da língua quanto na comunidade de fala. Dentro da língua, elas saturam um ambiente linguístico em um tempo. Dentro da comunidade, elas tornam-se a norma entre determinado grupo de falantes e posteriormente são difundidas para outro grupo. Dito isso, resta relacionar os três principais modelos para o mecanismo de transmissão da mudança sonora vistos até aqui: o neogramático, o léxico-difusionista e o sociolinguista. Essa relação será esboçada a seguir.

4.2. Neogramáticos x léxico-difusionistas x Sociolinguistas

Conforme já dito, a abordagem sociolinguista compartilha com a teoria léxico-difusionista o princípio da gradualidade lexical da difusão da mudança sonora. Admitido isso, a próxima questão a ser discutida diz respeito à taxa de progressão de tal difusão. Ao contrário do que se poderia supor, a mudança não se difunde em taxas uniformes, afetando a mesma proporção de palavras em uma dada unidade de tempo. Análises de mudanças sonoras em progresso revelaram que a mudança tende a começar lentamente, afetando um pequeno número de morfemas. Quando a inovação se difunde para um certo número de palavras, a mudança parece decolar, espraiando-se rapidamente em um espaço de tempo relativamente curto. Após um período de ímpeto, a mudança desacelera e o resto é dissipado lentamente. Esse percurso, também conhecido como modelo bolade-neve, pode ser diagramado como uma "curva em S" (AITCHISON, 1981, p. 105-107). O gráfico a seguir exemplifica esse modelo.



Considerando, pois, as características do modelo léxico-difusionista discutidas na seção anterior e as diretrizes da mudança sonora sugeridas por Labov (1968, 1972), pode-se dizer com Hock (1991, p. 650) que, para ambas as teorias, a variabilidade entre as realizações fonéticas conservadora e inovadora de determinadas formas pode levar à difusão da pronúncia inovadora para outras formas linguísticas. Entretanto, essas teorias diferem quanto ao grau ou velocidade da generalização da mudança sonora: relativamente rápido e brusco para Labov, mas relativamente lento

em termos de itens lexicais individuais para Wang; além disso, Labov vale-se de fatores sociolinguísticos (como a sua generalização ou retrocesso) para explicar tanto o ponto de partida de uma mudança, o que Wang não faz.

Já a relação entre a abordagem sociolinguista e a teoria neogramática é bem resumida por Anttila (1972, p. 193). Segundo o autor, o reconhecimento da heterogeneidade da transmissão de uma mudança tanto dentro do sistema linguístico como pela comunidade de fala permite postular explicações regulares, em termos de relações na comunidade de fala, para formas gramaticalmente irregulares. Ademais, Anttila assegura que o cenário cultural pode envolver uma longa história da escrita, o que criaria possibilidades adicionais de pronúncia e arcaísmos, caracterizados como empréstimos de estágios anteriores da mesma língua.

Finalmente, a relação entre as teorias neogramática e léxico-difusionista pode ser sintetizada pela oposição entre dois pares de termos: som e unidade morfo-lexical, de um lado; e gradual e abrupto, de outro. Assim, como já destacado nas seções anteriores, os neogramáticos defendem que a transmissão da mudança sonora é foneticamente gradual (no sentido de que avança por meio de fases inobserváveis) e lexicalmente abrupta (no sentido de que afeta simultaneamente todos os itens pertinentes); os léxico-difusionistas, contrariamente, sustentam que as mudanças sonoras são foneticamente abruptas e lexicalmente graduais.

O impasse entre neogramáticos e léxico-difusionitas é conhecido na literatura como "controvérsia neogramática". Muitos debates têm sido feitos acerca desse embate no intuito de tentar resolver a controvérsia. Visto isso, a seção seguinte deste trabalho se ocupará da explicitação de algumas tentativas de resolução da referida controvérsia, com destaque para as propostas de Labov (1981, 1994) e Oliveira (1991, 1992).

5. Soluções para a "controvérsia neogramática"

5.1. A solução de Labov

Levando em conta que a noção neogramática de gradualidade foi definida em termos fisiológicos (articulatórios), pode-se afirmar que o modelo neogramático se referia à mudança fonética, não à fonológica. Wang (1969, p. 13), por sua vez, afirma que muitas mudanças sonoras devem ser consideradas como operações no nível fonológico, que é mais abstrato do que o nível fonético, e, portanto, foneticamente não gradual. Anttila (1972,

p. 77) sustenta a afirmação de Wang ao propor que mudanças fonológicas são abruptas – considerando uma notação fonológica binária ([+] ou [-]) – e esse fato pode ter influenciado a noção de que mudanças fonéticas seriam, por contraste, sempre graduais (como postulavam os neogramáticos). Até aqui, entende-se, portanto, que tanto os neogramáticos quanto os léxico-difusionistas estavam certos, na medida em que trataram da mudança a partir de níveis linguísticos distintos.

Visto isso, Anttila (1972, p. 77) defende a existência de dois tipos distintos de mudança sonora: as fonéticas (como as mudanças vocálicas, que tenderiam a ser graduais) e as fonológicas (como metáteses, caracterizadas pela discrição). Entretanto, o próprio Anttila salienta que, embora a mudança sonora seja caracteristicamente gradual, não há resposta para o exato escopo da abrupção ou gradualidade da mudança sonora em detalhes.

Fundamentando-se em dados empíricos, Labov ("Resolving the Neogrammarian controversy" ["Resolvendo a controvérsia neogramática"], 1981) argumenta que as duas vertentes são conciliáveis desde que se considere o âmbito de aplicação de cada uma delas. Tomando uma amostra de casos de mudança em progresso e avaliando qual o melhor modelo para caracterizá-las, Labov constatou que os modelos se distribuem de forma complementar: o modelo neogramático explicou bem algumas mudanças (envolvendo, por exemplo, fronteamento, anteriorização ou arredondamento de vogais), ao passo que o modelo léxico-difusionista explicou igualmente bem outras (incluindo mudanças de alongamento e encurtamento vocálico).

Diante de tal constatação, a solução encontrada por Labov (1981) para a referida controvérsia foi a existência de dois tipos de mudança sonora: um que se comporta como o previsto pela teoria neogramática, e outro que é implementado por difusão. O autor atribuiu à competência do modelo neogramático as mudanças que envolvem *low level output rules* ("regras do nível baixo de *output*", isto é, regras restritas ao *output* do sistema fonológico), e à competência do modelo léxico-difusionista, as mudanças mais abstratas, em que regras do *high level* ("nível alto") afetam diretamente as representações lexicais ou subjacentes de formas fonológicas. Uma definição mais elaborada desses dois tipos de mudança é dada por Labov (1994, p. 542):

Mudança sonora regular é o resultado de uma transformação gradual de um único traço fonético de um fonema em um espaço fonético contínuo. É a característica dos estágios iniciais de uma mudança que se desenvolve dentro

de um sistema linguístico, sem condicionamento gramatical ou lexical ou qualquer grau de consciência social ('mudança a partir de baixo').

Difusão lexical é o resultado da substituição abrupta de um fonema por outro em palavras que contêm aquele fonema. A forma mais antiga e a mais nova da palavra normalmente diferirão em muitos traços fonéticos. Esse processo é mais característico dos últimos estágios de uma mudança interna que foi diferenciada por condicionamento gramatical e lexical, ou desenvolveu um alto grau de consciência social ou de empréstimo de outros sistemas. ('mudança a partir de cima'). (LABOV, 1994, p. 542, tradução nossa)¹²

Ao afirmar que a mudança sonora regular (ou neogramática) é a "característica dos estágios iniciais de uma mudança", enquanto a difusão lexical é um processo "mais característico dos últimos estágios de uma mudança interna", Labov parece sugerir que esses dois tipos de mudança não são extremamente opostos. McMahon (1994, p. 58) corrobora a afirmação de Labov, argumentando que mudanças neogramáticas podem tornar-se mudanças difundidas em outro momento.

A esse respeito, Labov (1994) contraria Weinreich, Labov & Herzog (1968, p. 86), os quais asseguram que "[...] a mudança é mais regular no produto do que no processo" (cf. seção 3.1 deste trabalho). Contudo, o autor afirma não haver encontrado evidência de que a difusão lexical seja o mecanismo fundamental da mudança sonora nos casos de mudança por ele examinados. Dessarte, Labov (1994, p. 501) conclui que, embora algumas palavras possam ter sua própria história (pressuposto concebido por muitos dialetólogos e filólogos), cada palavra não tem sua própria história.

Em síntese, pode-se dizer que há ainda o que se discutir acerca do mecanismo de difusão da mudança sonora pelo léxico. Por isso, em seguida será apresentada uma revisão do tratamento dado por Labov à "controvérsia neogramática" feita por Oliveira (1991,1992), cujo foco é a questão do condicionamento fonético.

¹² No original: "Regular sound change is the result of a gradual transformation of a single phonetic feature of a phoneme in a continuous phonetic space. It is characteristic of the initial stages of a change that develops within a linguistic system, without lexical or grammatical conditioning or any degree of social awareness ('change from below').

Lexical diffusion is the result of the abrupt substitution of one phoneme for another in words that contain that phoneme. The older and newer forms of the word will usually differ by several phonetic features. This process is most characteristic of the late stages of an internal change that has been differentiated by lexical and grammatical conditioning, or has developed a high degree of social awareness or of borrowings from other systems ('change from above')."

5.2. A proposta de Oliveira

Conforme bem interpretou Labov (1994, p. 425), os léxico-difusionistas não negam que a mudança sonora possa ser regular, embora eles próprios afirmem que o que os difere dos neogramáticos é a descrição/explicação que oferecem para o mecanismo da mudança (gradual para os léxico-difusionistas, e abrupta para os neogramáticos). Visto isso, constatase que os mecanismos de difusão da mudança pelo léxico propostos por ambas as teorias são realmente distintos, e essa distinção fundamenta-se na unidade básica de mudança tomada por cada teoria.

Ao assegurar a mecanicidade, a ausência de exceções e o condicionamento estritamente fonético da mudança sonora, os neogramáticos explicitaram que a unidade básica de mudança é o som (o segmento). Se, portanto, é o som que muda, a difusão da mudança pelo léxico será necessariamente abrupta.

O modelo léxico-difusionista não exclui a possibilidade do condicionamento fonético. Entretanto, Labov (1994, p. 445) ressalta que, para os léxico-difusionistas, esse condicionamento não determina a seleção sucessiva de palavras individuais, já que "[...] o irredutível fato da identidade lexical está refletido nos dados, já que o mecanismo fundamental da mudança é dito ser a seleção de palavras de uma categoria para associar-se a outra categoria". Dito de outra forma, os léxico-difusionistas admitem que a motivação fonética de uma mudança precede e limita a sua implementação lexical, mas não constitui o seu mecanismo. Considerando, pois, a unidade morfo-lexical como o *locus* da mudança, a sua transmissão será decerto gradual.

Embora admita que todas as mudanças sonoras devam ser tratadas via difusão lexical, Oliveira (1992) discorda do papel atribuído ao contexto fonético pelos léxico-difusionistas. O autor sustenta que tal contexto não atua como condicionador, mas como estabilizador de inovações, funcionando a nível lexical. Nas palavras de Oliveira (1992, p. 35), o contexto fonético é entendido como "um assimilador *a posteriori*, e não condicionador *a priori* de uma inovação".

¹³ No original: "[...] the irreducible fact of lexical identity is reflected in the data, since the fundamental mechanism of change is said to be the selection of words from one category to join another category" (LABOV, 1994, p. 445).

Para apoiar sua hipótese, Oliveira (1992) se serviu de dados de um estudo sobre alçamento de vogais médias pretônicas no português de Belo Horizonte. Nesse dialeto, a vogal média anterior [e], embora apareça em um mesmo contexto fonético nas palavras *medida* e *medita*, sofre alçamento apenas na primeira [midida]. Diante dessa evidência, Oliveria afirma que o condicionamento é lexical, isto é, "[o] contexto que licencia, ou não, a alteração de um segmento é o item léxico" (OLIVEIRA, 1992, p. 34). Dessa forma, afirma o autor que qualquer segmento pode ser alterado e, uma vez que isso acontece, o segmento pode estabelecer uma relação de congruência ou incongruência fonológica com seus vizinhos e/ou suprasegmentos. Segundo Oliveira (1992, p. 35), se houver congruência, as chances de que a alteração do segmento vingue são bem maiores.

Ao reavaliar a solução oferecida por Labov (1981) para a "controvérsia neogramática" (OLIVEIRA, 1991, p. 93-105), a ele se contrapõe, assegurando que qualquer mudança sonora é lexicalmente implementada. Diante de tal afirmação, como seriam explicados os casos que Labov identificou como de natureza neogramática? De acordo com Oliveira (1991), se os neogramáticos não tinham controle da transição entre os diversos estágios da mudança, eles não poderiam provar que esta não era lexicalmente implementada. Dessa forma, o autor exclui a existência de casos de mudança neogramática e defende a importância da variável "tempo" em trabalhos de orientação léxico-difusionista.

Na próxima seção, será feita uma revisão das principais propostas para o problema da transmissão da mudança sonora discutidas neste trabalho. Essa revisão se baseará em um estudo realizado por Vilaça (2006a) sobre o processo de *vozeamento* (ou sonorização) das consoantes latinas não vozeadas em contexto de interaltassonoridade [entre vogais, glides, e líquidas (*r*, *l*)] no italiano do século XVI.

6. Revisão das propostas

Em princípio, considera-se uma mudança sonora regular (neogramática) o *vozeamento* das consoantes latinas não vozeadas em contexto de interaltassonoridade havido nos domínios da Românica Ocidental; enquanto a Românica Oriental seria caracterizada pela manutenção dessas consoantes nesse contexto. No entanto, Vilaça (2006a) observou a existência de variação entre consoantes vozeadas e não vozeadas em tal contexto no texto da edição *princeps* italiana do tratado ascético medieval *Libro dell'Abate Isaac di Siria* (NÍNIVE, 1500), possivelmente escrita no

dialeto de prestígio, que tem por base o dialeto florentino, em que as não vozeadas teriam sido conservadas (uma vez que esse dialeto faz parte da România Oriental). Patota (2002, p. 79) afirma que dialetos toscanos, como o florentino, ocupam uma posição intermediária entre as zonas em que a sonorização é categórica e aquelas em que esse fenômeno não é produtivo, haja vista a presença de formas como *cantata* e *strada* nesses dialetos. De acordo esse autor, a sonorização da velar -/k/- atingiu aproximadamente metade dos itens lexicais pertinentes; já a sonorização (e sucessiva espirantização) da labial -/p/- e a sonorização da dental -/t/- atingiram menos da metade dos itens lexicais em que era aplicável.

Desse modo, Vilaça (2006a) esperou encontrar três grupos de dados em sua pesquisa: (1) itens lexicais em que houve manutenção das consoantes não vozeadas latinas; (2) itens lexicais em que a sonorização das não vozeadas latinas se mostrou em variação; e (3) itens lexicais em que as não vozeadas latinas se sonorizaram. Como esperado, os resultados mostraram que as consoantes não vozeadas predominam sobre as vozeadas em contexto de interaltassonoridade no texto usado como *corpus*. Assim, de um total de 7.435 dados, 88% encaixaram-se no primeiro grupo, 2% no segundo, e 10% no terceiro.

Diante de tal resultado, é possível fazer algumas considerações sobre os pressupostos incluídos no princípio neogramático da regularidade. Em primeiro lugar, se a motivação para a mudança sonora fosse exclusivamente fonética (fisiológica/articulatória/mecânica), tal mudança teria atingido todo o domínio românico. Contudo, nem dentro de um mesmo dialeto a regularidade mostrou-se absoluta.

Em segundo lugar, de acordo com Vilaça (2006a), a alternância na representação do segmento consonantal no *corpus* utilizado pode indicar efeitos de gradualidade fonética, expressos pela relação entre a percepção do grau de vozeamento da consoante pelo copista, e a representação gráfica conferida por este ao segmento¹⁴. Essa alternância também indicaria gradualidade lexical, uma vez que, na perspectiva dos modelos fonológicos multi-representacionais, as representações linguísticas são consolidadas a partir de eventos de fala experienciados pelo falante. Dessa forma, a

¹⁴ A respeito da gradualidade fonética, CRISTÓFARO-SILVA (2005a, p. 27) afirma que "[...] as categorias vozeado e desvozeado podem ser interpretadas como limites de um contínuo que faz uma gradação de sons vozeados a sons desvozeados (passando por sons que têm características de vozeamento intermediárias)".

palavra, que conjuga forma e significado, constituiria o locus da representação linguística. Esses modelos consideram o papel da experiência na organização do componente linguístico e a gradualidade fonética presente no processo articulatório e no léxico. Assim sendo, segundo Cristófaro-Silva (2005b), uma das hipóteses centrais das pesquisas em sonoridade com enfoques multi-representacionais é a de que essa gradiência (fonética e lexical) contribui para a organização das representações mentais e indica tendências de variabilidade observadas nas línguas naturais.

Enfim, postula-se que os fenômenos caracterizados como mudança sonora pelos neogramáticos apresentam espraiamento gradual em todos os níveis: fonético (como propuseram os neogramáticos); lexical (como afirmaram os léxico-difusionistas), e social (como admitiram os sociolinguistas). Com relação ao papel do contexto fonético, ao contrário de Oliveira (1992), não se pode negar que haja um condicionamento fonético no processo de vozeamento das consoantes latinas não vozeadas em contexto de interaltassonoridade em dialetos românicos. Diante disso, sugere-se a existência de um *contexto fonético potencial* (que atua na motivação, difusão e consolidação da mudança), considerando que a mudança a ele aplicável deve ser licenciada, ou não, pelo item lexical.

7. Conclusão

Conforme proposto no início deste trabalho, foram discutidos os pressupostos inerentes ao princípio neogramático da regularidade da mudança sonora, com o intuito de avaliar a sua pertinência na explicação do problema da implementação ou transmissão da mudança, uma das tarefas da linguística histórica. Atestou-se que tal princípio serviu como ponto de partida para a formulação de várias hipóteses acerca desse problema, as quais apresentaram diferentes graus de compatibilidade/incompatibi-lidade com o modelo neogramático.

A partir do exame de várias propostas e dos resultados apresentados pela pesquisa de Vilaça (2006a), admitiu-se que as mudanças sonoras neogramáticas são gradualmente implementadas em todos os níveis (fonético, lexical e social). Sendo assim, embora a regularidade confira certa previsibilidade exigida pelos estudos em linguística histórica, ela deve ser interpretada como relativa (não absoluta), e jamais sinônimo de simultaneidade.

Considerando ainda os resultados da pesquisa de Vilaça (2006a),

sugeriu-se que o contexto fonético não é o único fator a condicionar o processo de vozeamento examinado. Dessarte, postulou-se a existência de um contexto fonético potencial, cuja mudança a ele aplicável necessita de um licenciamento lexical para se implementar. Contudo, essa hipótese não foi suficientemente testada. Eis, portanto, uma motivação para trabalhos futuros a esse respeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITCHISON, Jean. *Language change*: progress or decay? New York: Universe, 1981.

ANTTILA, Raimo. An introduction to historical and comparative linguistics. New York/London: MacMillan, 1972.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris; GOMES, Cristina; MALVAR, Elisabete. A variação das vogais médias pretônicas no português de Brasília: um fenômeno neogramático ou de difusão lexical? *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, vol. 1, p. 9-29, jul./dez.1992. Disponível em:

http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/download/948/1055.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaïs. *Fonética e fonologia do português*: roteiro de estudos e guia de exercícios. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Fonologia probalilística: estudos de caso do português brasileiro. *Revista Lingua*(*gem*), Macapá, vol. 2, n. 2, p. 223-248, 2005b. Disponível em: http://www.projetoaspa.org/cristofaro/publicacao/artigos.php>. Acesso em: 20-04-2015.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Ática, 1991.

HOCK, Hans Heinrich. *Principles of historical linguistics*. 2. ed. rev. e atual. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1991.

LABOV, William. *Principles of linguistic change*: internal. Oxford/ Cambridge: Blackwell, 1994, vol. 1.

LABOV, William. Resolving the neogrammarian controversy. *Language*, vol. 57, n. 2, p. 267-308, junho, 1981.

McMAHON, April M. S. *Understanding language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

NÍNIVE, Isaac. *Il Libro de l'Abate Isaac de Syria de la Perfectione de la Vita Contemplativa*. Veneza: Bonetum Locatellum Presbyterum, 1500.

OLIVEIRA, Marco Antônio. Aspectos da difusão lexical. <i>Revista de Estudos da Linguagem</i> , Belo Horizonte, vol. 1, p. 31-41, 2014. Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/951/1059 >. Acesso em: 20-04-2015.
The neogrammarian controversy revisited. <i>Iternational Journal of the Sociology of Language</i> , Berlin, vol. 89, p. 93-1005, 1991.
PATOTA, Giuseppe. <i>Lineamenti di grammatica storica dell'italiano</i> . Bologna: Società editrice il Mulino, 2002.
VILAÇA, C. E. L. Variação linguística no italiano do séc. XVI: consoantes vozeadas x não vozeadas no "Livro de Isaac". Inédito.
WANG, W. S-Y. Competing changes as a cause of residues. <i>Language</i> , vol. 45, n. 1, p. 9-25, março 1969.
WARTBURG, Walter von. La fragmentación linguística de la romania. Madrid: Gredos, 1971.
Die Ausgliederung der romanischen Sprachräune, Berna, 1950.
WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). <i>Directions for historical linguistics:</i> A symposium. Austin: University of Texas Press, 1968.
;; Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola, 2006.

NOMES E SOBRENOMES A ANTROPONÍMIA EM *TERRAS DO SEM FIM*, ROMANCE DE JORGE AMADO

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS) rcrqueiroz@uol.com.br

O homem chamou sua mulher "Eva", por ser a mãe de todos os viventes. (Gênesis, cap. 3, vers. 20 – A Bíblia de Jerusalém, 2001, p. 36)

RESUMO

Terras do sem fim é um romance no qual Jorge Amado retrata a conquista das terras sul baianas, as quais eram cobiçadas por serem boas para o plantio do cacau, considerado mais valioso que ouro. A trama se passa no início do século XX. Sendo as palavras a matéria prima dos seres humanos, pois aquelas estão presentes em praticamente todos os atos que fazem girar o mundo, usadas por todos desde os primórdios, revelam fatos sociais, culturais, religiosos, políticos, ideológicos, dentre outros, demonstrando que o seu estudo contribui sobremaneira para o conhecimento tanto do passado quanto do presente, levando o pesquisador a conhecer também a memória coletiva. Pretende-se, com este trabalho, à luz da Onomástica, ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios, sejam estes relativos a pessoas ou lugares, analisar os nomes dos principais personagens envolvidos no enredo: Ester, Virgílio, Horácio, Sinhô Badaró, Juca Badaró e Don'Ana.

Palavras-chave: Léxico. Antroponímia. Terras do sem fim. Jorge Amado.

1. Introdução

Em 1943 Jorge Amado publicou o romance *Terras do sem fim*, cuja temática gira em torno da conquista e exploração das terras do sul do estado da Bahia. Nesta obra, o autor apresenta uma galeria de tipos humanos: coronéis, jagunços, prostitutas, religiosos, políticos, damas da sociedade, lavradores, vindos de várias partes do país ou do Estado; os quais buscam, cada um a seu modo, a posse, a fixação e o cultivo das terras de Ilhéus e Itabuna, cujo solo é propício para a plantação do cacau, produto cobiçado e considerado ouro, mas que, no entanto, além do enriquecimento de poucos, trouxe infortúnio para muitos. Amado (1972), em depoimento prestado, diz:

Nessas terras de Ilhéus e Itabuna, [...] fui buscar homens de uma rude humanidade para traçar com eles a saga da conquista da terra, a grandeza e a miséria dos coronéis e do latifúndio, o nascimento de uma civilização na boca dos

rifles, de uma cultura massada na violência. Contei histórias de espantar, levantei o monumento de alguns homens que eram ao mesmo tempo fraternos e brutais, de normas estritas e impossível vilania, tratei das mulheres que mantiveram alta a chama do amor onde só a morte comandava. (AMADO, 1972 apud COSTA, 1991, on line)

O cacau se tornou tão valioso porque sua cotação atingiu preços bem elevados, tornando a região sul baiana próspera, o que atraiu a cobiça, fazendo com que correntes humanas se deslocassem em busca de trabalho e riquezas.

Homens escreviam, homens que haviam ido antes, e contavam que o dinheiro era fácil, que era fácil também conseguir um pedaço de terra e plantá-la com uma árvore que se chamava cacaueiro e que dava frutos cor de ouro que valiam mais que o próprio ouro. (AMADO, 1987, p. 26)

A trama do romance *Terras do sem fim* se desenvolve a partir da luta entre duas famílias pelo domínio das terras do Sequeiro Grande. De um lado, estava o coronel Horácio da Silveira e do outro o coronel Sinhô Badaró que, além de buscarem a expansão patrimonial, também desejavam o aumento da força política. Os dois clãs determinavam as leis, com isso havia lutas, mortes, traicões.

A violência geral e a lei do mais forte pelo gatilho determinam de quem é o poder político-econômico nas terras do cacau. O caxixe (apropriação de terras alheias com auxílio de advogado) e a tocaia (assassinato à traição, por jagunços mandados pelos Coronéis, de pessoas inconvenientes em certos negócios) são procedimentos "normais" no referencial ideológico dos coronéis. (COSTA, 1991, on line)

Entre a luta pela posse das terras e do poder político encontra-se Ester, esposa do coronel Horácio da Silveira. Moça educada em colégio de freiras em Salvador, casa-se com Horácio por imposição de seu pai, passando com isso a viver na fazenda, local que odiava. Por causa dos fortes embates entre os dois clãs, Ester é levada para a casa de Ilhéus, onde mantém um romance com o advogado Virgílio, contratado por seu marido. Horácio contraiu febre e por causa disso Ester retorna à fazenda, ficando ao lado do marido durante alguns dias. Após esse contato, Ester também fica doente, não resistindo e falecendo.

Ester morreu numa manhã clara de sol, quando os sinos repicavam na cidade, convidando os habitantes para uma missa festiva. A doença havia-lhe comido quase toda a beleza, o cabelo caíra, era um fantasma da formosa mulher que fora antes, os olhos saltando no rosto magro, certa de que ia morrer e desejando viver. (AMADO, 1987, p. 245)

Depois de algum tempo, Horácio encontra cartas trocadas entre Ester e Virgílio, tomando conhecimento da traição da esposa e do advogado,

decidindo assim matá-lo.

Andei arrumando umas coisas no palacete de Ilhéus. Umas coisas de Ester ... [...] – Encontrei umas cartas ... [...] – Era amante do doutor Virgílio ... [...]
Quando pôs o pé no estribo, Horácio voltou-se, avisou a Maneca: – Vou mandar liquidar ele ... [...] Morrer não lhe importa, o triste é viver sem Ester. (AMADO, 1987, p. 263, 265 e 268)

Deste modo, os conflitos pessoais se misturam aos conflitos pela posse das terras. De um lado Horácio da Silveira e do outro a família Badaró. No meio disso tudo, Jorge Amado (1987) apresenta a formação cultural aliada ao comportamento social dos personagens que integram a trama. Segundo Franco Jr. (*on-line*): *Terras do Sem Fim* é "[...] o mais expressivo romance da primeira fase, apresentando um tratamento maduro na abordagem da estrutura social e dos personagens, flagrando contradições próprias da formação sociocultural brasileira".

2. Os personagens

Na obra *Terras do Sem Fim*, desfila uma galeria de personagens, todos construídos por Jorge Amado com qualidades e defeitos, os quais podem ser interpretados de acordo com suas ações e seu caráter. São 191 personagens vivendo situações distintas: o fazendeiro poderoso, o capanga, o advogado corrupto, as comadres faladeiras, as prostitutas, o padre pedinte, o tropeiro, o trabalhador da roça, o jogador de cabaré, dentre outros. A galeria conta com os seguintes personagens: Horácio da Silveira, Sinhô Badaró, Juca Badaró, Maneca Dantas, Dr. Virgílio, João Magalhães, Ester Silveira, Olga Badaró, Don'Ana Badaró, Auricídia Dantas, Lúcia, Violeta, Maria, Margot, Dr. Rui, Antônio Vítor, Raimunda, Damião, Firmo, Dr. Jessé Freitas, Venâncio, Braz, Jarde, Padre Bento. Estes nomes encerram em si as significações da sociedade retratada no romance, pois os mesmos são registros do cotidiano.

3. O estudo dos nomes: a onomástica

O ser humano, desde o momento em que dominou o espaço circundante, teve como uma de suas atividades a nomeação. A partir de então, passou a nomear tanto as pessoas, os objetos, quanto os lugares. Neste processo, identifica semelhanças e diferenças com as quais estrutura o mundo que o cerca. Entretanto, esta apropriação do real através da nomeação ocorre a partir de circunstâncias históricas, variáveis culturais e anseios

espirituais, sendo a primeira etapa para o conhecimento científico do mundo.

O estudo dos nomes, sejam estes referentes a pessoas ou a lugares, já se faz desde a Antiguidade, a partir de Dionísio da Trácia, no séc. II a. C. Trata-se do estabelecimento da origem e das alterações no sentido e na forma dos nomes próprios, dividindo-se em toponímia (locais) e antroponímia (pessoas). No entanto, somente a partir do estruturalismo linguístico, nos finais do séc. XIX e início do séc. XX, que a onomástica passou a ter caráter científico, com os aportes teóricos da ciência dos signos, isto é, a semiótica ou semiologia. Destarte, a onomástica foi sendo idealizada a partir de ciências auxiliares, sendo considerada interdisciplinar ou transdisciplinar. Deste modo, a onomástica se refere ao léxico, sendo este o patrimônio vocabular de quaisquer línguas, o qual abarca todas as palavras existentes. Neste sentido, está relacionado com a cultura e a sociedade, o que é corroborado por Ferraz. (2006, p. 219):

As relações entre léxico e cultura, léxico e sociedade, são indubitavelmente, muito fortes, considerando-se que o léxico, com seu estatuto semiótico, é o elemento da língua de maior efeito extralinguístico por se reportar, em grande parte de seu conjunto, a um mundo referencial, físico, cultural, social e psicológico, em que se situa o homem.

O nome, sendo um dos primeiros atributos que o indivíduo recebe, até mesmo antes de seu nascimento, expressa e reflete a mentalidade e o meio social dos sujeitos envolvidos no processo de nomeação. Deste modo, o nome próprio é a marca linguística através da qual as sociedades conhecem o indivíduo, pois é um elemento de individuação, merecendo o mesmo tratamento dado às outras unidades linguísticas. E isso deve ser aplicado também no contexto literário, porque o estudo dos antropônimos pode esclarecer determinadas características da cultura de um povo ou de um grupo de povos.

No campo da literatura, o nome próprio tem um papel importante a considerar. O artista nomeia os personagens da maneira como o faz ou por apresentar uma sensibilidade linguística apurada, ou por proceder a um batismo, mais, ou menos, intencional. A percepção e a apreensão desse instrumento possibilitarão aquilo que se deve chamar de leitura sensível, podendo mesmo o leitor a desconfiar da gratuidade da presença de certas escolhas feitas pelo autor. (CÂ-MARA. 2000, on line)

Neste sentido, Jorge Amado (1987) nomeia seus personagens de acordo com atributos físicos e/ou psíquicos, pois, sua intenção é expressarse da forma mais objetiva possível, revelando aquilo que pensa, pois os antropônimos revelam os valores e a visão de mundo do designador, os

quais são determinados histórica e socialmente. Deste modo, pode-se inferir, tomando as palavras de Dick (2000, p. 218), as quais esclarecem:

O nome doado e conhecido coloca o receptor no centro de convergências positivas e negativas, ou de vetores de forças que definirão personalidades e comportamentos, condutas e estilos de vida, tornando nome e indivíduo uma só entidade.

Deste modo, os antropônimos em *Terras do Sem Fim* trazem à tona aspectos importantes relacionados à história e à cultura da região sul baiana apresentada por Jorge Amado.

3.1. A antroponímia em terras do sem fim

Foram selecionados para análise, dentre os antropônimos que integram a galeria de personagens, os seguintes nomes: Ester, Virgílio, Horácio, Sinhô Badaró, Juca Badaró e Don'Ana, os quais vêm destacados na entrada em negrito e em maiúsculas, seguidos da explicação etimológica e do contexto no qual se encontram na obra, também com destaque em negrito.

ESTER -

De acordo com Machado (2003, p. 595), do grego *Esthér*, pelo latim *Esthēr* (ao lado de de *Esthera*, *Hestera*). Na Bíblia, nome de hebreia mulher do rei persa Assuero, também chamada *Edissa* ou *Hadassah*. A origem hebraica é controversa, significando "mirto". Segundo Azevedo (1993, p. 208), *Ester* teria origem no persa *stara*, significando "estrela", podendo-se confrontar o grego *astér* e o latim *stella*, ambos significando "estrela". Guérios (1973, p. 102) traz as seguintes explicações: para alguns, a origem do nome *Ester* estaria no babilônico *Ishtar*, nome da estrela Vênus e da deusa *Istar*; para outros, viria do persa *star*, *stareh*, *sitareh*, "estrela"; em hebraico *'Sther*, nome pérsico da israelita Hadassa. Frágil e sonhadora é a Ester do romance amadiano: "E *Ester*, junto à cama da criança, as repetia baixinho, uma a uma, por entre lágimas, [...]. Cantava para a criança [...], mas cantava para si também, também ela uma criança amedrontada." (AMADO, 1987, p. 58).

VIRGÍLIO -

Para Machado (2003, p. 1481), do latim *Vergiliu*, cujo étimo é *virgo*. Azevedo (1993, p. 607) traz a seguinte explicação: pelo latim medieval *Virgilius*, do etrusco *vercna*, cujo significado é desconhecido. Guérios (1973, p. 215), por sua vez, diz que vem do latim *Virgilius*, *Vergilius*, diminutivo de *virga*, "raminho, vergonteazinha, varinha". Machado

(2003, p. 1481) fala também em candura, esta relacionada ao poeta romano Virgílio (*Publius Vergilius Maro* – 70 a.C. – 19 a.C.). "O Dr. **Virgílio** tomou da sua taça onde as gotas do vinho português manchavam de sangue a transparência do cristal. [...] Falava com sua bela voz cheia e modulada e escolhia as palavras como se estivesse num torneio de oratória. [...] Suas maneiras finas, seu lânguido olhar, sua cabeleira loira, [...] (AMADO, 1987, p. 81).

HORÁCIO – De acordo com Machado (2003, p. 784), do latim Hŏrātĭu-, de origem obscura, antropônimo tornado célebre por causa dos célebres três irmãos (Horácios, do latim Horātĭos, os três irmãos com este nome que combateram contra os três Curiácios, no séc. VII a. C.), do lendário Horácio Cocles, que sozinho defendeu dos inimigos a ponte sobre o rio Tibre, e do poeta romano Horácio (Quintus Horatius Flaccus - 65 a. C. – 8 a. C.). Azevedo (1993, p. 298) explica que seria do latim Horatius, o qual é colocado sob a proteção das Horas, sendo que Horas eram as deusas filhas de Júpiter e de Têmis. Guérios (1973, p. 127) diz que vem do latim Horatius, provavelmente do grego horatós, que significa visível, evidente, manifesto. Acrescenta que talvez venha do nome de um antigo povo do Lácio, os Foretti. Além disso, citando W. Schulze (1923), coloca que estaria ligado ao latim Hora, a deusa da mocidade, o qual pode ser comparado ao grego hora, que significa tempo, idade, mocidade.

De noite *Horácio* chegou com seus cabras na roça dos três amigos. Cercou o rancho, dizem que ele mesmo liquidou os homens. E que depois, com sua faca de descascar frutas, cortou a língua de Orlando, suas orelhas, seu nariz, arrancou-lhe as calças e o capou. [...] Seus jagunços diziam que ele era um macho de verdade e que valia a pena trabalhar para um homem assim. Nunca deixava que jagunço seu parasse na cadeia e certa vez saíra especialmente da fazenda para libertar um que estava na prisão de Ferradas. Depois de tirá-lo de entre as grades, rasgara o processo na cara do escrivão. (AMADO, 1987, p. 53)

SINHÔ BADARÓ –

Sinhô, hipocorístico de Senhor, do latim *Senior*, o mais velho. Segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001, p. 2545), significa aquele que possui algo, dono da casa, patrão; pessoa que exerce poder, dominação, influência. **Badaró**, segundo Machado (2003, p. 201), apelido italiano trazido para o Brasil pelo médico Giovanni Battista Libero Badarò (1798-1830).

Sinhô Badaró, o chefe da família, descansava numa alta cadeira de braços, cadeira austríaca que contrastava não só com o resto do mobiliário, bancos de madeira, cadeira de palhinha, redes nos cantos, como também com a rústica simplicidade das paredes caiadas. [...] Sinhô Badaró pensava, os olhos semicerrados, a longa barba negra se estendendo sobre o peito. [...] A Sinhô Badaró

repugnava ver correr sangue de gente. No entanto, muitas vezes, tivera que tomar uma decisão como a que Juca esperava naquela tarde.

JUCA BADARÓ –

Juca é hipocorístico de José, segundo Machado (2003, p. 834), Guérios (1973, p. 136) e Azevedo (1993, p. 335). José, por sua vez, de acordo com Machado (2003, p. 832), vem do hebraico *Iosef* (Deus), o que acrescenta bens, pelo grego *Ioseph* para o latim *Ioseph*, *Joseph*. Definição acompanhada por Azevedo (1993) e Guérios (1973).

Juca Badaró parou em frente ao irmão:

- Tu sabe, Sinhô, que ninguém conhece terra pra cacau como eu conheço. Tu veio de fora mas eu já nasci aqui e desde menino que aprendi a conhecer terra que é boa pro plantio. Posso te dizer que basta eu pisar numa terra que sei logo se ela presta ou não pro cacaueiro. É uma coisa que tenho na sola dos pés.

DON'ANA -

Dona, segundo Machado (2003, p. 514), vem do latim *Domna*, forma sincopada de *Domĭna*, "Senhora". De acordo com o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001, p. 1076), título concedido às senhoras de famílias nobres, estendido a todas as mulheres caracterizadas por algum tipo de superioridade, respeito, como as casadas, viúvas, religiosas, idosas. Ana, como explica Machado (2003, p. 128), vem do hebraico *Hannah*, significando "graça", "graciosa", passando para o grego *Anna* e depois para o latim *Anna*. Segundo evangelhos apócrifos, era o nome da mãe da Virgem. Azevedo (1993) e Guérios (1973) acompanham a definição de Machado (2003).

Só *Don'Ana* era boa com ele, não tinha medo do negro. Mas *Don'Ana* era uma mulher valente, era da família dos Badarós. [...] Para *Don'Ana* a cozinha fora sempre o grande lugar de asilo. Quando fazia traquinagem demasiado grande fugia para ali, para junto das saias da sua "mãe negra" e ali nem mesmo dona Filomena, nem mesmo o velho marcelino, nem mesmo /sinhô que era seu pai, a vinham buscar. (AMADO, 1987, p. 73 e 89)

3.1.1. O sobrenome Badaró

Segundo Barata e Bueno (2000, p. 334), a família Badaró que se estabeleceu na Bahia tem suas origens com os alfaiates Inácio Fernandes Alves Badaró e José Alves Badaró, os quais tinham, em 1881, oficinas de alfaiate na rua dos Algibebes, n. 10, e no Beco do Sodré, respectivamente. São parentes próximos de Antônio Fernandes Badaró, que deixou geração em Ilhéus, através do casamento com Ambrosina Teixeira.

3.1.2. O sobrenome Silveira

De acordo com Barata e Bueno (2000, p. 2086), o sobrenome Silveira é de origem geográfica, de *silveira*, substantivo comum – silva, moita de silvas, designação de várias plantas medicinais das Rosáceas [Cf. Antenor Nascentes, II, p. 282]. No entanto, diversas são as origens deste sobrenome, havendo a que é atribuída à adoção feita pelo holandês Wilhem van der Haagen ou Haghe, quando passou à Ilha Terceira (Açores), no século XV, assinando Guilherme da Silveira.

4. Considerações finais

Jorge Amado, ao construir o enredo de seu romance *Terras do sem fim*, nomeou seus personagens distinguindo-os entre si, fazendo com que, nos agrupamentos sociais aos quais estão vinculados, adquirissem suas personalidades.

O estudo dos nomes constantes no referido romance, ou seja, dos antropônimos, os quais integram o léxico, definido como o patrimônio vocabular e que encerra em seu bojo a cultura e a história de uma dada sociedade, refletem as influências políticas, religiosas, históricas; as circunstâncias de tempo e lugar de nascimento: particularidades físicas ou morais; a relação com profissões; e a curiosidade ou a excentricidade envolvendo os nomes. Estes podem ser considerados como um valioso *corpus* para o conhecimento da língua, da cultura, da religião, da ideologia de um povo ou de um grupo de povos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. *Terras do sem fim*, romance. 56. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

AZEVEDO, Sebastião Laércio de. *Dicionário de nomes de pessoas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*. São Paulo: Ibero América, 2000, 2 volumes.

CÂMARA, Tânia Maria Nunes de Lima. Os antropônimos em Machado

de Assis: uma leitura morfossintática. *Cadernos do CNLF*, série IV, n. 07. Disponível em: http://www.filolo-gia.org.br/anais/anais/20iv/civ07_10.htm. Acesso em: 26-08-2014.

COSTA, Lígia Militz da. A propósito de Terras do Sem Fim e o romance de 30. *Letras: Revista do Programa da Pós-graduação em Letras*, Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, n. 1, p. 28-32, jan. 1991. Disponível em: <w3.ufsm.br/revistaletras/artigos_r1/revista1_3.pdf>. Acesso em: 19-08-2014.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A investigação linguística na Onomástica brasileira. *Estudos de gramática portuguesa III*. Frankfurt am Main, v. III, p. 217-239, 2000.

FERRAZ, Aderlande P. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida T. C. de. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FRANCO JR., Arnaldo. Sociedade em formação: Terras do sem fim e Tenda dos milagres. *Caderno de leituras*: Jorge Amado. Disponível em: http://www.jorgeamado.com.br/professores/04.pdf>. Acesso em: 31-10-2014.

GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ave Maria, 1973.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. 3 vol.

PSICOFILOLOGIA: UMA EVENTUAL FONTE DE SOLUÇÕES PARA ALGUNS PROBLEMAS SOCIOFILOLÓGICOS?

Thomas Daniel Finbow (USP) thomas.finbow@usp.br

RESUMO

Nesta comunicação, proponho que conhecimentos desenvolvidos na psicolinguística e na psicologia experimental (especificamente nas suas vertentes que estudam a leitura), podem contribuir para esclarecer dúvidas de natureza filológica e sociofilológica sobre as relações entre língua, linguagem, usos técnicos e costumes metalinguísticos que caracterizavam a Baixa Idade Média, em particular na Península Ibérica. Inspirada na integração à linguística histórica da sociolinguística variacionista, sustentamos que a abordagem "psicofilológica" proposta contribuirá de maneira significativa para melhor compreendermos a evolução das relações entre o latim e seus descendentes românicos. O desenvolvimento de uma abordagem "sociofilológica" desde a década de 1980 tem trazido esclarecimentos importantíssimos a diferentes questões linguísticas e filológicas relacionadas à interligação das esferas linguística e cultural na linguística histórica românica, em particular, à vexta quaestio das origens das línguas neolatinas. Da mesma maneira, defendemos que a psicolinguística e a psicologia experimental da leitura trazem uma nova perspectiva para a análise filológica gracas a certos fenômenos fisiológicos envolvidos no movimento ocular e nas capacidades visuais e do processamento mental do ser humano.

Palavras-chave: Psicofilologia. Sociofilologia. Sociolinguística. Psicolinguística.

1. Introdução

Neste artigo, proponho que a psicolinguística e a psicologia experimental da leitura podem contribuir para a resolução de certas dificuldades que surgiram devido à aplicação da sociolinguística à história das línguas românicas.

2. A abordagem sociofilológica e o monolinguismo complexo latino

A inspiração da abordagem interdisciplinar que apresento aqui, tal como a origem do problema que procuro solucionar, é o enfoque "sociofilológico" desenvolvido pelo hispanista britânico Roger Wright (2002) com o intuito de:

[...] integrar a análise filológica tradicional com as descobertas da sociolinguística moderna. Tal abordagem exige um conhecimento tão profundo quanto seja possível adquirir das circunstâncias históricas e intelectuais dos tabeliães, amanuenses e autores que nos forneceram as evidências. Embora a sociofilologia se aplique por definição à história linguística de comunidades alfabetizadas, enquanto o enfoque preferido da linguística histórica é, antes, ora a história de línguas com pouca ou até nenhuma história escrita, ora a pré-história de línguas que posteriormente se tornaram línguas literárias, é de suma importância que as duas disciplinas se complementem sem contradições. Isto é, entretanto, bastante difícil. O sociofilólogo bem-sucedido deve esforçar-se para dominar diversas áreas acadêmicas ao mesmo tempo, além de compreender uma ampla gama de dados. (WRIGHT, 2002, p. vii. Tradução nossa)

Wright questiona certos aspectos das explicações para o surgimento das línguas neolatinas à luz dos descobrimentos da sociolinguística. Primeiro, o filólogo britânico critica duramente a noção de que existia uma concepção metalinguística dentre os latinófonos tardo-antigos e alto-medievais de eles falarem duas línguas numa relação de bilinguismo ou de diglossia. Wright assevera que a sociedade latinófona manifestava antes um estado de "monolinguismo complexo" em que qualquer variedade escrita ou falada era concebida como parte da mesma língua, o latim, apesar de as modalidades exibirem diferenças estruturais marcantes. A situação monolíngue perduraria até a reforma carolíngia (séc. VIII-IX), ao norte dos Pirineus e na Catalunha, quando o latim dito "medieval", com sua pronúncia ortográfica, foi inventado por reformadores eclesiásticos visando a padronizar a liturgia sob a direção do monge anglo-saxão, Alcuíno de York, que introduziu tal modelo da latinidade insular. Esse latim reformado foi introduzido no resto da Península Ibérica na reforma gregoriana (séc. XI-XII), explicando a demora histórica de quase trezentos anos entre o surgimento dos primeiros textos propriamente românicos nos domínios carolíngios (séc. IX-X) e seu aparecimento no resto da România ibérica (séc. XII-XIII).

Wright atribui a pouca aceitação da ideia de que o latim oral popular ou "protorromance" e o latim escrito eram simplesmente duas variedades da mesma língua principalmente à maneira em que relações grafo-fonêmicas desse período têm sido analisadas. Nisso, Wright concorda em certos pontos com a visão diglóssica de Lüdtke, por exemplo (LÜDTKE 1964, p. 14-15). Ambos os filólogos duvidam que duas fonologias latinas tenham coexistido, uma especialmente arcaica e outra evoluída, enfatizando não haver como transmitir uma pronúncia ortográfica por muitas gerações, sem que o ensino da mesma deixasse algum vestígio nas obras dos gramáticos. "Archaic morphology is accessible to the literate from written works. Archaic phonology is not similarly accessible; it cannot be

taken from books; otherwise historical phonology would be simple". (WRIGHT, 1982, p. 43)

Por conseguinte,

The tradition of reading Latin aloud as an artificial language, a sound for each letter, in the Romance-speaking world as everywhere else, has the air of being obvious and as though it had been forever present. But someone, somewhere, had to establish that as a standardized norm, if Latin is to maintain its monolingual status, for it could not arise in a native Romance community. There was a kind of continuity through the years between Carolingian and Imperial Latin in the vocabulary and syntax of the educated, for these could always be resurrected from Classical books by antiquarians (FONTAINE 1981:786), but what we now think of as traditional Latin pronunciation had no such direct continuity with that of the Empire (Cp. LÜDTKE 1988, p. 63, on [-m], for example). That is why the invention of the need for what we now call Latinate pronunciation (with the sounds determined by the spelling) is the key issue here. As the historian Hobsbawm (1983, p. 1) pointed out: "traditions which appear or claim to be old are often quite recent in origin and sometimes invented. (WRIGHT, 1994a, p. 27-28)

Consequentemente, Wright propõe que, tanto o conservadorismo cultural, quanto as normas representacionais, perpetuava (e continua a perpetuar) uma aparência uniforme e, portanto, enganadora, da língua latina, em particular, quanto ao aspecto sonoro:

[R]eading aloud could have used Old Leonese phonetics even for such apparently Latinate material as a legal document, in the same way as readers of Modern English documents can read legal language aloud with their own phonetic habits. (WRIGHT, 1982, p. 167)

Para Wright, os filólogos não cogitaram tal possibilidade seriamente porque se acreditava que a ortografia latina mantinha sempre uma relação bastante direta e transparente entre as normas representacionais e a fonologia. Essa conjetura foi fundamentada na noção de uma pronúncia culta que tenha participado minimamente nas mudanças ocorridas no vernáculo. Por outro lado, Wright aponta as complexas correspondências grafo-fonêmicas das ortografias conservadoras do francês e inglês. Apesar de ambas as tradições escritas começarem com normas ortográficas que representavam a fonologia de forma razoavelmente direta, com o passar do tempo, mudanças no sistema sonoro não foram incorporados na grafia e, portanto, as correspondências grafo-fonêmicas se tornavam cada vez mais complexas. Hoje, existem desinências escritas francesas que não correspondem a nenhuma realização oral, por exemplo, *je jou-e, tu jou-es, il jou-e, elles jou-*ent = /ʒu:/ (Cf. WRIGHT, 1982, p. xi), enquanto outras flexões, distinguidas rigorosamente na escrita, são homófonas em muitas

variedades. Por exemplo: -ais, -ait, -aient, -er, -ez, -é, -ée, -ées, -ées, -ai = [e] ~ [ϵ] (WRIGHT, 1982, p. 51). Na escrita inglesa, inversamente, a mesma sequência gráfica pode ser pronunciada de diversas maneiras. Por exemplo, -ough: (1) /au/ bough "galho", slough "pântano", plough "arado"; (2) / α f/ tough "duro", enough "suficiente", rough "áspero"; (3) / α o/ although "embora", dough "massa"; (4) / α / borough "município", thorough "rigoroso".

Se a ortografia latina era como a francesa ou inglesa antes da reforma carolíngia, por conseguinte,

Learning to write involved the techniques for reproducing on parchment outdated inflectional morphology (such as -m, -bus, -abit) and a spelling system not closely suited to the evolved Romance. Seventh-century French ['vjerdzə] or ['virdzə], for example, might be spelled virgen, virginem, virgine or virgini, in the same way as Modern French [[a:t] can be spelled chante, chantes, chantent. [...] The old vocabulary, grammar and spelling could be picked up from books. Old pronunciation, however, cannot be picked up directly from books. (WRIGHT, 1982, p. x-xi)

O surgimento das escritas vernáculas seria um resultado da introdução da pronúncia ortográfica, que visava a padronizar o culto. Antes da reforma, no latim franco: viridiarium = [ver'dzer] "pomar", directum = [dreit] "direto". Depois da reforma, viridiarium = [viridiarium], directum = [direktum] etc. (WRIGHT, 1982, p. 107). Além de os reformadores exigirem que a sintaxe e o léxico fossem mais próximos aos modelos bíblicos e patrísticas (e, portanto, mais distantes das falas quotidianas), tais mudanças de pronúncia teriam ressuscitado à oralidade muitas desinências morfológicas que haviam ficado mudas há gerações, embora fossem escritas. Desse modo, o novo estilo eclesiástico teria se tornado incompreensível para os analfabetos. Por conseguinte, os letrados sentiam a necessidade de desenvolver novas convenções de representação grafo-fonê-mica, muitas das quais eram decalcadas nas relações grafo-fonêmicas novamente diretas do uso eclesiástico, a fim de expressar os sons de itens lexicais que existiam apenas no vernáculo, porque as grafias tradicionais para esses lexemas haviam recebido novas pronúncias "reformadas", ou seja, [ver'dger] = vergier, [drejt] = dreit etc. O intuito consciente desses inovadores ortográficos era de produzir textos com finalidades pastorais compreensíveis pelos analfabetos, já que os sermões prescritos eram redigidos no novo linguajar eclesiástico. Ao registrarem o uso do vernáculo na escrita, no entanto, destacavam-se as diversas diferenças entre as variedades populares e a linguagem culta eclesiástica, conduzindo lentamente à conceptualização de duas línguas diferentes.

Assim, a ideia de haver duas *línguas* diferentes (latim e romance) numa dada comunidade de fala românica, em lugar de dois estilos da mesma língua (latim), desenvolvia-se gradualmente a partir deste momento, estimulada pela falta de compreensão da variedade culta entre os não latinados. Consequentemente, no modelo wrightiano, a separação conceitual entre o latim e o romance surge *depois* e *em decorrência da* invenção das novas modalidades escritas, diferentemente da visão pregada nos modelos binormais diglóssicos tradicionais, nas quais a consciência de haver dois níveis linguísticos nitidamente definidos estrutural e praticamente *antecede desde há séculos* o surgimento das primeiras escritas românicas.

Wright argumenta que, embora as correspondências grafo-fonêmicas da ortografia latina tivessem começado razoavelmente diretas e transparentes, após muitos séculos, essas relações teriam atingido um grau de complexidade parecido ao francês e inglês modernos (1982, p. 168). Wright exemplifica seus argumentos sobre as relações grafo-fonêmicas no latim tardio com transcrições hipotéticas da leitura em voz alta de textos escritos antes das reformas eclesiásticas conforme a tradicional norma ortográfica latina não reformada. Por exemplo,

- 1. In Dej nomine. Ego Splendonius tiui Fredesinde In Domino salutem. Ideo placuit en'die'nwem.ne'io.e.splen'do.no'tie.fre'dzin.de.en'dwe.no.sa'lu.ðe.i.jo'plo.go
 No nome [de] Deus. Eu, Esplendônio, saúdo-te, Frezindo, no Senhor. Assim, plogo
- 2. mici atque conuenit nunlljusque cogentis Inperio neque suadentjs artjculo 'mi.ee.kom'bi.ne.nu.ʎjos.ke.ko'dʒjen.tes.em'pe.rjo.ni.swa'ðjen.tes.ar'te.ʎo.
 -me e conveio [-me], e sem a coação, nem a persuasão de ninguém,
- 3. set probria mici acesi uoluntas ut uinderem tjui Iam dicte Fredesinde terra se'pro.βri.ja'mi.e.a'tse.ze.vo.lun'ta.de.o.ven'dje.re'ti.e.ja'dij.te.fre'dzin.de'tje.ra. mas conforme a minha livre vontade, que [eu] vendasse-te, já dito Frezindo [um] terreno
- **4.** In uilla Uiasco super Illa senrra domniga lloco predicto Agro rrodundo... en'vi.la'vjas.ko'so.βre.la'ser.na'ðo.ni.γa 'lwe.γo.pre'ðij.to'a.γro.ro'don.do ... em Vila Viasco, sobre a serna donhiga [no] lugar [já] mencionado: Agro Redondo ...

Transcrição hipotética da leitura de um contrato de compra-e-venda leonês do ano 946 d.C. Floriano Cumbreño (1951, vol. II, p. 361-362, *apud* WRIGHT, 1982, p. 166-167)

O filólogo britânico defende ainda que a leitura em voz alta de um texto escrito de tal latim tardio não reformado seria compreensível para um público analfabeto, embora certas passagens soassem arcaicas e rebuscadas, devido à linguagem pouco corrente na fala contemporânea. O público teria aprendido o significado de tais expressões pelo contato fre-

quente com o estilo escrito no culto e em trâmites burocráticos, por exemplo, testemunhar contratos, testamentos e doações a instituições religiosas etc.

3. Léxico arcaico e a leitura logográfica

Uma das críticas das teorias de Wright envolve a questão do léxico arcaico presente nos textos tabelionais alto-medievais. Vários filólogos, como Dworkin (1995), Emiliano (1991. p. 242, 1993, p. 239) e Walsh (1991), disputam que as discrepâncias entre o vocabulário tradicional utilizado nos textos e os lexemas vernaculares correspondentes contemporâneos não criariam "consciência subliminar" (WALSH, 1991, p. 207-278), de haver duas línguas.

Ahora, si la lectura en voz alta con fonética vernácula es necesaria para la inteligibilidad de un texto, no es sin embargo suficiente. Si un anglófono puede leer y comprender un texto legal en inglés moderno eso no depende sólo de la fonética empleada. Del mismo modo, un documento notarial inglés del siglo X u XI no es comprensible para un anglófono moderno que no haya estudiado el inglés antiguo, aunque sea leído con fonética moderna (o hasta con morfología moderna). [...] El problema es que la oralización de un texto en latín no reformado por medio de simples reglas de correspondencia grafo-fonémica conduce a resultados ininteligibles desde el punto de vista de la lengua hablada. (EMILIANO, 1993, p. 239)

A admissão não qualificada das *correspondências* de Wright, ou seja, a oralização dos textos a partir de simples regras de conversão grafofonêmica levaria, como já tive ocasião de fazer notar (EMILIANO, 1993 e 1994), à produção de sequências sem significado contemporâneo virtualmente incompreensíveis para os ouvintes romanófonos iletrados. (EMILIANO, 2003, p. 23)

Walsh (1991) protesta que ler *Ingrediamur inquid domum*, uma passagem das glosas emilianenses típica das leituras litúrgicas que os analfabetos experimentavam regularmente (GARCIA LARREGUETA, 1982, p. 100, *apud* WALSH, 1991, p. 206), com uma pronúncia contemporânea, ou seja, algo como *[iŋ.gre'ðja.mo'riŋ.kið'do.mo], não tornaria o texto compreensível para alguém cuja expressão espontânea do mesmo sentido era *[en'tre.mos'di.ĵo.e.ne.la'ka.za] (Cf. espanhol *entremos, dijo, en la casa*; português *entremos, disse, na casa*).

Apesar de criticar Wright no que diz respeito à linguagem arcaica, Emiliano é favorável ao monolinguismo tardo-latino e à explicação dos fatores que provocaram a separação conceitual. Desse modo, o filólogo

português defende que o latim tardio tabelional envolvia dois tipos de representação escrita (EMILIANO, 1991). A maioria das formas tradicionais representariam a fonologia evoluída mediante uma ortografia conservadora, tal como em inglês ou francês modernos. Por exemplo: fecerit = [fi'zer] e mandauerit = [man'dar]. Tais formas ortográficas manteriam vínculos tanto com a fonologia quanto com a semântica do item lexical que representavam, porque seu descendente direto ainda vigorava no vernáculo. Entretanto, Emiliano também afirma que certas outras formas escritas tradicionais representariam vocábulos contemporâneos apenas semanticamente. Por exemplo: percusserit = [fe'rir], occiderit = [ma'tar], uoluerit = [ki'zer]. Isto é, as sequências de letras p.e.r.c.u.s.s-, o.c.c.i.d-, u.o.l.u- representavam {fer-}, {mat-} e {kiz-}, respectivamente, e -erit expressava {-'ir}, {-'ar}, {-'er}, ou seja, "terceira pessoa do singular do futuro do subjuntivo". Nessa segunda classe, as formas escritas, eram logogramas que representavam lexemas vernaculares por "correspondências grafo-lexêmicas"15.

A teoria logográfica de Emiliano talvez provoque estranhamento. Contudo, semelhantes práticas não são incomuns entre os sistemas de escrita no mundo. Caracteres chineses, por exemplo, não explicitam a composição fonológica dos vocábulos que representam. Assim, para Emiliano, nos logogramas, as letras se tornariam meros componentes gráficos, desprovidos de valor sonoro no momento de ler.

Emiliano (1991, 1993, 1994, 1999, 2003) e (1991a, 1991b, 1992, 1995, 1998) propõe uma teoria de logografia "forte" em que a escrita e a leitura são logográficas porque algumas formas escritas são caracteres verdadeiramente plerêmicos. Formas ortográficas tradicionais, cujos descendentes persistem no vernáculo contemporâneo, funcionam mediante a representação grafo-fonêmica por caracteres cenêmicos. O aparente léxico arcaico é, na realidade, nada mais que a tradicional grafia conservadora. Por outro lado, vários outros filólogos, como Penny (1998, 2003), Pensado (1991, 1998), Varvaro (1991) e Wright (1994, 1996) recorreram a uma hipótese logográfica "fraca" para explicar como um sistema de escrita tradicional e as prescrições de um estilo arcaizante poderiam representar um vernáculo evoluído, embora sem admitir estratégias de conversão grafo-

¹⁵ Emiliano baseia sua hipótese logográfica nas alternâncias sincrônicas que encontrou entre as rubricas e os parágrafos do mesmo texto. Os documentos investigados pertencem a uma família de foros/costumes da Estremadura leonesa escritos nos séculos XII e XIII, os forais de Riba-de-Coa. (EMI-LIANO, 1991, p. 235; CINTRA, 1959)

lexêmica.

Esse segundo grupo defende seu uso do termo "logografia", apontando que a unidade de interpretação básica em seu modelo é a palavra como unidade visual e gráfica. Parte-se do fato de leitores experientes modernos não reconhecerem as palavras pelo processamento mecânico e linear de símbolos visuais discretos. Antes, percebem-nas imediata e *globalmente*, como um todo visual que associam a certo significado. Por conseguinte, formas ortográficas são apreendidas e reconhecidas com pouquíssima análise sistemática das correspondências grafo-fonêmicas abaixo do nível da palavra por meio de acesso léxico direto, sem que uma etapa de conversão fonográfica intermedeie no acesso léxico.

4. Sociofilologia, logografia e psicofilologia

A sociofilologia levanta a possibilidade de haver existido logografia na alta idade média e tal hipótese não pode ser descartada facilmente, porque sabemos que tais práticas, de fato, existem em outras sociedades. Na teoria, não é difícil imaginarmos um sistema de escrita de origem alfabética em que alguns conjuntos de grafemas básicos funcionariam como logogramas (SAMPSON, 1985, p. 203). Se a leitura do latim tardio fosse realmente logográfica, pelo menos quanto aos itens lexicais exigidos pela tradição literária, sem descendentes diretos na linguagem coloquial contemporânea, não haveria problemas de compreensão entre os analfabetos.

Defronta-nos agora o problema de determinar se a leitura podia ser logográfica. Procurei solução numa fonte de dados empíricos confiáveis: a fisiologia do olho e da vista e (de uma maneira mais tentativa) as descobertas da psicologia experimental da leitura. Portanto, optei por denominar essa abordagem "psicofilologia", pois, a psicolinguística e a psicologia esclarecem questões filológicas, de forma parecida à em que a sociofilologia wrightiana tem expandido o conhecimento filológico, com a aplicação das descobertas da sociolinguística.

Baseamo-nos inicialmente no trabalho de Saenger sobre o surgimento da "leitura referencial", típica da maioria das escritas alfabéticas modernas (a rapidíssima perscrutação mental e silenciosa) (SAENGER, 1982, 1989, 1990a, 1990b, 1991, 1994, 1997a, 1997b). Segundo o bibliotecário pesquisador americano, a evidência experimental demonstra que essa leitura depende da capacidade de perceber palavras escritas global-

mente e captar seu significado diretamente, da mesma maneira como caracteres chineses ou japoneses, ou seja, como logogramas. Isto é, na leitura referencial, o acesso lexical é direto: as sequências de símbolos não são analisadas primeiro para extrair as unidades fonológicas que elas representam, para depois identificar os itens lexicais pelas cadeias fonológicas que os compõem (acesso lexical intermediado).

Segundo Saenger, o estímulo visual primário nessa leitura global advém principalmente dos *contornos* das palavras escritas. Para que leitores possam discriminar rapidamente e sem ambiguidade a posição de palavras e suas características visuais, é preciso que espaços separem cada palavra escrita e que esses espaços sejam de 1,5 a 2,0 vezes maiores do que as demais unidades de espaço presentes, por exemplo, no traçar das letras e nos espaços que separem as letras dentro de uma sequência gráfica. Essa proporção é relevante porque, espaços menores de 1,5:1 não são perceptíveis fora da visão foveal e, consequentemente, não possibilitam nem a localização rápida de palavras escritas, nem a percepção dos seus contornos.

A razão 1,5-2,0:1 é determinada pela estrutura física do olho humano: a relação entre a densidade de células cone e a acuidade visual (vide a seção seguinte). É por isso que a abordagem psicofilológica é confiável. Podemos ter certeza de que o olho não evoluiu durante os últimos 3-4.000 anos em que se escreve, e ainda mais confiança disso quanto aos 1.500 anos desde a produção de textos em latim tardio.

5. A fisiologia e psicologia da leitura referencial moderna

A luz refletida por um objeto passa pela lente da pupila e recai na retina, onde há dois tipos de células: cones e bastonetes. As células cone se concentram no centro da retina e sua frequência diminui rapidamente, conforme se distancie dessa área. Portanto, a acuidade visual é máxima na fóvea (2-3º ao redor do ponto de fixação). Só percebemos todos os detalhes de uma letra na vista foveal. Na *parafóvea* (a 3-6º de excentricidade), apenas distinguem-se aspectos visuais mais gerais (o comprimento, o contorno) porque a falta de precisão visual faz com que a interferência lateral mútua torne nebulosas as características das letras. Na vista *periférica* (a 7º+), somente os grandes espaços intervocabulares (quando acima de 1,5:1) se destacam como interrupções nas linhas de símbolos gráficos indistintos.

A saliência visual dos espaços intervocabulares no formato convencional (1,5-2,0:1) na vista não foveal permite o reconhecimento global de palavras escritas, até antes da vista foveal recair nelas. Poder localizar espaços intervocabulares é fundamental para planejar os movimentos oculares ("pulos" (saques) de aproximadamente 30 milissegundos e períodos de descanso (fixações) que perduram 200 a 300 milissegundos). Podendo perceber espaços intervocabulares na vista periférica, posicionamos a fóvea sobre a parte mais informativa (aproximadamente no meio da primeira metade de uma palavra de tamanho médio). O resto, que é menos informativo, é processado na vista parafoveal, junto com as silhuetas das próximas palavras.

A informação lexical extraída numa fixação ocular é integrada ao contexto dinâmico formado do que já foi visto/lido e é armazenada na memória de curto prazo. Acrescentam-se informações extraídas da parafóvea sobre o eventual contexto vindouro para formar previsões, restringidas pela coerência, sobre o que puder aparecer no texto ainda a ser lido. Assim podemos desambiguar as palavras quase até à individualidade, antes mesmo de a vista foveal chegar nelas. Consequentemente, mal é necessário fixá-las com a vista foveal para confirmar a hipótese já calculada a partir desta "previsão parafoveal". Simultaneamente, a vista periférica localiza os espaços intervocabulares distantes e programa "pistas de pouso" mais propícias para futuros saques. Escolhe-se tipicamente um ponto logo à direita de um espaço que é seguido por uma palavra mais comprida, por conter provavelmente informação lexical.

6. A separação canônica e a leitura de scriptio continua

Segundo Saenger, essa extraordinária eficiência, tanto da extração de informação lexical (a base de qualquer leitura de qualquer escrita), quanto de movimento ocular, se deve à *separação canônica* (espaços de tamanho significantemente maiores do que os demais são inseridos entre cada vocábulo). Tal convenção faz com que os espaços separadores se destaquem visualmente ao máximo, até a vista periférica. No entanto, a escrita alfabética latina não era sempre assim. As primeiras escritas romanas separavam as palavras com pontos. Tais símbolos não permitem a percepção dos contornos das palavras porque a quantidade de espaço usada para traçá-los não é distintiva relativamente aos demais caracteres. Durante o séc. II d.C., os romanos passaram a escrever em *scriptio continua*, como

os gregos. Essa convenção não indica as divisas lexicais. Às vezes, pequenos espaços de tamanhos diferentes, eventualmente complementados por pontos de diferentes tipos, serviam para pontuar unidades de sentido.

Os trabalhos de Saenger demonstram que a separação canônica somente se generalizaria na Europa Ocidental a partir do século X-XI, inicialmente sob a influência de manuscritos irlandeses, anglo-saxônicos e ibéricos (esses derivados das normas de separação do árabe). Entretanto, não se sentiam os benefícios da convenção de uma maneira mais geral antes do século XIV-XV, quando a leitura se tornava mais difundida entre os leigos europeus.

Na Antiguidade ou na Alta Idade Média, ninguém podia abrir um rolo ou códice desconhecido e começar a ler fluentemente, como se pode hoje. Era necessário estudar o texto de perto, seguindo um procedimento chamado as *officia gramaticae* que progredia por etapas: (1) *praelectio*, a identificação das palavras no texto a partir de recodificação grafo-fonêmica em que se juntam letras e sílabas. Especialmente no contexto escolar, esta fase envolvia a marcação das palavras (*discretio*) com símbolos gráficos, como o *hífen* e o *diástole*; (2) *lectio*, a identificação das unidades de sentido: frases (*commata*), cláusulas (*cola*), sentenças (*sententia/ periodus*) e parágrafos (*capitula*); e, finalmente, (3) *pronuntiatio*, a leitura em voz alta.

A necessidade de seguir as *officia grammaticae* decorria do fato de que ler textos em *scriptio continua* ou em escrita "arejada" (com espaços inseridos irregularmente entre sílabas e morfemas) é muito mais penoso do que a leitura referencial moderna. Sem espaçamento regular e icônico, não existem "pistas de pouso" para os saques, que passam a transitar apenas 2 a 3 caracteres, reduzindo drasticamente a quantidade de informação extraída por fixação: apenas algumas letras ou, no máximo, algumas sílabas. Tampouco há como perceber os contornos das palavras porque sequer há "palavras" como unidades visuais. A pouca acuidade parafoveal faz com que a sobreposição mútua encubra as demais características. Portanto, o leitor não pode aproveitar a previsão parafoveal.

O leitor de um texto sem separação canônica avança lenta, sistemática e linearmente, procurando sequências de letras inadmissíveis conforme as normas ortográficas, as quais indicariam uma eventual divisa vocabular. Após realizar esse *discretio*, o leitor não mantém uma sequência de palavras ou até frases na memória (como os leitores modernos fariam),

mas antes uma cadeia de letras da qual é preciso extrair primeiro os fonemas representados, para depois juntá-los em sequências de sílabas, as quais são estudadas por sua vez para discernir as palavras que constituem (*praelectio*). Consequentemente, o leitor precisa reconhecer as correspondências fonográficas antes de poder acessar o nível lexical. Ainda que o leitor consiga identificar as palavras corretamente, sua capacidade de compreender seu significado numa frase coerente está bastante prejudicada pelo acúmulo de pressões dos processos cognitivos sobre sua atenção. Tipicamente, portanto, é necessário pausar na decodificação de *scriptio continua* de modo a processar o conteúdo de uma passagem (*lectio*).

7. Conclusões

Conclui-se, a partir da análise acima, que não se pode afirmar que a leitura logográfica era praticada na România alto-medieval, sem sabermos qual o tipo de separação de palavras naqueles tempos. Se não houvesse espaços visualmente icônicos entre cada palavra escrita, não haveria grafias que pudessem funcionar facilmente como logogramas, porque as palavras escritas estariam essencialmente invisíveis fora da vista foveal. A localização e interpretação de itens lexicais, sejam como forem as relações grafo-fonêmicas, procederia forçosamente de maneira composicional, conforme as officia grammaticae.

No entanto, mesmo que uma forma ortográfica fosse reconhecida de forma composicional, isso não impossibilitaria que a mesma funcionasse como um logograma. Sempre existe a remota possibilidade de reconhecer *percusserit*, de maneira composicional no *praelectio* (*p.e.r+c.u.s.s+e.r.i.t*) e, a seguir, associá-la com a palavra "ferir", no *lectio*. No entanto, sem separação canônica, tal procedimento não seria realizado por meio de captação visual imediata e global.

Resta descobrir, porém, a data em que a separação de palavras por espaços atingiu a proporção de 1,5-2,0 vezes as demais unidades de espaço. Esse foi o tópico da investigação que eu realizei para o doutoramento e que espero tratar em maior detalhe em outro artigo futuramente. Resumidamente, após examinar 104 textos da Península Ibérica escritos entre o século VIII e o século XIII, concluí que os textos do *corpus* produzidos antes do século XI tipicamente não apresentam convenções de separação de palavras que permitiriam sua identificação na parafóvea e, portanto, apenas após isso a "logografia" por captação global poderia começar a funcionar. Antes desse período, as restrições físicas e mentais impostas

pelas condições visuais impróprias que vigoravam nos textos teriam complicado o funcionamento desse tipo de leitura além do ponto de ele se tornar impraticável.

Deste modo, espero ter demonstrado como informações e modelos teóricos oriundos de outras disciplinas científicas podem se configurar novamente para enriquecer nosso conhecimento de alguns fenômenos ligados a questões filológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAKE, R. J. Syntactic Aspects of Latinate Texts of the Early Middle Ages. In: WRIGHT, R. (Org.). *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, 1991a, p. 219-232.

. Squeezing the Spanish Turnip Dry: Latinate Documents from the

_____. Squeezing the Spanish Turnip Dry: Latinate Documents from the Early Middle Ages. In: CRAVENS, T. D.; HARRIS-NORTHALL, R. (Orgs.). *Linguistic Studies in Medieval Spanish*. Madison, WI: Hispanic Seminary for Medieval Studies, 1991b, p. 1-14.

_____. Aspectos sintácticos del español antiguo: la prosa latinizada del *Cartulario de San Millán de la Cogolla*. In: VIGUERA, M. Ariza; AGUI-LAR, R. Cano; MENDOZA, J. M.; NARBONA, A. (Orgs.). *Actas del II Congreso de Historia de la Lengua Española* (Sevilla, 1990). Madrid: Pabellón de España, 1992, vol. 2, p. 291-305.

El latín notarial de un escriba bilingüe o "bígrafo" del XIII. In: PÉREZ GONZÁLEZ, M. (Org.), *Actas del I Congreso Nacional de Latín Medieval*, 1995, vol. 3, p. 463-468.

_____. Las glosas de San Millán y de Silos en su contexto sociolingüístico. In: TURZA, C. García *et al.* (Eds.). *Actas del IV Congreso Internacional de la Historia de la Lengua Española*, 1998, p. 925-932.

CINTRA, Luis Felipe Lindley. *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1959.

DWORKIN, Stephen N. Latín tardío y romance temprano: implicaciones léxicas de una hipótesis controvertida. In: PÉREZ GONZÁLEZ, M. (Org.). *Actas del I Congreso Nacional de Latín Medieval*, 1995, vol. 3, p. 489-494.

EMILIANO, António H. de Albuquerque. Latin or Romance? Graphemic Variation and Scripto-Linguistic Change in Medieval Spain. In:

WRIGHT, R. (Ed.). Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages, 1991, p. 233-247. _____. Latín y romance y las glosas de San Millán y de Silos: apuntes para un planteamiento grafémico. In: PENNY, R.; DEYERMOND, A.; HITCHCOCK, R. (Orgs.). Actas del I Congreso Anglo-Hispano. Madrid: Junta de Andalucía/Castália. 1993, vol. 1, n. 3 (Lingüística), p. 235-244. . Tradicionalidad y exigencias de realismo en la lengua notarial hispánica (hasta el siglo XIII). In: PÉREZ GONZÁLEZ, M. (Org.). Actas del I congreso Nacional de Latín Medieval, 1995, vol. 3, p. 511-518. _____. O mais antigo documento latino-português (882 A.D.) - edição e estudo grafémico. Verba, n. 26, p. 7-42, 1999. . Latim e romance em documentação notarial da segunda metade do século XI. Análise scripto-lingüística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110. 2 vol. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. FLORIANO CUMBREÑO, António Cristino. Diplomatica española del período astur. 2 vol. Oviedo: Imprenta "La Cruz"; Universidad de Oviedo, 1951. GARCÍA LARRAGUETA, S. Las glosas emilianenses: edición y estudio. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1984. LÜDTKE, Heinrich. Die Entstehung romanischer Schriftsprachen. Vox Romanica, n. 23, p. 3-21, 1964. PENNY, Ralph. La grafía de los textos notariales castellanos de la alta edad media: ¿sistema logográfico o fonológico?. In: BLECUA, J. M. et al. (Eds.). Estudios de grafemática en el dominio hispánico, 1998, p. 211-223. . Ambigüedad grafemática: correspondencia entre fonemas y grafemas en los textos peninsulares anteriores al S. XIII. In: PERDIGUERO VILLARREAL, H. (Org.). Lengua romance en textos latinos de la edad media, 2003, p. 221-228. PENSADO, Carmen. How was Leonese Vulgar Latin Read?. In: WRIGHT, R. (Org.). Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages, 1991, p. 177-189. . Sobre los límites de la mala ortografía en romance. ¿Por qué el inglés fish no se escribe ghoti después de todo? In: BLECUA, J. M. et al. (Orgs.). Estudios de grafemática en el dominio hispánico, 1998, p. 225241.

SAMPSON, Geoffrey. *Writing Systems*: A Linguistic Introduction. London: Hutchinson & Co.; Stanford, CA: Stanford University Press, 1985.

SAENGER, Paul Henry. Silent reading: its impact on late medieval script and society. *Viator*, n. 13, p. 367-414, 1982.

_____. Books of hours and the reading habits of the later Middle Ages. In: CHARTIER, R. (Org.). *The Culture of Print*: Power and Uses of print in Early Modern Europe. Princeton, NJ: Polity Press, 1989, p. 143-173.

_____. La naissance de la coupure et de la séparation des mots. In: MAR-TIN, H.-J.; VEZIN, J. (Orgs.). *Mise en page et mise en texte du livre manuscript*. Paris: Éditions du Cercle, 1990a, p. 447-449.

_____. Coupure et separation des mots sur le Continent au Moyen Âge. In: MARTIN, H.-J.; VEZIN, J. (Orgs.). *Mise en page et mise en texte du livre manuscript*. Paris: Éditions du Cercle, 1990b, p. 451-455.

_____. The separation of words and the psychology of reading. In: OLSON, D. R.; TORRENCE, N. (Orgs.). *Literacy and Orality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 198-214.

_____. Word separation and its implications for manuscript production. In: RÜCK, P. (Org.). *Die Rationalisierung der Buchstellung im Mittelalter und in der frühen Neuzeit. Ergebnisse eines buchgeschichtichen Seminars* (Wolfenbüttel, 1990). Marburg an der Lahn: Institut für Hilfswissenschaften, 1994, p. 41-50.

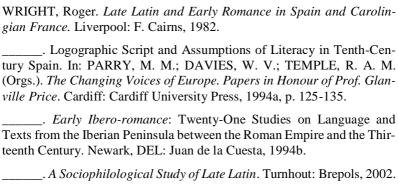
_____. Space Between Words. The Origins of Silent Reading. Stanford, CA: Stanford University Press, 1997a.

_____. Separated script at Rheims and Fleury at the time of Gerbert and Abbo. In: BARBIER, F.; PARENT-CHARON, A.; DESROUSSILES, F. Dupuisgrenet; JOLLY, C.; VARRY, D. (Eds.). *Le livre et l'historien. Études offertes à l'honneur du professeur Henri-Jean Martin.* Geneva: Droz, 1997b, p. 3-23.

VARVARO, Alberto. Latin and Romance: Fragmentation or Restructuring? In: WRIGHT, R. (Ed.). *Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages*, 1991, p. 44-51.

WALSH, Thomas J. Spelling Lapses in Early Medieval Latin Documents and the Reconstruction of Primitive Romance Phonology. In: WRIGHT, R. (ed.). Latin and the Romance Languages in the Early Middle Ages,

1991, p. 205-218.



XAPURI: A TOPONÍMIA DOS RIOS E IGARAPÉS

Elimara Lima dos Santos (UFAC) lilly luppy@hotmail.com Alexandre Melo de Sousa (UFAC) alexlinguista@gmail.com

RESUMO

A toponímia é a área da linguística responsável pelo estudo dos nomes próprios de lugares. Trata-se de uma subdivisão da onomástica (Dick, 2004). Na presente pesquisa, tivemos por objetivo estudar a toponímia dos espaços geográficos físicos, a saber: rios e igarapés; do município de Xapuri, localizado no estado do Acre. Os dados utilizados neste estudo foram coletados nos mapas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia do Acre (IBGE-AC), escala 1: 1.000 000. Após catalogação das informações em fichas lexicográfico-toponímicas, elaboradas a partir do modelo de Dick (2004), os topônimos foram divididos em dois grandes grupos taxionômicos, os de natureza física, que corresponderam a 53,53% do corpus de análise; e os de natureza antropocultural, 40,84%; e 5,63% dos topônimos ficaram sem classificação. Esperamos com a presente pesquisa contribuir com o projeto maior intitulado Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira – ATAOB, em desenvolvimento na Universidade Federal do Acre.

Palavras-chave: Toponímia. Motivação. Xapuri.

1. Considerações iniciais

O ato de nomear é inerente aos seres humanos, os primeiros homens, ao dar nomes às coisas, deixavam marcados não apenas uma designação, como também sua cultura, seus sentimentos, ações, valores e acima de tudo sua historia. O objetivo da onomástica é estudar as motivações que levaram às nomeações. Estando dividida em duas partes, a primeira é a antroponímia e estuda os nomes próprios de pessoas, a segunda, a toponímia, estuda a nomeação dos lugares, para assim fazer o resgate históricosociocultural dos espaços geográficos físicos e humanos. Sendo a segunda base de estudo desta pesquisa.

Para uma definição aprofundada da toponímia, temos a citação de Santos e Seabra (2011) que apontam as características que podem ser observadas durante o estudo da toponímia:

(...) I) a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos; II) oferece descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência d ação antrópica ou da natureza; III) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; IV) aponta um amplo *corpus* de nomes de lugares que

se refere à fauna atual ou desaparecida; V) indica um vasto repertório popular que designa espécies vegetais; VI) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados. (SANTOS & SEABRA, 2011, p. 11)

Com intuito de analisar, do ponto de vista léxico-semântico os topônimos dos espaços geográficos físicos de Xapuri e contribuir para um projeto maior denominado, *Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira – Projeto ATAOB*- em andamento na Universidade Federal do Acre e coordenado pelo Dr. Alexandre Melo de Sousa, foram estudados os designativos dos espaços geográficos físicos, a saber: rios e igarapés do dunicípio de Xapuri, localizado no interior do Estado do Acre.

São, ainda, objetivos deste estudo:

- a) Inventariar os topônimos de natureza física de Xapuri: rios, igarapés, lagos, cachoeiras, serras etc.;
- b) Catalogar os topônimos, de acordo com a proposta metodológica do projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil);
- c) Classificar os topônimos, segundo a metodologia utilizada no projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil);
- d) Buscar as possíveis motivações semânticas da toponímia da Amazônia Ocidental Brasileira, no todo e em suas partes, constantes em um macro contexto da linguística toponímica;
- e) Apresentar as características toponímicas da Amazônia Ocidental Brasileira.

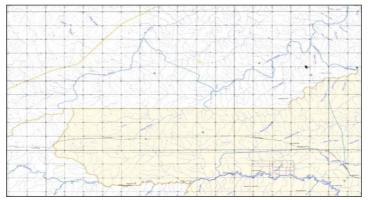
É importante ressaltar que o presente artigo apresenta os resultados do subprojeto "Contribuições para o Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira – PROJETO ATAOB – a toponímia de Xapuri", desenvolvido no PIBIC/UFAC, entre 2014 e 2015.

Xapuri possui quatro rios, sendo os principais: rio Xapuri e o rio Acre, que serviram como porta de entrada para o desbravamento do município ocorrido em 1883 tornando-se mais tarde o principal comércio de borracha. E setenta e um igarapés que, até os dias atuais, abastecem alguns moradores com água e alimento. Percebemos assim que o estudo Toponímico também é um estudo interdisciplinar como afirma Dick (1990, p 30) "A toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não exclusiva-

mente". É de extrema importância à interdisciplinaridade no estudo aprofundado do léxico como a geografia, história, antropologia etc., que revelam as motivações exercidas sobre a nomeação.

2. Metodologia

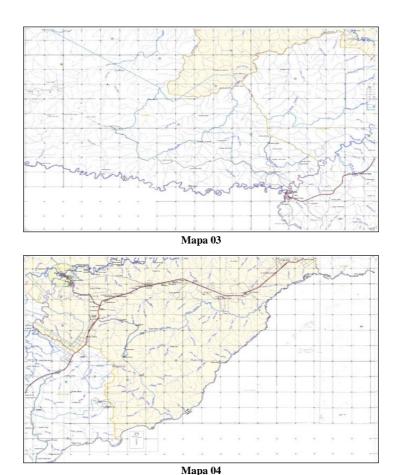
O *corpus* desta pesquisa é composto de 75 (setenta e cinco) topônimos, sendo 71 (setenta e um) nomes de igarapés e 04 (quatro) nomes de rios. Foram utilizados como materiais de pesquisas, quatro mapas oficiais de Xapuri disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Acre (IBGE-AC), escala: 1:1000 000, senso de 2010. Conforme representados nas imagens.



Mapa 01



Mapa 02



O município não possui cachoeiras, serras ou lagos catalogados nos mapas oficiais, logo só foram estudados os rios e os igarapés.

Para a classificação, tivemos como modelo a tabela elaborada por Dick (1992) que contém 27 (vinte e sete) taxes dividida em 11 (onze) de natureza física e 16 (dezesseis) de natureza antropocultural, como apresentadas na tabela abaixo:

Classificação Toponímica	Definição	Exemplo
Astrotopônimo	Topônimo referente aos nomes dos corpos celestes.	Cruzeiro do Sul – AC
Cardinotopônimo	Topônimo referente às posições geográficas gerais.	Nortelândia – MT
Cromotopônimo	Topônimo referente às cores.	Monte Azul – MG
Dimensiotopônimo	mo Topônimo referente às características do espaço. Monte Alto –	
Fitotopônimo	imo Topônimo referente aos nomes de vegetais	
Geomorfotopônimo	eomorfotopônimo Topônimo referente às formas topo- gráficas.	
Hidrotopônimo	Hidrotopônimo Topônimo referente aos acidentes hidrográficos.	
Litotopônimo	Topônimo referente aos minerais.	Ouro – SC
Meteorotopônimo	Topônimo referente aos fenômenos atmosféricos.	Alvorada – TO
Morfotopônimo	Topônimo referente as formas geo- métricas.	Serra Redonda – PB
Zootopônimo	Topônimo referente aos animais.	Cascavel – CE

Fonte: Dick (1992, p. 31-34).

Classificação Toponímica	Definição	Exemplo
Animotopônimo	Topônimo referente à vida psíquica e a cultura espiritual.	Solidão – PE
Antrotopônimo	Topônimo referente aos nomes próprios e individuais.	Mâncio Lima – AC
Axiotopônimo	Topônimo referente aos títulos e às dig- nidades.	Dom Expedito Lopes – PI
Corotopônimo	Topônimo referente aos nomes de cidades, países, regiões ou continentes.	Boca do Acre – AM
Cromotopônimo	Topônimo referente às indicações temporais.	Aurora do Pará – PA
Ecotopônimo	Topônimo referente às habitações em gerais.	Barração – RS
Ergotopônimo	Topônimo referente aos elementos da cultura.	Jangada – MT
Etnotopônimo	Topônimo referente aos elementos étnicos isolados.	Paraíba dos Índios – PB
Dirrematopô- nimo	Topônimo constituído de frase ou enunciado.	Passa e Fica – RN
Hierotopônimo	Topônimo referente aos nomes sagrados.	Exu – PE

Historiotopô-	Topônimo referente aos movimentos	Sete de Setembro –
nimo	históricos sociais e aos seus membros.	RS
Hodotopônimo	Topônimo referente às vias de comuni-	Ponte Serrada – SC
	cação rural e urbana.	
Numerotopô-	Topônimo referente aos adjetivos nume-	Três Ranchos – GO
nimo	rais.	
Poliotopônimos	Topônimo constituído pelos vocábulos	Arraial do Cabo – RJ
	aldeia, vila, povoação e arraial.	
Sociotopônimo	Topônimo referente às atividades profis-	Estiva – MG
	sionais ou a ponto de encontros.	
Somatopônimo	Topônimo referente às relações metafó-	Braço do Trombudo -
	ricas das partes do corpo humano ou	SC
	animal.	

Fonte: Dick (1992, p. 31-34).

3. Resultados e discussões

3.1. Igarapés

Após inventariar, catalogar e classificar os topônimos de natureza geográfica física de Xapuri, foram encontrados no *corpus* da pesquisa 38 (trinta e oito) topônimos de natureza física, 29 (vinte e nove) de natureza antropocutural e 04 (quatro) não foram possíveis classificar devido à falta de significado dos nomes indígenas ou por não se incluírem em nenhuma das taxes, como podemos observar na tabela a seguir:

Espaço Geográfico	Tipo	Classificação	Natureza
Igarapé Açúcar	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé Ajuricaba	F	S.C	S.C
Igarapé Aquidabã	F	S.C	S.C
Igarapé Anta	F	Zootopônimo	NF
Igarapé Aqui de Sá	F	Cardiotopônimo	NF
Igarapé Assai	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé Bahia	F	Corotopônimo	NA
Igarapé Baixinha	F	Antrotopônimo	NA
Igarapé Boa Água	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Boa Vista	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Boca do Lago	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Bom Jardim	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Boró	F	Ergotopônimo	NA
Igarapé Bonito	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Brinco	F	Ergotopônimo	NA
Igarapé Brito	F	Antrotopônimo	NA
Igarapé Cajazeira	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé Castanheira	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé Central	F	Cardiotopônimo	NF

Igarapé Chupa	F	Dirrematopônimo	NA
Igarapé Clarão	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Coeba	F	S.C	S.C
Igarapé da Mata	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé da Paca	F	Zootopônimo	NF
Igarapé da Sombra	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé do Galho	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé do Lado	F	Cardiotopônimo	NF
Igarapé do Vento	F	Meteorotopônimo	NF
Igarapé Dois Irmãos	F	Numerotopônimo	NA
Igarapé Entre Rios	F	Cardiotopônimo	NF
Igarapé Escondido	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Iguaçu	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Fundo	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Fura	F	Dirrematopônimo	NA
Igarapé Judeu	F	Corotopônimo	NA
Igarapé Mata Grande	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé Matão	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé Maloca	F	Ecotopônimo	NA
Igarapé Mato Grosso	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé Monte Branco	F	Cromotopônimo	NF
Igarapé Mojo Sã	F	S.C	S.C
Igarapé Mundeu	F	Ergotopônimo	NA
Igarapé Palmeiras	F	Fitotopônimo	NF
Igarapé Papagaio	F	Zootopônimo	NF
Igarapé Pato Branco	F	Zootopônimo	NF
Igarapé Pé da Barra	F	Somatopônimo	NA
Igarapé Pega Fogo	F	Dirrematopônimo	NA
Igarapé Pote Seco	F	Ergotopônimo	NA
Igarapé Porto Rico	F	Sociotopônimo	NA
Igarapé Pontão	F	Hodotopônimo	NA
Igarapé Pedra	F	Litotopônimo	NF
Igarapé Placa	F	Ergotopônimo	NA
Igarapé Riozinho	F	Hidrotopônimo	NF
Igarapé Salgado	F	Ergotopônimo	NA
Igarapé Santa Rosa	F	Hierotopônimo	NA
Igarapé Santa Fé	F	Hierotopônimo	NA
Igarapé Santo Antônio	F	Hierotopônimo	NA
Igarapé São Luiz	F	Hierotopônimo	NA
Igarapé São Miguel	F	Hierotopônimo	NA
Igarapé São Raimundo	F	Hierotopônimo	NA
Igarapé Sobradinho	F	Ecotopônimo	NA
Igarapé Sujo	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Seco	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Saccol	F	Antrotopônimo	NA
Igarapé Tocaia	F	Ergotopônimo	NA
Igarapé Topera	F	Zootopônimo	NF
Igarapé Vai-Se-Ver	F	Dirrematopônimo	NA

Igarapé Vaca Morta	F	Zootopônimo	NF
Igarapé Virtude	F	Animotopônimo	NA
Igarapé Vista Alegre	F	Dimensiotopônimo	NF
Igarapé Verde	F	Cromotopônimo	NF

Colocando em números percentuais, temos o seguinte:

Natureza	Natureza	Número Percentual
Igarapés	S.C	5,53%
	Antropocultural	40,84%
	Física	53,53%
Total		100%

Separando os topônimos de natureza física dos de natureza antropocultural, temos os seguintes gráficos:

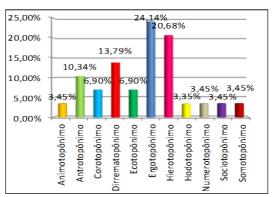


Gráfico 01: Topônimos de Natureza Antropocultural

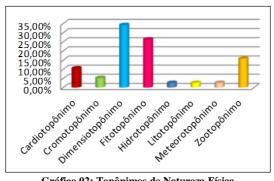


Gráfico 02: Topônimos de Natureza Física

Observando os resultados dos gráficos, foi possível perceber que, na nomeação dos espaços de natureza física dos igarapés de Xapuri, a maior ocorrência foi de dimensiotopônimos com 13 (treze) ocorrências. Em seguida, aparecem os fitotopônimo com 10 (dez) ocorrências e depois os zootopônimos com 06 (seis) ocorrências.

Os dimensiotopônimos demonstram um percentual de 34,21% das taxionomias apresentadas, sendo representados por características dimensionais dos espaços geográficos, como, por exemplo, o igarapé Água Boa, o igarapé Seco e o igarapé Sujo.

Os fitotopônimos representam 26,32% das taxes, sendo relacionados aos nomes das espécies vegetais. Por exemplo, igarapé Assai, igarapé Castanheira e igarapé Matão.

Os zootopônimos representam 15,79% das ocorrências, e fazem referência aos elementos da fauna, por exemplo, igarapé Paca, igarapé Topera e igarapé Vaca Morta.

Os de natureza antropocultural em maior ocorrência estão os ergotopônimos, com 07 (sete) casos, os Hierotopônimos, com 06 (seis) casos e os dirrematopônimos com 04 (casos).

Os ergotopônimos representam 24,14% das taxes, sendo representado por elementos da cultura material do homem. Como exemplos tiveram o igarapé Placa, igarapé Brinco e igarapé Pote Seco.

Os hierotopônimos "correspondem aos nomes sagrados de diferentes crenças, de associações religiosas, locais de culto, além de efemérides relativas a tais circunstâncias" (DICK, 1990), com 20,68%. Por exemplo: igarapé São Raimundo, igarapé Santa Fé e igarapé Santa Rosa. Vale ressaltar que o Santo padroeiro dos ribeirinhos e do munícipio São Sebastião não aparece como motivação para nomeação hidrográfica de Xapuri.

Os dirrematopônimos, que são os topônimos referentes a frases ou enunciados linguísticos, apareceram em 13,79% das taxes. Por exemplo: igarapé Vai se Ver, igarapé Pega-Fogo e igarapé Chupa.

3.2. Rios

O *corpus* possui 04 (quatro) rios: rio Acre, rio Iná, rio Xapuri e rio Xipanamu de acordo com o quadro e o gráfico.

Espaço Geográfico	Tipo	Classificação	Natureza

Rio Acre	F	S.C	S.C
Rio Ina	F	Dimensiotopônimo	NF
Rio Xapurí	F	Etnotopônimo	NA
Rio Xipanamu	F	S.C	S.C

Quadro 01: Rios: Taxionomia e Natureza

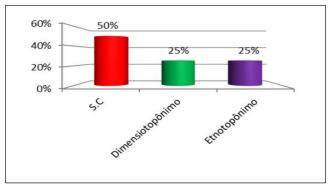


Gráfico 03: Topônimos dos Rios

4. Considerações finais

Ao concluirmos a análise dos topônimos dos espaços geográficos físicos (rios e igarapés) de Xapuri, foi possível verificar as intersecções línguo-culturais presentes na toponímia (DICK, 1992), mostrando sua importância como meio de recuperação e interpretação da cultura e das ideologias através dos aspectos motivadores das nomeações. O estudo apresentado contribuirá para o desenvolvimento do Projeto ATAOB (Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira) que está atualmente em operacionalização na Universidade Federal do Acre (UFAC).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*: coletânea de estudos. São Paulo: FFLCH/USP. 1992.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.2. São Paulo: Objetiva, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Geografia. Disponível em: ">http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>">http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>">http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>">https://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>">https://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>">https://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>">https://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>">https://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=>">https://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?cod-mun=120070&search=acre%7Cxapuri%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio&lang=">https://www.cidades.gov.br/painel

SAPIR, Edwad. *Linguística como ciência*. Seleção e tradução de J. M. Câmara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SEABRA, Maria Cândida C. Referência e onomástica. In: MAGA-LHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Org.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: Edufu, 2006, vol. 1, p. 1953-1960.

SOUSA, A. M. de. *Desbravando a Amazônia Ocidental Brasileira*: estudo toponímico de acidentes humanos e físicos acreanos. 2007. Tese (de doutorado). – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

A INTEGRAÇÃO GEOLINGUÍSTICA ATRAVÉS DO ATLAS LINGÜÍSTICO GUARANÍ-ROMÁNICO¹⁶

Klaus Zimmermann (Universität Bremen) (Tradução de José Pereira da Silva) jpsilva@filologia.org.br

DIETRICH, Wolf; SYMEONIDIS, Haralambos. Atlas lingüístico guaraní-románico. Diretctores: Harald Thun, Almidio Aquino, Wolf Dietrich, Halambos Symeonidis. Tomo 1: Léxico del cuerpo humano. Kiel: Westensee Verlag (Dialectologia pluridimensionalis Romanica 11), 2009.

Depois de quinze anos de trabalho teórico e empírico, publica-se o primeiro tomo do Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR). Trata-se de um atlas linguístico que tem objetivos muito mais ambiciosos e menos etnocentristas do que todos os atlas publicados anteriormente no mundo hispânico. Devido à observação evidente de que a região que se quer documentar é uma região não monolíngue, os diretores se propuseram elaborar um atlas que descrevesse a situação linguística dada, caracterizada pela coexistência de duas línguas: o espanhol e o guarani paraguaio. Seu objetivo é documentar o bilinguismo na zona estudada "a macrorregião antropológico-cultural da bacia do rio da Prata". Ao contrário de todos os outros atlas, este prepara o território a ser documentado, não conforme as fronteiras nacionais ou de regiões dentro de um país, mas obedecendo à distribuição da língua guarani, língua ameríndia, majoritária no Paraguai. Por isto, o espaço se compõe do Paraguai e zonas limítrofes da Argentina e do Brasil. Foram pesquisadas setenta e duas localidades paraguaias, vinte e nove argentinas e três brasileiras.

Vale dizer que esta decisão teórica constitui a contribuição inovadora deste atlas e explica por sua vez alguns problemas práticos para resolver durante o trabalho de coleta e apresentação dos dados em forma de atlas.

De acordo com a decisão teórica foram tomadas algumas decisões

Revista Philologus, Ano 21, N° 63. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2015.

166

¹⁶ Tradução da resenha de Klaus Zimmermann publicada na Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana, vol. 8, n. 2 (16), p. 239-242, 2010, por José Pereira da Silva. O original espanhol está disponível em: http://www.jstor.org/stable/41678460>.

metodológicas e práticas. Foram escolhidos somente informantes que falassem guarani, entre os quais a maioria era bilíngue guarani-castelhano. Foram descartados os falantes monolíngues de língua castelhana. Com isso se pode documentar o grau de bilinguismo (no caso deste primeiro tomo, o domínio de um campo semântico-lexical determinado). Os mapas C e D (páginas XXXV e XXXVI) oferecem a informação sobre a quantidade de bilíngues e a vitalidade das duas (três) línguas em cada ponto pesquisado.

A metodologia escolhida para a coleta de dados sobre o conhecimento ativo e receptivo de um lexema se baseava em um questionário. Entretanto, não se pode detectar o uso diferenciado dos lexemas de duas línguas em uma situação comunicativa determinada. Mas isto não pode ser o objetivo realista de um atlas, porque ele tem certa limitação própria de seu método de apresentação.

Os diretores decidiram também por uma metodologia "pluridimensional". Baseado no reconhecimento da variação linguística e da hipótese de que este pode se relacionar com certos fatores extralinguísticos, consideraram pertinente a variação dialingual, diatópica, diastrática, diageracional, diassexual, diafásica e diarreferencial. Dizem que esta se baseia na teoria de Eugenio Coseriu, amplificada por Herald Thun. No entanto, a reagrupação de Thun contradiz em parte ao sistema da conhecida teoria variacional de Coseriu, cuja meta era a de reduzi-la às três dimensões diatópica, diafásica e diastrática. É preciso dizer que já em 1982 Muriel Saville Troike (The Ethnography of Communication) havia proposto um sistema mais amplo, semelhante ao de Thun, incluindo a dimensão dialingual (e uma diarreligiosa, a que sem dúvida seria pertinente também no Paraguai, pela população menonita, que fala um dialeto alemão e o guarani). A dimensão diafásica (situacional) de Coseriu não foi considerada sistematicamente. A variável idade, que, neste caso, não se considera como parte da variação diafásica em Coseriu, mas, como na teoria de Labov, como eventual indicador de mudança linguística, se sobrepõe às demais. A diassexual, que também é parte da variação diafásica no esquema de Coseriu, não se processa sistematicamente na simbologia do Atlas Lingüístico Guaraní-Románico (ALGR).

A dimensão de contato linguístico – elemento importantíssimo na zona estudada – se manifesta nos mapas paralelos: de fato, o bilinguismo se apresenta no *ALGR* como dois atlas em um: um do guarani e outro do castelhano e português. Cabe ao leitor tirar as conclusões sobre os processos de translingualização (conhecimento de lexemas de ambas as línguas,

ou transferência, ou interferência) de cada conceito documentado. A apresentação da dimensão dialingual do léxico em um formato de atlas não pode dar conta da forma de língua mista ou diversas variedades mistas, geralmente reunida sob o termo *yopurá*. Não se trata de uma crítica, mas de um simples esclarecimento: não é um atlas do léxico do jopará. Para isto, haveria de ser estudado detidamente cada indivíduo entrevistado e seu comportamento linguístico, tarefa que vai além das possibilidades do enfoque de um atlas.

A pluridimensionalidade se manifesta de maneira diferente no atlas. A representação do fator diatópico é evidente em um atlas, porque esta é sua razão de ser. A representação dos fatores diastráticos e diageracional se manifesta em uma simbologia em cada ponto local. Simbologia esta que parece revelar um estado de teoria incipiente, baseada na de Coseriu, que permite distinguir quatro tipos de informações, duas classes sociais e dois grupos geracionais, além de documentar grande número de fenômenos. A redução a duas classes sociais apenas (alta e baixa, segundo o nível de escolaridade) e a dois grupos etários (15-35 e 35+) não é justificada explicitamente. Mesmo considerando que vastas zonas do território estudado sejam espaços rurais, não parece evidente que esta binarização reflita realmente a estratificação sociolinguística e etariolinguística. No entanto, comparada com outros atlas em que não se dá esse tipo de informação, esta diferenciação simplificada ainda é vantajosa. Mas também não se pode descartar a hipótese de que esta simplificação resulte de necessidades práticas do método de apresentação do atlas. A simbologia estabelecida não permite a inclusão de variações simplificadas. Por isto, os resultados da coleta de outros fatores se apresentam fora dos mapas geográficos, em gráficos de frequência e em notas explicativas que os autores chamam de "desrealização" do método de apresentação.

O questionário se baseou na lista de palavras/conceitos guaranis, e a primeira pergunta focalizou o conhecimento desta língua. A coleta de palavras castelhanas e portuguesas foi feita depois; uma sequência muito acertada na situação dada da existência de uma maioria de falantes do guarani. Provém deste fato a estrutura da sequência dos mapas: apresentam-se paralelamente, colocando-se primeiro o mapa guarani.

Há quatro tipos de mapas: o protótipo é o que indica a localização de um lexema com sua intensidade de uso/conhecimento por classe social e geracional. Para certos lexemas, não foi possível conseguir esta informação detalhada. Para isto, configurou-se um segundo tipo de mapa simplificado que simplesmente documenta a presença ou ausência do lexema.

Um terceiro tipo de mapa oferece informação sobre a ocorrência seletiva do lexema e um quarto tipo dá testemunho da coocorrência total (com um novo tipo de informação).

Além dos mapas (e suas informações adicionais na página em que aparece), há páginas adicionais que documentam atitudes e posturas dos informantes, inclusive comentários dos informantes. Este tipo de informação não participou da teoria inicialmente proposta, por isto, não foi registrado sistematicamente, porque resultou de iniciativa dos informantes. É digno de louvor o fato de não haver deixado de lado esse tipo de informação, embora tenha sido documentado de forma esporádica. Além disso, nessa sessão, encontram-se observações dos entrevistadores que podem detalhar uma ou outra informação ou problema de método (a corrigir no futuro).

É necessário estudar cuidadosamente as instruções de uso que explicam a estrutura dos mapas/páginas. Como se disse, as informações ultrapassam o formato do mapa. Cada mapa inclui informação adicional não estabelecida. Por um lado, isto facilita a leitura (ponto comum em cada lexema), mas, por outro, dificulta, às vezes, sobretudo nos mapas tipo ocorrência total, onde se emprega uma simbologia (círculos negros, brancos e parcialmente negros) muito semelhante à simbologia usada para representar a classe social e geração, mas com um sentido totalmente diferente. Isto causa certo desconforto ao leitor. Para evitar essa confusão na leitura, teria sido fácil, por exemplo, criar uma figura retangular.

No total, foram recuperados 400 conceitos básicos derivados do guarani, além de subcategorias e sinônimos deles. Em parte, referem-se a conceitos de relevância cultural ou social paraguaia/guarani. Assim, foram recolhidas as designações de "raças" e mestiçagens (mapas 14-18) (por exemplo, ka'aguygua pire / a pele escura, mas não negra; pire hüetéva / mestiço). São incluídas não somente partes do corpo, como diz o título do tomo, mas também enfermidades da pele (verruga, cicatriz, acne, abscesso, furúnculo), incapacidades (hembe tatitiva / pessoa com lábio leporino, surdo, mudo, cego) e formas do corpo. o que parece estranho é que as designações das partes sexuais do corpo não estão incluídas na lista inicial do questionário, sabendo-se que elas gozam, em grande parte das línguas e culturas, de uma rica variação disfemística e eufemística por serem tabuizadas. A seleção dos conceitos não parece estar bem contextualizada de acordo com a cultura paraguaia. Pode ser que nos próximos tomos, que tratam de coisas e costumes, esta parte do léxico esteja melhor representada. Diante dessas considerações, admite-se que os diretores optaram por

uma lista de lexemas que permita a comparação com outros atlas que seguem a mesma lista de conceitos.

Sabe-se que a apresentação de dados linguísticos em forma de atlas constitui um enorme desafio, visto que cada mapa contém tantos dados que poderia ser um artigo escrito, ou um capítulo de livro. A possibilidade de erros é altíssima e os detalhes de correção para evitá-los são muitos. Em geral, a edição é de alta qualidade, e pouquíssimos erros são encontrados. Por exemplo, no mapa C (p. XXXV) falta uma coluna no gráfico estatístico "distribuição pelos grupos-padrão" para o grupo CbGII.

Resumidamente, podem ser mencionados três aspectos do ALGR:

- 1. Sem dúvida, o ALGR constitui um avanço decisivo na teoria e na metodologia dialetológica, considerando que muitos países estão caracterizados pela existência de duas ou mais línguas.
- 2. É de alta importância a nível de política linguística, que as duas línguas tenham sido consideradas. Não se pode esquecer que até o momento, todos os "atlas linguísticos" hispano-americanos simplesmente eliminaram de sua abrangência as línguas não românicas (apenas as mencionam em seus prólogos).
- 3. O ALGR constitui a primeira recolha sistemática de uma zona linguística ampla de índole ameríndia e oferece grande quantidade de informações da variação e disponibilidade sobre as línguas consideradas. Não há nada similar em outro país. Neste sentido, é um trabalho exemplar para atlas futuros de outras regiões, com as devidas adaptações teóricas e metodológicas para cada caso.

Klaus Zimmermann (Universität Bremen)

A POLARIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA NO BRASIL

José Pereira da Silva (UERJ) jpsilva@filologia.org.br



LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade* partidas: a polarização sociolinguística no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015, 320 p.

http://www.editoracontexto.com.br

Na avaliação de José Luiz Fiorin¹⁷, Dante Lucchesi¹⁸ apresenta, neste livro, "uma visão original e abrangente do panorama sociolinguístico brasileiro", articulando ao processo de formação socioeconômica do país a constituição de seu idioma, com base numa crítica atomicista e mecanicista da pesquisa sociolinguística.

É preciso concordar com Fiorin também quando aponta que este livro "abre importantes perspectivas para um processo de pesquisa sociolinguística", além de analisar profunda e criticamente "a questão da padronização gramatical", atribuindo-lhe parte da culpa pelo "insucesso do ensino de português no país".

Trata-se de um livro importantíssimo para qualquer pessoa que se interesse pela formação cultural do Brasil, mas indispensável aos profissionais das letras, tais como os professores de português, os gramáticos e os linguistas, aos quais apresenta reflexões profundas e interessantes, sem utilizar uma linguagem rebuscada, que é comum nos livros destinados a especialistas. Ao contrário, trata-se de uma leitura fácil, leve, em que a terminologia técnica é utilizada com sabida parcimônia, para que se possa usufruir de suas interessantes reflexões.

O livro está dividido em cinco tópicos ou capítulos, precedidos de uma longa introdução e uma não menos significativa conclusão.

¹⁷ José Luiz Fiorin escreveu o texto das orelhas deste livro. As informações desta resenha são todas extraídas da própria obra, literalmente ou parafraseadas.

¹⁸ Dante Lucchesi é professor titular de língua portuguesa na Universidade Federal da Bahia, de doutor em linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Na sua longa e profícua introdução, Lucchesi trata dos mitos sobre a língua e suas raízes históricas, do preconceito linguístico (principalmente no Brasil), da ideologia como base do debate social sobre a língua, da sociolinguística na tradição dos estudos linguísticos e da polarização sociolinguística do Brasil, elemento básico da obra, que se desenvolverá nos cinco capítulos seguintes, que tratarão de seus fundamentos teóricos, ideológicos e empíricos, de sua formação histórica e dos condicionamentos socioeconômicos.

No capítulo que trata dos fundamentos teóricos da polarização linguística do Brasil, Lucchesi apresenta, em dois subtópicos, a análise da língua em sua dimensão social e os impasses teóricos da sociolinguística. No primeiro, ele pergunta se o objeto da sociolinguística é a comunidade de fala ou a competência linguística, e dá respostas ou levanta hipóteses muito razoáveis, e, no segundo, trata da mudança linguística como processo histórico e social. Escrevendo sobre a comunidade de fala, reflete sobre seus limites difusos e sobre as contradições teóricas em seu interior, assim como trata do resgate do conceito de norma e sua valorização no quadro teórico da sociolinguística. Por fim, considera a classificação da variação linguística em uma avaliação social, distinguindo, por exemplo, o conceito de norma linguística e norma gramatical.

Sobre a formação histórica da polarização sociolinguística do Brasil, começa escrevendo sobre o contato entre línguas como a causa de sua origem, pelo menos no Brasil. A seguir, mostra como o processo de transmissão linguística no Brasil tem sido irregular, demonstrando seus reflexos na fala popular. Neste tópico, teoriza suficientemente sobre a pidginização e crioulização no Brasil, resultantes da escravização de africanos e índios e da consequente miscigenação. Por fim, faz-se uma síntese da história linguística do Brasil no período imperial e primeiras décadas da República, do ponto de vista sociolinguístico.

Os condicionamentos socioeconômicos na polarização sociolinguística do Brasil só começaram a ter ressonância significativa a partir da década de trinta do século passado, com o fim da República Velha e início do processo de industrialização e urbanização brasileira, visto que a população urbana não chegava a dez por cento no início do século. Com o processo de urbanização, a escolarização tende a se universalizar, e o conflito linguístico na migração rural para a cidade se torna evidente, visto que apenas uma elite privilegiada vivia ali até então e, por isto, tinha direito a uma escola também elitizada. Daí a origem de uma norma popular, distinta da norma culta, que também vai se afastando da chamada norma padrão.

São apresentados alguns modelos para a análise da realidade sociolinguística do Brasil e um diagnóstico preliminar de estratificação sociolinguística da sociedade brasileira.

Quanto aos fundamentos ideológicos da polarização sociolinguística do Brasil, destacam-se os fundamentos da normatização da língua, a gênese da normatização linguística no Brasil e os efeitos da lusitanização da norma padrão do Brasil, que o autor considera uma esquizofrenia de nossas gramáticas normativas. Depois de apresentar o respaldo "científico" a uma norma padrão adventícia e anacrônica, Dante Lucchesi trata dos fundamentos ideológicos da norma padrão e das bases ideológicas do preconceito linguístico no Brasil.

No último capítulo, trata-se dos fundamentos empíricos da polarização sociolinguística do Brasil, apresentando os fundamentos teóricos e a observação empírica a partir da constituição de *corpora* na pesquisa sociolinguística. Usando esses *corpora* e outros suportes para fundamentação de suas conclusões, lembra alguns processos de variação e mudança que separam a norma culta da norma padrão, entre os quais, a situação do objeto direto anafórico da 3ª pessoa e as estratégias de relativização, assim como a variação na concordância verbal junto à 3ª pessoa do plural e a frequência de uso da regra de concordância verbal. Além disso, ainda chama a atenção para a avaliação social das variantes e as tendências latentes nos processos de variação na concordância verbal, concluindo com um subcapítulo intitulado "Caminhos para uma análise de conjunto da realidade sociolinguística do Brasil".

O capítulo conclusivo, "Balanço e perspectivas", apresenta três subcapítulos que poderiam muito bem ser publicados separadamente, como interessantes artigos científicos, com pouquíssimas adaptações que seriam colhidas do *caput* do mesmo capítulo e de suas referências bibliográficas. São eles: "Esboço de uma estratificação sociolinguística do Brasil"; "Elementos para um programa de pesquisa sociolinguística no Brasil" e, por fim, "Linguística e sociedade".

Para facilitar a leitura de cada um desses capítulos, o autor apresenta uma síntese em quatro páginas, em média, no início da exposição, facilitando a compreensão dos subcapítulos, que são seguidos de notas explicativas que complementam casos que não caberiam ser desenvolvidos dentro dos capítulos, mas de interesse para especialistas e/ou iniciantes e curiosos.

Na quarta capa de seu livro, pode-se ler ainda, o seguinte texto, que

sintetiza tudo que tentei dizer até aqui:

Línguas não existem fora das sociedades humanas. Nesta obra primorosa e abrangente, o linguista Dante Lucchesi articula a constituição do português brasileiro ao processo econômico-social de formação da nação brasileira. Assim, mostra como se consolidou a polarização entre língua e sociedade no Brasil.

E vai além. Defende que os estudos sociolinguísticos são imprescindíveis e devem ser aprofundados, mas que não podem ficar restritos aos pesquisadores: têm de chegar a todos os estudantes, inclusive os alunos do básico.

Um livro para incomodar.